

STELLA MARIA GOMES TOMÉ

**O PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL DE APENADOS:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE TRAJETÓRIAS DE VIDA**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011

STELLA MARIA GOMES TOMÉ

**O PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL DE APENADOS:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE TRAJETÓRIAS DE VIDA**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 4 de abril de 2011.

Prof^ª Tereza Angélica Bartolomeu
(Coorientadora)

Prof^ª. Simone Caldas Tavares Mafra

Prof^º. Douglas Mansur da Silva

Prof^ª. Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

Aos meus pais, Helena e Antônio, ao meu irmão, João César, e ao meu esposo, Marcos, pelas orações, paciência e apoio durante todos os dias de minha vida! Dedico a vocês esta vitória!

*O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal,
mas por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.*
Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão de minha existência, que tudo providenciou para o bem.

Aos meus pais, Helena e Antônio, razão da minha força, cujas palavras não são suficientes para agradecer tudo o que me proporcionam.

Ao meu irmão, João César, pelo incentivo e por tornar as situações vividas mais engraçadas.

Ao meu esposo, Marcos, cujo amor, confiança e apoio, de todas as formas imagináveis, mostram-me o caminho a seguir, fazendo-me ver a mim mesma através de seus olhos e seu coração.

À “minha” (aqui, tomo a liberdade de chamar de minha, pois faz parte de minha vida) doce Joana, cujo amor e sorriso alegam meus dias.

Às minhas avós, Vovó Quinha e Vó Nininha, cujas contas do rosário não são suficientes para contabilizar a quantidade de orações dedicadas a mim.

Ao Senhor João, D. Brígida e Márcia, por sempre acreditarem que eu voltaria.

Aos meus orientadores, professora Dorinha, professora Tereza e professor Noronha, por tão sábias orientações.

Um agradecimento especial à Diretoria do Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Bambuí, por proporcionar a oportunidade deste Mestrado Interinstitucional.

Aos meus colegas de Minter, que dividiram as horas de alegria, preocupação, euforia e vitórias. Dentre eles, de forma muito carinhosa, à minha irmã, Lina.

À minha prima, Maria, cujas explicações foram tão proveitosas para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação em Economia Doméstica, pelos ensinamentos.

Aos meus entrevistados, cuja participação especial proporcionou a realização deste estudo.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar o Curso.

Enfim, a todos que, de forma direta ou indireta, participaram dessa caminhada, tornando-se meus incentivadores e auxiliares. A cada um, dedico minha gratidão, respeito e vitória.

BIOGRAFIA

STELLA MARIA GOMES TOMÉ, filha de Antônio Segundo Gomes e Helena de Fátima Paim Gomes, nascida aos 30 dias do mês de novembro de 1980, em Piumhi, Minas Gerais.

Em julho de 2000, ingressou no curso de Graduação em Tecnologia da Informática, pela Universidade Estadual de Minas Gerais, na cidade de Passos/MG. Tornou-se Especialista em Informática em Educação, pela Universidade Federal de Lavras, em março de 2006.

Em março de 2009, iniciou o Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, tendo como linha de pesquisa “Família, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida”, submetendo-se à defesa da Dissertação em abril de 2011.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT	xvi
I. A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM: UMA APRESENTAÇÃO.....	1
II. PROBLEMA: CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	2
2.1 OBJETIVOS.....	7
III. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	9
3.1 – Caracterização da Pesquisa.....	9
3.2 – Local de Estudo e Unidades Empíricas de Análise.....	9
3.3 – Composição da Amostra	11
3.4 – Instrumentos de Coleta de Dados.....	12
IV. REFERÊNCIAS.....	13
ARTIGO I – O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE APENADOS EM SISTEMAS PRISIONAIS DIFERENCIADOS	15
1. RESUMO.....	15
2. ABSTRACT.....	15
3. INTRODUÇÃO.....	16
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	17
4.1 - O Processo de Ressocialização e Reintegração Social.....	17
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
6.1 – A Visão da Equipe Institucional.....	21
6.2 – Percepção dos Apenados e Egressos dos Sistemas Prisionais.....	25
7. CONCLUSÕES.....	30
8. REFERÊNCIAS.....	32
ARTIGO II – TRAJETÓRIAS DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE REINserÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS DE REGIMES DE CORREÇÃO PENAL.....	34
1. RESUMO.....	34
2. ABSTRACT.....	35
3. INTRODUÇÃO.....	35
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	37
4.1 – Trajetórias de Vida e Processo de Estigmatização.....	37
4.2 – Preconceito e Discriminação	40
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	43
6.1 – Perfil Pessoal e Familiar dos Egressos da Unidade Prisional e APAC.	44
6.2 – Trajetórias de Vida e Estratégias de Reinserção Social.....	46
7. CONCLUSÕES.....	52

8. REFERÊNCIAS.....	52
ARTIGO III – MORFOLOGIA E PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE APENADOS.....	55
1. RESUMO.....	55
2. ABSTRACT.....	55
3. INTRODUÇÃO.....	56
4. REVISÃO DE LITERATURA	58
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	61
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
6.1 – Os Egressos e Suas Redes Sociais.....	63
6.2 – Os Apenados e Suas Redes Sociais.....	66
6.3 – O Papel das Redes	69
7. CONCLUSÕES.....	72
8. REFERÊNCIAS.....	74
ARTIGO IV – O PROCESSO DE REINSERÇÃO SOCIAL DE APENADOS: AUTONOMIA E QUALIDADE DE VIDA.....	76
1. RESUMO.....	76
2. ABSTRACT.....	76
3. INTRODUÇÃO.....	77
4. REVISÃO DE LITERATURA	76
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	83
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	84
6.1 – Percepção dos Egressos Sobre Autonomia e Qualidade de Vida.....	85
6.2 – Autonomia e Qualidade de Vida na Visão de Apenados.....	88
6.3 – Apenados e Egressos: Identificação de Projetos de Vida para o Alcance da Autonomia e Qualidade de Vida.....	89
7. CONCLUSÕES.....	93
8. REFERÊNCIAS.....	94
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
APÊNDICES.....	100
Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada Aplicada aos Egressos da Unidade Prisional de Piumhi/MG e Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, de Viçosa/MG.....	101
Apêndice 2 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada Aplicada aos Funcionários da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Viçosa/MG.....	106
Apêndice 3 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada Aplicada aos Agentes Penitenciários da Unidade Prisional de Piumhi/MG.....	108
Apêndice 4 - Modelo de Mapa de Redes Social Utilizado no Grupo Focal com Apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Viçosa/MG	110
Apêndice 5 - Imagens Ilustrativas para composição do Mapa de Redes Social Utilizado no Grupo Focal com Apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Viçosa/MG	111

Apêndice 6 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada Utilizada no Grupo Focal com Apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Viçosa/MG	112
Apêndice 7 - Mapas da Rede Social dos Apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Viçosa/MG.....	113

LISTA DE SIGLAS

APAC – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFOPEN – Sistema Integrado de Informação Penitenciária

OBID – Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas

SEDES – Secretaria de Estado de Defesa Social

TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UP – Unidade Prisional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil pessoal e familiar dos egressos em estudo.....	42
Tabela 2 – Composição da rede familiar e social dos apenados da APAC de Viçosa/Minas Gerais.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de rede social	58
Figura 2 - Modelo de mapa da rede social do apenado 10.....	64
Figura 3 - Modelo de mapa da rede social do apenado 10.....	68
Figura 4 - Aspectos no estabelecimento do projeto de vida	77
Figura 5 - Modelo teórico sobre a qualidade de vida.....	79
Figura 6 - Crescimento do número de presos no Brasil	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição das redes de relacionamento dos egressos entrevistados da Unidade Prisional de Piumhi e APAC de Viçosa/MG.....	62
--	----

RESUMO

TOMÉ, Stella Maria Gomes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2011.
O processo de reinserção social de apenados: uma análise comparativa de trajetórias de vida. Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.
Coorientadores: Tereza Angélica Bartolomeu e José Ferreira Noronha.

O problema desta pesquisa esteve pautado tanto na crise do sistema penitenciário brasileiro, caracterizada pelas condições desumanas dos ambientes de reclusão e pela inexistência ou baixa efetividade de programas de reeducação e ressocialização para a reintegração social dos apenados, quanto no processo de estigmatização e discriminação do ex-detento, que dificultam sua inserção na vida profissional e familiar. Na pesquisa, consideraram-se duas formas de correção penal existentes: a reclusão comum e a reclusão com aplicação de programas de ressocialização. O estudo foi realizado na Unidade Prisional Comum, em Piumhi-MG, bem como no sistema da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), localizada na cidade de Viçosa-MG, e teve como principal objetivo analisar o processo de reinserção social de apenados, considerando tanto a capacidade dos programas de ressocialização em propiciar condições para a autonomia e melhoria da qualidade de vida, quanto as estratégias de reinserção social, em face à realidade de suas trajetórias de vida. Este trabalho, de natureza qualitativa, consistiu de uma pesquisa descritiva e comparativa, através de análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Foram entrevistados 3 agentes penitenciários e 5 egressos da Unidade Prisional de Piumhi, e 4 funcionários, 12 apenados e 6 egressos da APAC de Viçosa. Os resultados mostraram que a utilização de atividades socioeducativas, práticas laborterápicas e de espiritualidade, além de oficinas profissionalizantes, cursos e palestras, proporcionou aos apenados da APAC a possibilidade de uma reinserção mais eficaz, comparativamente aos apenados do Presídio Comum. A trajetória de vida foi pautada por um ambiente de exclusões, ressignificação de crenças e valores, e readaptações do preso à sociedade. Os egressos de ambos os regimes de correção fizeram uso de suas redes sociais e familiares como estratégia para reinserção social, buscando à realização de seus projetos de vida e à superação do preconceito e discriminação social. Para esse público, autonomia e qualidade de vida são sinônimos de liberdade, intimamente ligadas aos componentes “família” e “emprego digno”. Assim, na percepção dos apenados, o fator reinserção esteve fortemente associado ao acesso ao mercado de

trabalho e ao apoio das redes familiares, vistos como elementos essenciais para a autodeterminação, reabilitação e desinstitucionalização. Nesse sentido, pôde-se concluir que o processo de reconstrução da vida e da reinserção social dos detentos depende tanto da conscientização e apoio do público envolvido com o ambiente carcerário quanto da sociedade em geral, principalmente das redes de íntimos, para que, em face às adversidades socioculturais e econômicas, seja possível a mobilização de recursos e criação de oportunidades de desenvolvimento humano e social. As práticas socioeducativas, centradas na ressocialização e capacitação profissional, contribuem para que a pena seja individualizada e não funcione apenas como veículo de retribuição punitiva, mas como meio de condicionamento e preparo para a libertação e reinserção social. Dessa forma, no processo de planejamento e execução das políticas públicas de nosso país, as medidas legais e administrativas devem considerar que os apenados não são apenas números de uma estatística a ser apresentada à sociedade, mas, sim, sujeitos singulares, com realidades familiares diversas, únicos em seus anseios e projetos de vida específicos, que devem ser apoiados, por meio de relacionamentos pautados no princípio da reciprocidade, para que efetivamente ocorram a reeducação, ressocialização e reinserção social.

ABSTRACT

TOMÉ, Stella Maria Gomes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2011.
The process of social rehabilitation of offenders: a comparative analysis of trajectories of life. Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-Advisers: Teresa Angelica Bartholomeu and Jose Ferreira Noronha.

The problem of this research was guided by both the Brazilian penitentiary system, characterized by the inhuman conditions of incarceration environments and the lack or low effectiveness of rehabilitation and resocialization programs for the social reintegration of inmates, and in the process of stigmatization and discrimination of the ex-convict, which hinder their integration into working life and family. In research, we considered two ways to fix existing criminal: the confinement and seclusion with common application programs of socialization. The study, which was held in the city of Piumhi-MG, next to Unit Prison policy as well as in Viçosa-MG, the system of the Association of Protection and Assistance to the Convicted (APAC). The main objective was to analyze the process of social reintegration of inmates, considering both the ability of resocialization programs in providing conditions for autonomy and improved quality of life, the strategies for social rehabilitation, given the reality of their life trajectories. This qualitative study consisted of a descriptive and comparative, through documentary analysis, semi-structured interviews and focus groups. It was interviewed 03 prison guards and 05 graduates from Prison Unit Piumhi, 04 officers, 12 inmates and 06 graduates from APAC of Viçosa. The results showed that the use of socio-educational practices *Laborterapica* and spirituality, as well as training workshops, courses and lectures, provided the inmates of APAC for the possibility of more effective rehabilitation, compared to the Common Jail inmates. The path of life was marked by an atmosphere of exclusion, reframe of beliefs and values and usages of the prisoner to society. The egresses of both correction schemes made use of their social and family networks as a strategy for reintegration into society, seeking the fulfillment of their life projects and overcome the prejudice and social discrimination. For this audience, independence and quality of life are synonymous with freedom, family closely linked to the components and decent employment. Thus, the perception of inmates, the reinsertion factor was strongly associated with access to the labor market and support from family networks, seen as essential to self-determination, rehabilitation and

deinstitutionalization. Accordingly, it can be concluded that the reconstruction process of life and social reinsertion of detainees depends on both the awareness and public support involved with the prison environment and the society in general, especially the networks of close to that given socio cultural and economic adversity, it is possible to mobilize resources and create opportunities for human and social development. The socio educational practices, focusing on professional training and socialization contribute to the penalty and is individualized not only works as a vehicle for punitive retribution, but as a means of conditioning and preparation for release and reintegration into society. Thus, in planning and implementation of public policies in our country, the legal and administrative measures should consider that the inmates are not just numbers on a statistic to be presented to society, but rather unique individuals with different family realities, unique in their desires and specific life projects, which should be supported, guided by relationships on reciprocity, that actually occurs rehabilitation, social rehabilitation and social reintegration.

I - A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM: UMA APRESENTAÇÃO

Este trabalho teve como temática central a reintegração de apenados à sociedade e à família, tendo como foco principal as características e estratégias desenvolvidas por esse grupo, em busca de autonomia e qualidade de vida. Para tanto, consideraram-se duas formas de correção penal existentes: a reclusão comum e a reclusão com aplicação de programas de ressocialização.

A temática do estudo derivou-se da crise vivenciada pelo sistema penitenciário brasileiro, cujo funcionamento tem propiciado um ambiente de aperfeiçoamento do crime, por não favorecer condições de reabilitação do condenado, isto é, de preparação para o retorno e convivência no meio social. Além disso, pressupõe-se que a elevada taxa de reincidência criminal pode traduzir o fracasso do esforço social pela ressocialização do condenado e, ao mesmo tempo, a consolidação da sua condição de excluído.

Pesquisa realizada por Rego e Giacomassi (2011) aponta que as prisões têm um poder desumanizante bastante forte, contribuindo para a elevação da taxa de reincidência, que atinge, em média, 90% dos ex-detentos. Além disso, como ressalta Romeu Falconi (1998), existem dificuldades estruturais e recursos escassos para o trabalho de ressocialização dos detentos, em vista das limitadas estruturas física e financeira em que se encontram os presídios brasileiros. Ainda, de acordo com Assis (2011), a questão desumana e caótica dos estabelecimentos prisionais tem contribuído para o aumento da criminalidade e da reincidência.

Nessa mesma linha de reflexão, Baratta (2002) evidencia que os programas de ressocialização não são eficientes, devido à falta de recursos e infraestrutura necessários para a reeducação do detento. Sendo assim, o cumprimento das atividades ali propostas representa mais uma forma de punição. Na sua visão, os muros da prisão representam uma barreira violenta que separa a sociedade de suas próprias vulnerabilidades e riscos sociais. O autor considera, também, que a reintegração social do detento significa, antes da modificação do seu mundo de isolamento, a transformação da sociedade que necessita reassumir sua parte de responsabilidade dos problemas e conflitos.

Pressupõe-se, assim, que a promoção de oportunidades de reinserção assistida, ou seja, com práticas de profissionalização, em outro meio diferente do

original, exige esforços dos organismos institucionais e comunitários, no sentido de assegurar a qualificação profissional e a ocupação estável dos ex-presos, para que estes adquiram autonomia e qualidade de vida após a saída da prisão.

Nesse contexto, entraram em comparação os dois regimes de punição existentes e aqui estudados: o regime comum e o regime APAC¹, com seus programas de ressocialização. Especificamente, buscou-se analisar as repercussões destes programas nas trajetórias de vida dos egressos, bem como examinar as estratégias usadas pelos mesmos para conseguir um espaço de volta à família e também à sociedade. Pressupôs-se que o produto dos dois sistemas seria diferente, uma vez que os programas de ressocialização poderiam contribuir para a resiliência², considerando as dificuldades derivadas do preconceito e da discriminação dos egressos pela sociedade.

Diante de tal abordagem inicial, este trabalho consistiu-se de uma pesquisa descritiva e comparativa sobre a análise do processo de reinserção social, considerando tanto a capacidade dos programas de ressocialização quanto a dos próprios egressos e de suas redes sociais, em proporcionar autonomia e, portanto, melhoria da qualidade de vida.

II. PROBLEMA: CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O problema-objeto desta pesquisa esteve pautado tanto na crise do sistema penitenciário brasileiro, caracterizada pelas condições desumanas dos ambientes de reclusão e pela inexistência ou baixa efetividade de programas de ressocialização e reintegração social dos apenados, quanto no processo de estigmatização e discriminação do ex-detento, que dificultam sua inserção na vida profissional e familiar, culminando, dessa forma, em aumento da violência e elevadas taxas de reincidência.

¹ Associação de Assistência e Proteção ao Condenado (APAC) é uma entidade judicial e sem fins lucrativos, que tem como objetivo recuperar o preso através de um método de valorização humana, protegendo a sociedade e promovendo a justiça.

² Refere-se à superação ou adaptação, como apontado por alguns autores, diante de uma dificuldade considerada como um risco, e a possibilidade de construção de novos caminhos de vida; enfim, é um processo de subjetivação a partir do enfrentamento de situações estressantes e/ou traumáticas (GALIETA, 2011).

Na sociedade, de um modo geral, é comum ser retratado pela mídia o aumento da violência no país e a superlotação das Unidades Prisionais. De acordo com o balanço do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN)³, a superlotação dos presídios tem sido o mais crônico problema que aflige o sistema prisional brasileiro, uma vez que 420 mil presos estão contidos em 262 mil vagas, como afirma o então Ministro da Justiça, Tarso Genro.

Segundo o Ministério da Justiça (2011), a infração penal ocorre quando uma pessoa pratica qualquer conduta descrita na lei e, através desta conduta, ofende um bem jurídico de uma terceira pessoa, ou seja, as infrações penais ou “crimes” constituem determinados comportamentos humanos proibidos por lei, sob a ameaça de uma pena.

O artigo 225 do Código Penal, no seu terceiro parágrafo, prevê:

§3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Diante desse contexto, a prisão é considerada um lugar que atua como mecanismo regulador de comportamentos dos sujeitos infratores, caracterizado pela disciplina rígida e corretiva, cujo objetivo seria fazer com que o sujeito retorne à sociedade de maneira a não cometer mais crimes. Entretanto, como ressalta Assis (2011), embora não haja números oficiais, no Brasil, em média, 90% dos ex-detentos que retornam à sociedade voltam a delinquir, e, conseqüentemente, acabam retornando à prisão.

Essa realidade é um reflexo direto do tratamento e das condições a que o condenado é submetido no ambiente prisional durante o seu encarceramento, agravado pelo sentimento de rejeição e de indiferença sob o qual ele é tratado pela sociedade e pelo próprio Estado, ao readquirir sua liberdade.

Em matéria publicada na revista *Veja*, em novembro de 2010, foi divulgado um estudo feito pelo recém-criado Instituto de Pesquisa e Cultura “Luiz Flávio Gomes”, com sede em São Paulo, que revela que, nos últimos vinte anos, o número total de presos, no país, mais que quintuplicou. O mais recente dado oficial do Ministério da Justiça registrou, em outubro de 2011, exatos 498.500 presos. O Brasil já tem a quarta maior população carcerária do mundo, atrás dos Estados

³ INFOPEN - Sistema de Informações Penitenciárias é um programa de coleta de dados, o qual é alimentado pelas Secretarias Estaduais com informações estratégicas sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

Unidos, China e Rússia. Eis o paradoxo do nosso sistema penal: nunca antes, na história do Brasil, houve tanta gente atrás das grades, mas, nem por isso, os cidadãos sentem-se mais seguros.

Assim, segundo Falconi (1998), a prisão é um lugar onde o Estado mantém indivíduos que têm um comportamento considerado desviante do meio social em que convivem, e que precisam ser “segregados.” Ainda, sobre a questão dos presídios, o referido autor ressalta que não se trata apenas de um presídio, mas de um “verdadeiro inferno”, capaz de inverter as relações sociais e de criar, no conjunto de presos, imposições que dificultarão sua futura reinserção na comunidade dos homens livres.

Nesse contexto, caracteriza-se o fenômeno do aprisionamento que, segundo Fonseca (2006), deriva das condições subumanas de encarceramento às quais são submetidos os presos brasileiros, e pela própria natureza punitiva da pena privativa de liberdade. Além disso, existe o afastamento entre o preso e a família, e sua segregação com relação à sociedade, tratando a prisão de neutralizar a formação e o desenvolvimento de valores humanos básicos, contribuindo para a estigmatização, despersonalização e prisionalização do detento.

Assim como afirma Foucault (2009), quando o apenado fica à mercê do controle das normas de punição, este perde sua identidade e pode modificar sua personalidade cultural em função de ser manuseado pela institucionalização, desenvolvendo sentimentos de inferioridade, empobrecimento psíquico e regressões; enfim, características desenvolvidas através da vida carcerária. Essa cultura carcerária pode tornar o preso mais hostil e agressivo contra qualquer forma de autoridade e ordem, criando um modo de vida paralelo, com regras, costumes e até uma ética própria de condições de sobrevivência na prisão.

Tais fatos enxertam o paradoxo sobre a correção prisional, onde se tenta desenvolver maturidade para o convívio em sociedade, em pessoas segregadas do meio social.

Assis (2011) também discute a esse respeito, citando que as condições a que o condenado é submetido no encarceramento, aliadas ao sentimento de rejeição e de indiferença sob o qual é tratado pela sociedade, produzem o estigma do ex-detento. Além disso, o total desamparo faz com que o egresso do sistema prisional torne-se marginalizado no meio social, resultando em um ciclo vicioso no qual o indivíduo e sua família ficam definitivamente marcados e impossibilitados de

retornar à vida normal, visto que o preconceito ainda predomina sobre essa classe, em particular.

Goffman (2008, pág. 51) afirma que:

O indivíduo estigmatizado é uma pessoa desacreditada, é provável que não reconhecamos logo aquilo que o torna desacreditado e, quando se mantém essa atitude de cuidadosa indiferença, a situação pode se tornar tensa, incerta e ambígua para todos os participantes, sobretudo a pessoa estigmatizada.

Em pesquisa realizada junto a detentos do Projeto *Reintegr@ndo Digit@l e Soci@lmente*, sob minha coordenação, foi possível identificar que existe um processo de estigmatização evidenciado pelos fatos descritos por reeducandos, que experimentam sentimentos de medo e insegurança no momento do retorno ao convívio familiar e social. Relataram, também, que a utilização de práticas educativas, além de proporcionar conhecimentos, contribui para que o preso não se sinta desqualificado e desnecessário, com elevação da autoestima e maiores perspectivas para mudar de vida. (TOMÉ et al., 2009).

Esses resultados são coerentes com os de Assis (2011) ao constatar que o estigma de ex-presidiário e o total desamparo pelas autoridades fazem com que o egresso do sistema carcerário torne-se excluído no meio social, o que acaba levando-o de volta ao mundo do crime, por não ter melhores opções e oportunidades sociais, além de estar sujeito ao preconceito da sociedade, em todos os aspectos. Dessa forma, as perspectivas dos presidiários, em face a esse processo de discriminação, estão centradas no apoio das famílias, tanto sentimental quanto financeiro.

Diante desses resultados, pressupôs-se que a participação das famílias e das redes sociais⁴ é elemento indispensável ao processo de reintegração e de resgate da identidade, com reflexos na elevação da autoestima do indivíduo estigmatizado e de sua família, ao ter condições de proporcionar novas oportunidades de vida digna, capacitação para conhecer, analisar e transformar sua vida pessoal e profissional.

Porém, não é somente a família responsável pelo sucesso do apenado após o cumprimento de sua pena, há que se destacar muitos outros fatores que são responsabilidade de Estado. A família, na maioria das vezes, é vista como o principal fator protetor do apenado, havendo, inclusive, uma alteração de papéis sociais a partir da prisão de um dos seus membros, o que faz com que, muitas vezes, a esposa

⁴ De acordo com Castells (2007), rede social seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de indivíduos com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos.

tenha que assumir o papel de pai da família, sustentar financeiramente a casa, os filhos e outros dependentes e, ainda, auxiliar o detento em suas necessidades. Dessa forma, como afirma Pinto e Hirdes (2006), “a família do detento também está presa, e não está preparada para enfrentar a perda de um membro da família”.

Assim, cabe ao Estado a parcela que é de sua responsabilidade, uma vez que o mesmo Estado exige o cumprimento de obrigações por parte dos cidadãos, como pagamento de tributos, impostos, taxas, contribuições de melhoria, preços públicos, dentre outros; mas, em contrapartida, não cumpre totalmente com suas obrigações.

Um fato a ser destacado é a violência descontrolada, que tem ceifado diariamente a vida de inocentes, fazendo com que as pessoas vivam cada dia mais assustadas em razão da precariedade do sistema de segurança pública, marcado por falta de estruturas físicas, ausência de investimentos, falta de vagas no sistema penitenciário, rebeliões em presídios, e impunidades, fatores que contribuem efetivamente para o aumento da violência. Dessa forma, não basta a Polícia prender o infrator e o Poder Judiciário condenar o acusado, é necessário que o Estado ofereça condições de encarceramento adequadas e efetive políticas de ressocialização, almejando à não-reincidência e à contenção da superlotação dos presídios brasileiros.

Em vista de tais situações, mecanismos baseados na tentativa de levar o presidiário à ressocialização têm sido criados, buscando formas para que o apenado sintasse-se preparado para enfrentar a realidade que o espera lá fora. Entretanto, não se dispõe de uma política pública efetiva de reinserção social dos apenados, uma vez que as ações são isoladas e improvisadas, em alguns Estados.

Além disso, programas de ressocialização são pouco investigados quanto à viabilidade dos seus objetivos, em comparação com os resultados alcançados. Como tal, fica ainda a dúvida quanto à sua reprodutibilidade em estabelecimentos que ainda não foram envolvidos com esse programa. Desse modo, justifica-se a relevância da investigação em comparar diferenças e semelhanças de sistemas prisionais e suas implicações na ressocialização de apenados, bem como suas estratégias para o processo de reintegração social, em face à realidade vivenciada ao retorno da prisão.

Nesse sentido, a escolha da cidade de Piumhi-MG, junto à Unidade Prisional Comum, bem como a cidade de Viçosa-MG, no sistema da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), se constituiu em uma oportunidade

para produção de conhecimentos que visam responder às seguintes questões: “Como foi preparado o apenado para a volta à convivência familiar e social, através de práticas que buscam promover autonomia e melhoria da qualidade de vida? Como tem se concretizado o processo de reinserção social de apenados, ou seja, como se deu a sua trajetória de vida (antes, durante e após a prisão) e quais foram as estratégias adotadas para a reinserção social? Quais foram as principais redes ativadas, tendo em vista o preconceito social e as limitações do mercado de trabalho?”

Considerou-se que as respostas a estas questões poderão subsidiar as políticas e programas de assistência aos apenados, que visarem à reintegração e, portanto, à defesa social.

2.1 OBJETIVOS

Este trabalho teve como principal objetivo analisar o processo de reinserção de apenados, considerando tanto a capacidade dos programas de ressocialização, em propiciar condições para a autonomia e melhoria da qualidade de vida, quanto as estratégias de reinserção social, em face à realidade de suas trajetórias de vida.

Especificamente, com esta investigação, pretendeu-se:

- ✓ Identificar as práticas socioeducativas desenvolvidas pelo sistema prisional comum e sistema APAC, examinando a aplicabilidade das mesmas no processo de ressocialização e preparação para a reintegração social, na visão dos apenados, egressos e equipe técnica institucional;
- ✓ Caracterizar o perfil pessoal e familiar dos egressos, os principais problemas enfrentados durante a trajetória de vida, bem como as estratégias adotadas para a reinserção social;
- ✓ Examinar a morfologia das redes sociais ativadas pelos apenados e egressos, em busca da reintegração social;
- ✓ Analisar o processo de reinserção social de apenados e egressos, em termos de autonomia e melhoria da qualidade de vida.

A partir dos quatro objetivos específicos e do percurso metodológico da pesquisa, foram estruturados os artigos da dissertação, assim delimitados:

O primeiro artigo tratou de identificar e examinar as práticas socioeducativas desenvolvidas pelo sistema prisional comum e sistema APAC, considerando, através dos depoimentos dos apenados, egressos e equipe técnica institucional, sua aplicabilidade no processo de ressocialização.

O segundo artigo buscou caracterizar o perfil pessoal e familiar dos egressos, os principais problemas enfrentados durante a trajetória de vida, além de estratégias adotadas para a reinserção social, em termos de profissionalização, segurança econômico-financeira e convívio social.

O terceiro artigo examinou o tipo e a densidade das redes sociais ativadas pelos apenados e egressos, em busca da reintegração social.

O quarto artigo buscou analisar o processo de reinserção social, por meio da percepção dos apenados e egressos quanto ao alcance da autonomia e qualidade de vida.

III – O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

3.1 - Caracterização da Pesquisa

A pesquisa caracterizou-se como descritivo-compreensiva, uma vez que o objeto de estudo esteve centrado na análise do processo de reinserção social de apenados, por meio de suas perspectivas de profissionalização e autonomia, além da análise da qualidade de vida, em face ao papel e ativação das redes sociais. Para tanto, foram analisados dois formatos de sistema prisional: sistema prisional comum e sistema prisional com programas de ressocialização (APAC).

A pesquisa, de caráter qualitativo, proporcionou a análise das experiências dos indivíduos relacionadas às histórias biográficas obtidas a partir de relatos, conhecimentos e histórias do dia a dia dos atores sociais entrevistados.

A pesquisa qualitativa parte da noção da construção social da realidade em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação à questão em estudo (FLICK, 2009).

No que diz respeito à metodologia utilizada nesta pesquisa, pode-se dizer que significou um “mergulho na experiência do outro”, através das histórias de vida, tendo como objetivo encontrar indícios, detalhes, particularidades e singularidades que auxiliassem no processo de compreensão da construção das identidades dessas pessoas e suas estratégias de reinserção social.

Essa metodologia permitiu mostrar, através dos relatos autobiográficos, a importância da história de vida pessoal e profissional, proporcionando a identificação de episódios significativos da história de vida de cada um dos entrevistados bem como a compreensão do seu processo de reintegração social.

3.2 – Local de Estudo e Unidades Empíricas de Análise

Para o desenvolvimento deste estudo, foram utilizados como unidades empíricas de análise dois estabelecimentos prisionais, localizados em dois municípios mineiros: a cidade de Viçosa, localizada na região da Zona da Mata, situada a 230 km da capital mineira, cuja população é de, aproximadamente, 74.171

habitantes (Censo do IBGE⁵, 2011); e a cidade de Piumhi, localizada na Mesorregião Oeste do Estado, com uma população de 31.192 habitantes, situada a 256 km da capital do estado, Belo Horizonte. A população estudada constituiu-se de apenados tanto do sistema prisional comum quanto da APAC, que constituem as unidades empíricas de análise desta pesquisa.

De acordo com o Ministério da Justiça, há cerca de 100 unidades de Assistência e Proteção ao Condenado⁶, no território nacional. Em Viçosa, o método APAC iniciou seu processo de implantação em meados de 2003, incentivado por um grupo de pessoas preocupadas com a situação dos presídios comuns, tendo como modelo a APAC da cidade de Itaúna/MG, vista como referência mundial na ressocialização de condenados.

Segundo Ottoboni (2001), o método APAC utiliza uma metodologia que procura romper com o sistema penal vigente, visando preparar o condenado, o qual passou a ser chamado de recuperando, para ser devolvido em condições de conviver de maneira harmoniosa e pacífica com a sociedade. Sendo assim, a proposta de se trabalhar com práticas educativas e oficinas de profissionalização e recuperação, por meio de cursos e espiritualidade, é o objetivo dos programas de ressocialização da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que visam resgatar a cidadania do condenado.

A APAC de Viçosa tem capacidade para 44 recuperandos e, na época desta pesquisa, contava com 35 apenados. A APAC trabalha com três regimes de cumprimento de pena: regime fechado, com 15 recuperandos; o regime semiaberto, com 8; e o regime aberto, com 12 recuperandos. É coordenada por uma direção composta de quatro funcionários, sendo que o restante é constituído por voluntários, somando, ao todo, quarenta e cinco pessoas.

Outra unidade empírica de análise também selecionada para o desenvolvimento deste trabalho foi a Unidade Prisional de Piumhi, que ainda funciona como sistema presidial comum, sem programas específicos de ressocialização.

O presídio de Piumhi, antes denominado Associação Pró-Cadeia, deu início às suas atividades em 1º de agosto de 1994, mas somente em 14 de dezembro

⁵ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁶ Fonte: MINAS GERAIS. Ministério da Justiça. (2011). Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>.

de 2007 tornou-se Unidade Prisional, com suas normas e condições obedientes à SEDS⁷. Possui capacidade para noventa e seis detentos, distribuídos em quinze celas e uma casa de albergados, compondo os regimes fechado, semifechado, aberto (albergue) e para menores infratores.

Até dezembro de 2010, a Unidade Prisional de Piumhi possuía, ao todo, cento e trinta detentos, fato que, segundo depoimento do Diretor da Unidade, ainda não caracterizava superlotação, pois os mesmos estavam devidamente distribuídos em seus regimes de prisão. A Unidade, ainda, contava com trinta e quatro agentes penitenciários, oito funcionários administrativos e dois diretores. Não há uma aplicação efetiva de práticas educativas, mas a Unidade conta com algumas participações voluntárias por parte da comunidade piumhiense.

De acordo com informações coletadas com os responsáveis pela Unidade, em Piumhi, o índice de reincidência criminal está em torno de 30 a 40%, devido ao fator “falta de emprego”.

3.3 – Composição da Amostra

Quanto à composição da amostra da pesquisa, a escolha do público entrevistado se deu da seguinte forma: os 6 egressos entrevistados da APAC de Viçosa resultaram de uma pesquisa documental na instituição, que continha dossiês de todos os egressos que passaram pela APAC. Foram descartados aqueles egressos cujos endereços e telefones não existiam; do restante, somente 12 foram identificados como residentes na cidade de Viçosa/MG. Porém, ao efetivar a pesquisa, constatou-se que somente 6 residiam na cidade. Quanto à condução da pesquisa através do grupo focal, participaram os 12 apenados do regime aberto da APAC de Viçosa.

Segundo o método APAC (OTTOBONI, 2001), “todo homem é maior do que seu erro”. Dessa forma, qualquer apenado pode participar do método APAC, desde que não seja reincidente no crime e se comprometa a cumprir as normas exigidas pela instituição. Uma vez que tenha permissão judicial e esteja atento para as normas que regem as APACs, o apenado fará parte do método e só deixará de participar do mesmo se descumprir as normas pré-estabelecidas.

⁷ A Secretaria de Estado Defesa Social (SEDS) tem como missão promover a segurança da população de Minas Gerais, desenvolvendo ações de prevenção à criminalidade, integração operacional dos órgãos de Defesa Social, custódia e reinserção social dos indivíduos privados de liberdade, proporcionando melhoria da qualidade de vida das pessoas. Fonte: <<http://www.seds.mg.gov.br>>.

Quanto aos entrevistados da Unidade Prisional de Piumhi, em função da organização pela qual passava a instituição, em termos de informatização, uma lista com 10 nomes de egressos foi fornecida por um agente penitenciário da Unidade, supondo serem residentes na cidade de Piumhi/MG; destes, somente cinco foram entrevistados, porque dois não residiam na cidade e o restante se negou a fazer parte da pesquisa. Com relação à condução da pesquisa através de grupo focal, esta prática não foi permitida por parte da Direção da Unidade.

Em se tratando dos crimes praticados por esses entrevistados, tanto os da APAC de Viçosa quanto os da Unidade Prisional de Piumhi, podem ser listados: uso e tráfico de drogas, assalto à mão armada, formação de quadrilha, homicídios e sequestros.

3.4 – Instrumentos de Coleta de Dados

Para a coleta dos dados, fez-se uso tanto da pesquisa documental quanto de entrevistas semiestruturadas individuais e grupais (grupo focal), junto a Egressos (Apêndice 1), funcionários da APAC (Apêndice 2) e Agentes Penitenciários (Apêndice 3). As questões das entrevistas foram elaboradas a partir dos pontos centrais da pesquisa, focando os seguintes itens: características gerais dos indivíduos investigados, identificação e análise dos tipos de práticas socioeducativas e sua aplicabilidade no processo de reinserção social, e principais redes ativadas para o alcance da autonomia e qualidade de vida.

Em um primeiro momento, buscou-se caracterizar o perfil pessoal e familiar dos apenados por meio da análise dos registros ou dossiês e de documentos sobre as ações de reintegração desenvolvidas pelas instituições prisionais. Essa pesquisa documental foi complementada com percepções da equipe técnica sobre esse processo de reintegração, por meio de entrevista semiestruturada.

Outra técnica utilizada na pesquisa foi o Grupo Focal⁸, aplicado, em um segundo momento da coleta de informações, junto aos detentos do regime aberto da APAC, tendo como foco: “A minha trajetória de vida e a efetividade das ações de reintegração social, no sentido do alcance da autonomia e qualidade de vida”. Neste

⁸ Segundo Costa (1999), o grupo focal é, na verdade, uma entrevista coletiva que busca identificar tendências e, ao mesmo tempo, refletir sobre o essencial, o sentido dos aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular; os princípios e motivações que regem os julgamentos, percepções e ações das pessoas acerca do tema a ser estudado.

momento, foi aplicada uma dinâmica, conforme metodologia proposta por Sluzki (1996 apud Branco, 2006), para mapeamento das redes sociais (Apêndices 4 e 5). Para complementar as informações do mapeamento das redes sociais, os apenados foram entrevistados conforme roteiro do Apêndice 6. Esta técnica não foi aplicada junto aos detentos do regime prisional comum, pois o sistema gestor não autorizou.

No terceiro momento da pesquisa, foi realizada uma entrevista individual com um egresso de cada vez. Richardson (1999) fala da necessidade de realizar esse tipo de estudo, citando:

[...] seja porque o número de elementos é demasiado grande, os custos são muito elevados ou, ainda, porque o tempo pode atuar como agente de distorção (a informação pode variar se transcorrer muito tempo entre o primeiro elemento e o último). Essas e outras razões obrigam, muitas vezes, a trabalhar com uma só parte dos elementos que compõem um grupo (RICHARDSON, 1999, p. 157).

Naquele momento, pretendeu-se refletir sobre a trajetória de vida desde o momento da liberdade, os principais problemas enfrentados para inserção no mercado de trabalho e convivência social, estratégias adotadas e redes sociais ativadas, em busca de autonomia e melhoria da qualidade de vida.

IV – REFERÊNCIAS

ASSIS, Rafael Damaceno. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acessado em: 18/01/2011.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 3ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Revan, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede. (A Era da informação: Economia, Sociedade e cultura, vol. 1)**. 10ª edição. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra, 2007.

COSTA, Jurandir. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FALCONI, Romeu. **Sistema Presidial. Reinserção Social?** São Paulo. SP. Ícone Editora, 1998.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre. RS. Editora Artmed, 2009.

FONSECA, Karina Prates da. **(Re)pensando o Crime Como Uma Relação de Antagonismo Entre Seus Autores e a Sociedade**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília. DF, v.26, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

Acessado em: 10/02/2011.

GALIETA, Isabel Camilo. **Resiliência, o Verdadeiro Significado**. Disponível em: <<http://www.fae.edu/publicador/conteudo/foto/2082004Isabel%20Camilo%20Galietta.PDF>> Acessado em: 07/01/2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora LTC, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao > Acessado em: 25/01/2011.

MINAS GERAIS. **Municípios Mineiros**. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/municipiosmineiros.htm>>. Acessado em: 09/01/2011.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Defesa Social**. Disponível em: <<http://www.seds.mg.gov.br/index.php>>. Acessado em 20/01/2011.

Ministério da Justiça. **Informações Gerais**. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRIE.htm>>. Acessado em: 25/01/2011.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo. SP. Paulinas, 2001.

PINTO, Guaraci. HIRDES, Alice. **O Processo de Institucionalização de Detentos: Perspectivas de Reabilitação e Reinserção Social**. Revista de Enfermagem. Santo Expedito do Sul. RS, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 10/02/2011.

REGO, Michelle Helene Santos; GIACOMASSI, Ismênia. **Estudo Comparativo dos Tratamentos realizados nas Instituições Carcerárias no Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.brazcubas.br/professores/sdamy/mubc05.html>> Acessado em: 18/01/2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo. SP. Editora Atlas, 1999.

SCHELP, Diogo. **O Brasil Atrás das Grades**. Veja, Brasília, n.º 2192, p. 104, nov. 2010.

TJMG. **Projeto Novos Rumos na Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/mapa.html#institucional>>. Acessado em: 19/01/2011.

TOMÉ, Stella Maria Gomes; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; BARTOLOMEU, Tereza Angélica. Práticas educativas como fator de reintegração social da população privativa de liberdade: o caso do Projeto Reintegr@ndo Digit@l e Soci@lmente- Piumhi/MG. In: **XIX Simpósio de Iniciação Científica, VII Simpósio de Extensão Universitária, IX Mostra Científica da Pós-Graduação e III Simpósio de Ensino**. Viçosa: UFV, 2009.

ARTIGO I – O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE APENADOS EM SISTEMAS PRISIONAIS DIFERENCIADOS

1 – RESUMO

No Brasil, a situação dos sistemas prisionais é calamitosa, considerando-se a superlotação de cadeias e presídios, as degradantes condições de encarceramento e a falta de recursos financeiros para custear tarefas educativas e de profissionalização. Nesse cenário, cresce a importância da adoção de políticas que efetivamente promovam a recuperação do detento, tendo por ferramenta práticas socioeducativas que visem punir e ressocializar. Dessa forma, objetivou-se, neste artigo, examinar as práticas de ressocialização e reintegração social de apenados do Sistema Prisional comum de Piumhi/MG e APAC de Viçosa/MG. A pesquisa qualitativa utilizou pesquisa documental para a identificação das práticas de ressocialização dos sistemas prisionais, além de entrevista coletiva (grupo focal) com apenados e entrevista semiestruturada com egressos e equipe técnica institucional, para análise de sua adequação. Os resultados evidenciaram que as atividades identificadas como de reabilitação, tais como educação, práticas laborterápicas e de espiritualidade, oficinas profissionalizantes, cursos e palestras, são mais valorizadas na APAC, assumindo posição secundária nos presídios, cuja prioridade é vigiar e punir. Concluiu-se que a ressocialização e reintegração social depende da conscientização e participação efetiva, tanto do público envolvido no ambiente carcerário quanto da sociedade em geral. As práticas socioeducativas, tecnicamente planejadas, diversificadas e assistidas, proporcionam conhecimentos e contribuem para que o apenado não se sinta desqualificado e desnecessário, com elevação da autoestima e maiores perspectivas para mudar de vida.

Palavras-chave: Ressocialização, Reintegração Social, Práticas Socioeducativas.

2 – ABSTRACT

In Brazil the situation is dire prison systems, considering the overcrowding of jails and prisons, the degrading conditions of confinement and lack of financial resources towards professionalisation and educational tasks. In this

scenario increases the importance of adopting policies that effectively promote the recovery of the prisoner taking tool for social and educational practices that aim to punish and re-socialize. Therefore, this article aimed to examine the practices of socialization and social reintegration of inmates of the Prison System Joint Piumhi MG and APAC Viçosa/MG. This qualitative research used desk research to identify the practices of socialization of prison systems, and conference (focus group) and inmates with semi-structured interviews with egress and technical team building, for analysis of its adequacy. The results showed that activities identified as rehabilitation like education, practice and spirituality *Laborterapica*, training workshops, courses and lectures, are more valued in APAC, assuming a secondary position in the prisons, whose priority is to monitor and punish. It is concluded that the rehabilitation and social reintegration depends on the awareness and effective participation of the public involved in the prison and the society at large. The socio-educational, technically planned, assisted and provide diversified knowledge and contribute to the inmate does not feel unqualified and unnecessary, with improved self-esteem and greater prospects to change their lives.

Keywords: Resocialization, Social Reintegration, Social and Educational Practices.

3 - INTRODUÇÃO

Um fator preocupante no Brasil são as elevadas taxas de reincidência criminal. Segundo dados apresentados por Barros (2003), a maior parte da massa carcerária brasileira é composta de jovens em idade ativa (54,5% têm menos de 30 anos), de baixa escolaridade (97,0% são analfabetos ou semianalfabetos), com grande inserção na prática de crimes de furtos e roubos (47,0%), e um alto índice de reincidência (85,0%).

Essa realidade é também comprovada por Silva (2003) e Soares (2008). Segundo estes autores, a maior parte dos presos procede de grupos sociais já marginalizados e excluídos da sociedade ativa, em função dos mecanismos de mercado que regulam o mundo do trabalho, sendo a pena um mal tanto para o apenado quanto para a sociedade que se vê privada de um cidadão.

Nesse sentido, a reintegração do condenado à família e à sociedade significa corrigir as condições de exclusão social desses setores, evitando a reincidência criminal ou a marginalização secundária e o retorno à prisão.

Em face a esse cenário, alternativas de ressocialização têm sido propostas dentro de alguns regimes de correção penal, como é o caso da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), com intuito de diminuição da taxa de reincidência e alcance de uma melhor qualidade de vida para os envolvidos e suas famílias, através de oficinas de profissionalização e espiritualidade. Mesmo as Unidades Prisionais comuns têm tentado formas de ocupação do tempo do condenado e melhoria de sua realidade, através de tarefas educacionais. Porém, percebe-se que são precárias as condições de estrutura física nesses locais e, além disso, a falta de recursos financeiros limita a promoção e o custeio das práticas de profissionalização.

Assim, a geração de conhecimento, através de pesquisas como esta, pode subsidiar políticas públicas e programas de assistência aos regimes de correção penal, que possam contrapor ao ambiente segregante da individualidade, singularidade e liberdade dos presídios e, ao mesmo tempo, contribuir para a promoção de uma reciprocidade de aceitação por parte da sociedade, visando reduzir o retorno à criminalidade como forma de sustento e identidade.

Nesse sentido, o presente estudo buscou examinar as práticas de ressocialização e reintegração social de detentos do Sistema Prisional Comum (Piumhi/MG) e APAC (Viçosa/MG), considerando as percepções da equipe técnica institucional, de recuperandos do sistema APAC e de egressos destes dois sistemas prisionais.

4 – REVISÃO DE LITERATURA

4.1 – O Processo de Ressocialização e Reintegração Social

É comum ouvir-se falar em ressocialização, principalmente quando o assunto diz respeito a reclusos. Segundo o Ministério da Justiça (MINAS GERAIS, 2011), o termo ressocializar traz a ideia de uma nova socialização, através de práticas de reintegração social. Tais práticas podem ser definidas como um conjunto de intervenções técnicas, políticas e gerenciais, que, quando levadas a efeito, durante e

após o cumprimento de penas, podem criar uma interface de aproximação entre o Estado, a comunidade e as pessoas que se beneficiam delas.

De acordo com Falconi (1998), a ressocialização trata-se de um princípio fundamental de humanização quanto à execução das penas e medidas privativas de liberdade, onde, quando trabalhada de forma planejada, visando à segurança e à sustentabilidade, promove a reinserção social do indivíduo recluso.

Nada resolve, punir por punir. Se a pena não reúne capacidade e competência para diminuir ou aliviar os males que o crime produz, então ela é inócua e despicienda. Não reeduca, não ressocializa e, como consequência drástica, não se presta para a reinserção social (FALCONI, 1998).

O autor ainda afirma que, para que se alcance de fato a reinserção social do apenado, o sistema de correção deve, obrigatoriamente, envolver vários segmentos, não se limitando somente ao convívio interno dos presídios. Deverá haver sincronização entre trabalhos socioculturais e aqueles próprios dos programas de ressocialização que, bem planejados e trabalhados em equipe, faça operar todos os setores envolvidos nesse processo.

Ainda, de acordo com Falconi, o termo reintegração, originário do latim “*integratio*”, com acréscimo do prefixo “re”, diz respeito a estar integrado em algo uma outra vez, juntar-se a um determinado grupo e dele fazer parte, visando alcançar, através da atividade sociocultural e laborterápica, a reintegração do indivíduo privativo de liberdade ao meio social, de tal forma a não voltar para a criminalidade.

É necessário destacar que a sociedade só aceita o indivíduo de volta após notar nele o retorno à conduta tida como “dentro dos padrões” para seu espaço social. Nesse caso, todo indivíduo privado de liberdade deveria passar por um processo de reintegração social ao reassumir os valores sociais outrora abandonados.

Diante do fato de as prisões assumirem o papel que vai além de vigiar e punir através de práticas que visem à reintegração social, tais questões auxiliaram no surgimento das “APACS”, constituídas de suas legislações e estatutos. A preocupação destas instituições é a não-reincidência do ex-condenado, é auxiliar e prover condições para a melhoria da defesa social, visando alterar o comportamento social do cidadão delinquente, para, novamente, reintegrá-lo à sociedade.

Essas associações acreditam que a volta do ex-condenado às ruas pode tornar-se, no sentido de reintegração ao meio social, mais suave e mais profissional.

Sendo assim, as famílias são também um componente do método APAC, que as considera um elo de força para que o apenado não volte a delinquir. Segundo o método, é de fundamental importância a participação da unidade familiar e suas redes sociais, no sentido de modificar realidades e resgatar a autoestima.

O processo de ressocialização, por meio do método APAC, segundo Ottoboni (2001), possui doze elementos fundamentais, tendo como suportes o amor incondicional e a confiança. Estes dois aspectos devem ser manifestados o tempo todo por parte dos voluntários, através de gestos concretos de acolhida, de perdão e de diálogo, no relacionamento com os recuperandos. De acordo com o método APAC, os doze elementos são: 1. O recuperando ajudando o recuperando, por meio da Representação de Cella e do Conselho da Sinceridade e Solidariedade (CSS); 2. O trabalho, seja os laborterápicos (artesanais), para o regime fechado, visando à reciclagem de valores, ou mesmo aqueles existentes no mercado de trabalho local, para os recuperandos do regime semiaberto e aberto; 3. A religião e a importância de se fazer a experiência com Deus; 4. Assistência jurídica; 5. Assistência à saúde; 6. Valorização humana, visando reformular a autoimagem do homem que errou; 7. A família, buscando seu cuidado; 8. O estreitamento dos vínculos afetivos e a futura readaptação dos detentos ao convívio em sociedade; 9. O serviço voluntário, uma vez que o serviço apaqueano é baseado na gratuidade; 10. O Centro de Reintegração Social, que trabalha com os regimes semiaberto e aberto, com o objetivo de oferecer ao recuperando a oportunidade de cumprir a pena próximo de seu núcleo familiar; 11. O mérito, que representa o referencial do recuperando em termos de tarefas exercidas, advertências, elogios, saída, etc.; 12. A Jornada de Libertação com Cristo, que constitui momentos de reflexão e interiorização com os recuperandos, com o objetivo de fazê-los repensar o verdadeiro sentido da vida.

De acordo com o método APAC, os programas de ressocialização são utilizados em três regimes: aberto, semiaberto e fechado. Segundo o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG, 2011), no regime fechado, a APAC preocupa-se tão somente com a recuperação do sentenciado, buscando a melhoria de sua autoimagem e fazendo aflorar os valores intrínsecos do ser humano. Por outro lado, no regime semiaberto, cuida-se da formação de mão de obra especializada, por meio de oficinas profissionalizantes instaladas dentro dos Centros de Reintegração, respeitando-se a aptidão de cada recuperando; já no regime aberto, o trabalho tem o

enfoque de inserção social, pois o recuperando presta serviços à comunidade, trabalhando fora do Centro de Reintegração.

Por outro lado, de maneira discreta e ainda muito superficial, Unidades Prisionais também têm voltado seu olhar para práticas de ressocialização. Porém, este processo, nas Unidades, ainda se dá sem planejamento e às voltas com o serviço voluntário da sociedade.

Foucault (2009) ressalta que o conceito de vigiar e punir sem qualquer preocupação educacional ou profissional não trará resultados positivos, tratando-se apenas de um tipo de adestramento de corpos e almas, não atingindo o objetivo principal, que é corrigir e reinserir.

Assim, o trabalho de recuperação de condenados vem ganhando, ao longo dos anos, várias denominações, como reinserção, ressocialização, reeducação e recuperação, mas todas elas remetem ao mesmo valor: práticas que visam reabilitar e preparar o condenado para o retorno à vida e à sociedade.

5 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido junto à APAC da cidade de Viçosa/MG e na Unidade Prisional da cidade de Piumhi/MG.

A amostra foi constituída de quatro funcionários, doze apenados do regime aberto e seis egressos da APAC de Viçosa, além de três agentes penitenciários e cinco egressos da Unidade Prisional de Piumhi.

Foram realizadas, também, pesquisa documental sobre o funcionamento de práticas dos sistemas prisionais, entrevista coletiva (grupo focal) com apenados e entrevista semiestruturada com egressos e equipe técnica institucional.

Na entrevista coletiva, o foco foi na percepção dos apenados sobre as práticas de ressocialização e reintegração social.

Para as entrevistas semiestruturadas, foram utilizadas variáveis de análise que permitissem perceber a visão dos entrevistados sobre as práticas de ressocialização, tais como: *os tipos de atividades que o sistema prisional tem proporcionado aos apenados, visando à sua ressocialização ou reintegração social; a eficácia dos instrumentos, no sentido da ressocialização dos apenados; o motivo da escolha dos instrumentos selecionados; a satisfação do apenado no que concerne à realização dessas práticas de ressocialização e reintegração; os principais*

problemas da reinserção social dos apenados e as sugestões para que o processo de reinserção fosse melhor.

Os dados qualitativos obtidos por meio do depoimento desses atores sociais foram transcritos, categorizados e analisados tematicamente.

6 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas entrevistas com egressos do Sistema Presidial Comum e APAC, bem como com a equipe profissional dos dois regimes de punição e, ainda, na dinâmica de grupo focal com recuperandos do regime aberto da APAC-Viçosa, tratou-se do processo de ressocialização através de práticas socioeducativas utilizadas dentro dos dois sistemas de correção penal. Não foi possível utilizar a dinâmica de grupo focal com apenados da Unidade Prisional de Piumhi, uma vez que não houve permissão por parte da Unidade para fazê-lo.

Quando se fala em ressocialização, logo se pensa em “refazer-se” em sociedade, onde a relação entre os atores sociais envolvidos implicará em (re)estabelecer redes sociais e familiares. Segundo Bock (1999), trata-se de recriar interações sociais, restabelecer relacionamentos entre indivíduos, através de comunicação e contato, envolvendo significados e expectativas em relação aos outros indivíduos.

Com a pesquisa documental, constatou-se que a Unidade Prisional de Piumhi, desde 2007, pertence à Secretaria de Estado de Defesa Social, e que se pretende criar uma APAC na cidade, visando alcançar menores taxas de reincidência criminal, por meio do fator humanização e profissionalização.

Em Viçosa, a APAC encontra-se em funcionamento desde 2005. As futuras pretensões da APAC de Viçosa, de acordo com os funcionários, será a ampliação do local de trabalho, a aquisição de mais oficinas profissionalizantes e maior número de voluntários comprometidos com essa causa.

6.1 – A Visão da Equipe Institucional

De acordo com depoimentos dos agentes da Unidade Prisional de Piumhi, o trabalho de ressocialização com apenados ainda é uma proposta em desenvolvimento, embora medidas já estejam sendo tomadas para que haja um trabalho de reintegração com os detentos, visando à sua volta à sociedade e,

principalmente, ao mercado de trabalho. Relataram que, para que isso ocorra, a iniciação das práticas socioeducativas através do serviço voluntário de algumas pessoas da comunidade tem sido bem aceita, conforme destacado pelo Agente 1:

A escola dentro da Unidade Prisional, o trabalho interno e externo, as missas, os cultos com participação dos familiares. Além de feitos com boa vontade por pessoas voluntárias da comunidade, tem seu valor especial para cada condenado. Os apenados também têm oportunidades de trabalhar com artesanato, fabricação de luvas e costura de botinas. Ainda têm mensalmente palestras informativas sobre saúde, família, mercado de trabalho, justiça, entre outras (AGENTE 1, masculino, casado, 37 anos – UP).

A escola citada pelo Agente 1 diz respeito ao trabalho voluntário de uma professora de línguas que, uma vez por semana, ministra aos apenados aulas de alfabetização e redação, em nível de Ensino Fundamental. O trabalho com artesanatos, fabricação de luvas e costura de botinas acontece durante três dias na semana, também por parte de voluntários de uma empresa de calçados local. Essas atividades laborais, do ponto de vista antropológico, possibilitam que o apenado faça uma reflexão sobre si mesmo e seus projetos futuros. O que corrobora as afirmações de Pinto e Hirdes (2006), quando os autores discutem a importância do trabalho para esse público privado de liberdade:

O que acaba se descortinando é um quadro que se assemelha a uma ética do trabalho, porque ali o trabalho aparece no nível das representações coletivas, com um valor universal que distingue todos os homens de bem, porque o trabalho é sinônimo de decência, de organização e marca da honestidade atemporal, um escudo contra a corrupção (PINTO e HIRDES, 2006, p. 680).

Diante dessas atividades, mesmo não planejadas e iniciantes ainda no processo de preparação do apenado para a volta à vida livre, fica claro a importância do trabalho para esses sujeitos. Entretanto, é necessário atentar para que o trabalho prisional não seja apenas uma forma de ocupação do tempo, devido à falta de projetos educacionais e profissionalizantes que construam alicerces para a vida futura.

Em Viçosa, os funcionários da APAC reforçaram que as atividades de valorização humana, através de atividades religiosas e psicossociais, aliadas à profissionalização do apenado, são instrumentos capazes e eficientes no processo de ressocialização. Como cita um dos funcionários:

Instituições que aplicam o Método APAC, como é o caso da APAC Viçosa, desenvolvem diversas atividades com os recuperandos, a fim de contribuir para o processo de recuperação e reintegração social. A APAC Viçosa desenvolve atividades de valorização humana nos três regimes de cumprimento da pena – fechado, semi-aberto e aberto – sendo que em cada regime, as atividades visam alcançar determinado objetivo a saber:

* Regime fechado: visa resgatar valores pessoais, tais como solidariedade, amor, confiança e respeito ao próximo. Neste regime são desenvolvidas atividades de laborterapia, em que são produzidos artesanatos voltados para a doação e não visando o lucro; aulas de valorização humana; atividades com uma psicóloga voluntária; orações; atividades dos Narcóticos Anônimos e Alcoólicos Anônimos, dentre outras.

* Regime Semi-aberto: visa a profissionalização dos recuperandos. Para tanto, há uma padaria e uma marcenaria. Há ainda cursos profissionalizantes; aulas de valorização humana; atividades com uma psicóloga voluntária; orações; atividades dos Narcóticos Anônimos e Alcoólicos Anônimos, dentre outras.

* Aberto: é voltado para a reinserção social. Os recuperandos deste regime participam de atividades religiosas, contudo, permanecem na instituição apenas a noite e finais de semana. Nos demais momentos estão trabalhando fora da instituição ou com a família. Há atividades de orações e reflexões (FUNCIONÁRIO 4, feminino, casada, 32 anos – APAC).

Tais situações podem ocorrer, como mostra a pesquisa realizada pelo cientista social Elionaldo Fernandes Julião, citada pela edição Online, do Zero Hora (2011), que demonstra o papel significativo do trabalho e da educação na reinserção social dos apenados. De acordo com a tese, trabalhar na prisão diminui as chances de reincidência em 48,0%; enquanto que o estudo na cadeia diminui em 39,0% as chances de o detento voltar ao crime.

Ainda, observando a categoria “atividades para ressocialização”, tanto os Agentes Penitenciários quanto os Funcionários da APAC acreditam que, com um bom planejamento, resultados positivos poderiam ser alcançados. Porém, é necessário adequar a cada realidade municipal ou regional as atividades de ressocialização a serem propostas; pois, de outra forma, pode até haver o preparo do apenado, porém não há absorção deste pelo mercado de trabalho.

Quando perguntados sobre a eficácia da realização de práticas socioeducativas e por qual motivo foram estes os instrumentos selecionados, os funcionários da equipe técnica da APAC de Viçosa ressaltaram que o método já tem em si os instrumentos a serem trabalhados, como mostra o depoimento abaixo:

A partir de estudos realizados por profissionais ligados diretamente ao processo de cumprimento de pena e de ressocialização, os elementos do método APAC, que são doze (participação da comunidade, recuperando ajudando o recuperando, trabalho, religião e a importância de se fazer a experiência de Deus, assistências jurídica, assistência a saúde, valorização humana, família, serviço voluntário, Centro de Reintegração Social, mérito e jornada de libertação com Cristo) foram elencados como fundamentais à recuperação do preso. Destacando-se que os elementos devem ser trabalhados em conjunto e não separadamente e que não há um elemento mais importante que outro (FUNCIONÁRIO 1, masculino, solteiro, 23 anos – APAC).

Na Unidade Prisional de Piumhi, trabalha-se com o que é ofertado de forma voluntária pela comunidade. Em entrevista com Agentes Prisionais de Piumhi, constatou-se que 66,7% dos agentes acreditam nas práticas de ressocialização, e 33,3% acreditam parcialmente ou não acreditam, como mostra o Gráfico 1.

Os agentes penitenciários, que acreditam parcialmente ou não acreditam, destacam a falta de estrutura da comunidade ao receber o ex-presidiário, conforme depoimento de um dos agentes:

Acredito em partes. O sistema prisional hoje trabalha no sentido de melhorar a condição de vida do preso, se comparado com alguns anos atrás, a evolução foi muito grande. Agora, por mais que o sistema ofereça condições para a ressocialização, o egresso não tem respaldo da sociedade, o preconceito ainda é grande. Conseguir um emprego é uma tarefa muito difícil para um ex-presidiário (AGENTE 2, masculino, casado, 37 anos – UP).

Por outro lado, 100% dos funcionários da APAC de Viçosa acreditam na eficiência das práticas de ressocialização, desde que o apenado queira assumir uma nova postura diante da realidade vivida, como mostra o depoimento de um dos funcionários:

Acredito sim na eficácia dos instrumentos de ressocialização. Contudo, é evidente que há a necessidade de o recluso ter a determinação de mudança de vida, pois, na minha opinião, a aplicação do Método APAC não muda ninguém, apenas oferece oportunidades, que se bem aproveitadas, podem fazer a diferença no processo de mudança de vida e ressocialização (FUNCIONÁRIO 2, masculino, casado, 33 anos – APAC).

Ao discorrer acerca da satisfação proporcionada aos apenados, quando adotadas práticas de reintegração social, agentes e funcionários dos dois regimes concordam que a satisfação dos detentos é considerável, em virtude de se sentirem valorizados, incentivados, mais tranquilos e menos resistentes ao cumprimento das normas de ambos os regimes. Porém, quando perguntados sobre os principais problemas da reinserção dos apenados, fica demonstrada a preocupação de ambas as instituições prisionais quanto à aceitação pelo mercado de trabalho, conforme fica claro nos depoimentos:

A aplicação do método APAC visa atender a todas as demandas dos apenados sendo físicas ou psicológicas. Acredito que a maioria esteja satisfeita em relação às suas demandas. Contudo, no meu entendimento, a APAC Viçosa não atende às necessidades dos recuperandos em relação à inserção no mercado de trabalho, pois há falta de apoio da sociedade e vagas de emprego (FUNCIONÁRIO 4, feminino, casada, 32 anos – APAC).

A maioria dos apenados quer ser reconhecida pelo seu talento ou capacidade na realização de determinada atividade. Porém, as principais

insatisfações retornam-se às dificuldades de inserção no mercado de trabalho (AGENTE 3, feminino, solteira, 26 anos – UP).

Apesar de serem regimes de correção distintos, ambos sugerem práticas de recuperação de apenados com vistas à valorização e profissionalização do ser humano, objetivando a reinserção no mercado de trabalho. Além disso, as equipes reiteraram que é de fundamental importância a participação da sociedade como receptora desses indivíduos, após cumprimento de pena.

6.2 – Percepção dos Apenados e Egressos dos Sistemas Prisionais

Apesar de não ter sido possível realizar a comparação entre as percepções dos apenados em regime aberto dos dois sistemas, uma vez que não houve permissão para aplicar a dinâmica de grupo focal na Unidade Prisional de Piumhi, considerou-se importante ressaltar a percepção dos apenados do regime aberto da APAC de Viçosa.

Ao serem perguntados sobre as atividades de ressocialização e sua eficácia, os apenados responderam positivamente em relação à oportunidade de se profissionalizar enquanto cumprem suas penas e afirmaram que o retorno acontece. Como mostra o depoimento abaixo:

O método APAC é a melhor forma de correção que eu conheço porque prepara a gente pra voltar pra família, pra sociedade, pra um trabalho honesto. E sem contar que todo mundo aqui está empregado, senão não estaríamos no aberto. Quem se esforça e cumpre o planejamento oferecido se dá muito bem. Volta a viver, entende? Reaprende tudo o que a gente esquece de costumes, boa índole... e a família se sente acolhida e feliz. As atividades que realizamos, como marcenaria, trabalho manual, padaria e outros, fazem parte do método e tem funcionado com todos nós. Antes não tinha e agora que tem, nós somos privilegiados (APENADO 12, casado, 41 anos – APAC).

Entretanto, os apenados ressaltaram as dificuldades de reinserção social, devido ao preconceito por parte da sociedade, uma vez que, segundo os entrevistados, a sociedade não se interessa em conhecer as propostas do método e a preparação dos que ali estão. De tal forma que, muitas vezes, a maior dificuldade da APAC é indicá-los a um bom emprego.

A APAC é muito boa. Sem ela a gente não seria o que é hoje. Só que parece que as vezes falta comunicação. É uma oportunidade ou outra de serviço e nós não somos escolhidos. Se nosso perfil não tá bom pra tal coisa, então traz uma oficina de tal coisa e treina a gente. Para não ficar perdendo oportunidade boa (APENADO 5, solteiro, 32 anos – APAC).

Ainda, de acordo com os depoimentos, nem sempre a APAC faz indicações e, às vezes, quando há procura por parte da comunidade, os responsáveis alegam que os apenados não têm perfil para determinada tarefa. Uma vez de volta à sociedade, os apenados recorrem à família e conhecidos com vistas a uma oportunidade de emprego que seja garantida, de modo a não perder o regime aberto.

Quando perguntados se sentiram seus direitos violados e em que sentido, os apenados responderam que os direitos foram violados quando foi perdida a liberdade, porque, segundo eles, não dá pra ter uma vida normal sem liberdade. Ressaltaram que, apesar de algumas dificuldades, a APAC resgata vidas, porque ficar no presídio é viver um verdadeiro inferno. No entanto, reforçaram, o tempo todo, a questão do preconceito, pois, de acordo com eles, o preconceito está em todo lugar, e atribuem a esse fator a dificuldade em conseguir emprego e serem de fato felizes com suas famílias que, segundo eles, depois de Deus, é o que há de mais importante.

Aqui a gente é preparado e muito bem preparado, mas precisa que a comunidade acredite nisso e nos dê oportunidade de mostrar. Na maioria das vezes os funcionários da APAC tentam, mas não conseguem nada, aí nossas famílias também tentam mas também encontram dificuldade. Às vezes parece falta de comunicação entre a APAC e a sociedade, parece que falta mais empenho de ambas as partes. Acho que a sociedade de um modo geral devia dar mais chances para nós, pois aí teria cada vez mais reeducandos e assim diminuiria a reincidência criminal no país (APENADO 3, casado, 24 anos – APAC).

Contudo, como melhorias nas práticas de ressocialização, os apenados sugeriram mais convênios, parcerias e novas oficinas profissionalizantes, no intuito de facilitar sua reintegração social por meio de variadas profissões, como destacado na fala seguinte:

As oficinas daqui são boas, puxa vida, ai de nós sem elas. Mas o método tem que expandir mais, tem que conseguir mais oficinas profissionalizantes. Como por exemplo, computação, cursos de formação técnica e outras áreas que nos ajudariam a entrar mais fácil no mercado de trabalho. Se conseguisse cursos de computação seria o melhor, porque é isso que o mercado precisa hoje, de pessoas que saibam dominar o computador e assim a gente conseguia serviço mais fácil e rápido (APENADO 8, solteiro, 24 anos – APAC).

Outras questões que nortearam o grupo focal foram acerca das dificuldades de voltar ao convívio social e quais estratégias os apenados teriam adotado, visando à diminuição das dificuldades. Ainda, se eles estavam empregados, a que tipo de iniciativa isso se devia, além de sugestões para que o processo de reinserção fosse mais efetivo.

Em respostas a essas questões, os apenados elogiaram a APAC de Viçosa, em virtude da oportunidade de estarem lá, e não no presídio; disseram da importância das oficinas de espiritualização e profissionalização; enumeraram as vantagens de fazer parte da APAC de Viçosa, como, por exemplo, a oportunidade de trabalhar, ver a família, sentir-se melhor amparados. Nesse sentido, afirmaram que a APAC mudou suas vidas, fazendo-os resgatar os valores de ser cristão, humano, correto e perdoado.

Contudo, alguns apenados ressaltaram algumas dificuldades vivenciadas, principalmente a falta de comunicação dentro da APAC, pois, às vezes, oportunidades de emprego são perdidas em função da não-comunicação. Acreditam que uma boa presidência e equipe técnica que confie na capacidade de recuperação dos condenados poderiam fazer uma grande diferença no processo de ressocialização e reintegração social.

Quanto à percepção dos egressos dos dois sistemas de correção, observaram-se opiniões e posicionamentos muito semelhantes entre eles. Uma parcela dos egressos da APAC de Viçosa não participou das oficinas profissionalizantes porque elas ainda não existiam, e os egressos da Unidade Prisional de Piumhi não tiveram oportunidade de conhecer tal proposta porque essas atividades não faziam parte do sistema de correção da instituição.

Diante desses fatores, quando perguntados sobre as atividades de ressocialização e sua eficácia, todos os entrevistados acreditam que a eficácia existe, mas alguns não têm a experiência vivida sobre as práticas.

Ter podido participar das oficinas da APAC foi um presente. Resgatou minha auto-estima e me mostrou que eu posso ser um bom profissional. Todo homem se dignifica pelo seu trabalho e isso eu aprendi aqui (EGRESSO 3, casado, 33 anos – APAC).

A senhora sabe né? No presídio não tem isso de oficina não, pelo menos não no meu tempo. Tinha umas pessoas da igreja que iam lá rezar e cantar com a gente, mas era só e muito pouco. Mas eu acho que se tivesse oficinas de trabalho, seja o que fosse, ia ser bom demais, porque aí a mente não ficava vazia né? Já viu, né? Mente vazia, oficina do diabo. Se tivesse serviço dentro da prisão, a gente saía mais bem preparado e não voltava pro crime (EGRESSO 3, casado, 45 anos – UP).

Segundo Baratta (2002), o trabalho dentro das condições de reclusão deve ser visto como importante fator de formação na vida de qualquer ser humano.

O trabalho em Unidades Prisionais, enquanto instrumento de reintegração social, é um processo dinâmico, onde os profissionais, ao realizarem suas funções, precisam estar conscientes do seu papel de agente transformador

da sociedade e ter uma visão humanizada do sentenciado (BARATTA, 2002, p. 17).

No caso de indivíduos privados de liberdade, as atividades laborais devem estar de acordo com a vocação do recluso e com as exigências do mercado de trabalho, isto é, não devem servir apenas para a ocupação do tempo ocioso, mas, principalmente, como elo entre o cumprimento da pena e a reinserção na sociedade de forma digna, longe da criminalidade.

Tais fatos podem ser percebidos nas falas dos egressos, que enumeram as vantagens do trabalho nas prisões, desde a elevação da autoestima até a oportunidade da realização das atividades de profissionalização, como pontos-chave para mudança de vida e de restabelecimento de suas relações com a sociedade.

Quando perguntados sobre dificuldades ou problemas enfrentados quanto à volta ao convívio social, é unânime a resposta: os egressos dos dois sistemas atribuem essa dificuldade ao preconceito. Esses atores sociais se resguardam e até tentam justificar, através do preconceito que a sociedade lhes dedica, o alto índice de reincidência. Segundo estatísticas do Ministério da Justiça (MINAS GERAIS, 2011), o índice de reincidência é de, aproximadamente, 90,0% para prisões comuns e 46,0% para instituições com programas de ressocialização.

Segundo os entrevistados, o preconceito é o marcador que lhes impede de seguir a vida honestamente, pois a sociedade não crê que se possa dar uma segunda chance a quem teve problemas com a justiça:

E o maior preconceito é o da sociedade quanto a emprego, não se consegue um emprego digno, porque as pessoas não acreditam que a gente mudou, então precisava de uma campanha, ou um esclarecimento maior para a sociedade se abrir e nos ajudar também. Porque a pessoa que já foi presidiário é como se nunca mais pudesse ser gente de bem. As pessoas olham diferente pra gente e pra nossa família e não acreditam que você mudou, mas você mudou, só que algumas pessoas não acreditam e ainda fazem o mesmo com a família da gente (EGRESSO 1, casado, 32 anos - UP).

O maior problema enfrentado é o preconceito de algumas pessoas. Porque as pessoas fazem comentários que não são necessários, pessoas que não acreditam na mudança de quem sai da APAC ou do presídio. Não tive maiores problemas, porque sou decidido, disposto e aceito qualquer serviço. Estou trabalhando desde que saí da APAC, mas pode ter certeza que maior problema enfrentado por todos que ficam presos é o preconceito (EGRESSO 2, solteiro, 33 anos - APAC).

Um outro problema citado nas entrevistas, dentro do contexto “prisões”, é a categoria “gênero”, que se torna um norteador para o estudo sobre a problemática da sexualidade de homens e mulheres. Barros (2003, p. 63) entende que:

O preso no Sistema Penitenciário Brasileiro não perde só sua liberdade; perde também a dignidade: apanha da polícia, do agente penitenciário e dos “companheiros” do sistema; é abusado sexualmente e tem grandes chances de contrair AIDS e tuberculose, pois cerca de 30,0% dos detentos são soropositivos e 70,0% são portadores do bacilo da tuberculose.

Quando se trata da ressocialização de indivíduos privados de liberdade, a sexualidade, neste caso, deve ser também um fator a ser pensado, uma vez que as práticas sexuais vivenciadas dentro das prisões não significam que os mesmos assumiram identidades sexuais diferentes daquelas experienciadas antes do confinamento.

De acordo com dados da pesquisa, 40,0% dos egressos do sistema prisional comum são mulheres e, nesse caso, o preconceito é ainda maior, como mostra o depoimento:

O pior é o preconceito em todos os aspectos, e principalmente a desvalorização profissional e pessoal, só porque se é mulher. Eu trabalho em uma lan house de oito às dezesseis horas, sem horário de almoço, recebendo como pagamento meio salário mínimo, enquanto outros funcionários recebem mais de um salário. Distribuí mais de cinquenta currículos e só fui convidada para entrevista em uma empresa e logo depois fui dispensada com desculpas. Pra mulher o preconceito é maior ainda. É como se a gente não tivesse direito de tentar recomeçar. Não vejo diferença, mas a sociedade vê e taxa a gente que é mulher muito mais do que o homem (EGRESSA 2, solteira, 30 anos - UP).

Entretanto, essa questão do preconceito exige uma reflexão mais aprofundada, pois, como afirma Goffman (2009), as pessoas constroem apresentações de si e representam estas na frente de outras pessoas. Por trás dessas performances, há a intenção de passar a melhor visão possível perante seus outros significados. Dessa forma, os indivíduos não são simplesmente criadores de papéis, mas, também, ativos atores destes. Sendo assim, fica claro que a questão do preconceito tem grande peso na vida dessas pessoas. Porém, há aqueles que tentam se valer dele de alguma forma.

No entanto, fazendo-se uma visão mais abrangente, apesar das limitações do preconceito, destacou-se o índice de absorção pelo mercado de trabalho desses egressos pesquisados, no qual 100,0% dos egressos entrevistados da APAC encontram-se trabalhando, da mesma forma que 100,0% dos egressos entrevistados da Unidade Prisional também estão engajados no mercado de trabalho, apesar de transferirem toda dificuldade ao fator “preconceito”.

Dentro dessa panorâmica de reinserção no mercado de trabalho, há que se destacar que, dos 5 egressos da Unidade Prisional, 4 trabalham de carteira assinada, sendo 1 egressa no ramo da telefonia, 1 egresso como administrador de fazendas, 1 egressa em escritório de contabilidade e 1 egresso como auxiliar de administração; existindo, portanto, somente 1 egresso trabalhador rural que não possui vínculo trabalhístico. Com relação aos egressos da APAC de Viçosa, dos 6 entrevistados, 4 possuem carteira assinada, com os seguintes vínculos empregatícios: 1 egresso em empresa de Informática, 1 egresso em loja de materiais de construção, 1 egresso em empresa de construção civil e 1 egresso como motorista. Sendo assim, apenas 2 egressos estão no mercado informal, exercendo as seguintes funções: limpeza de carros e queijeiro.

Através dos números expressos nesta pesquisa, foi possível perceber que o acesso ao mercado de trabalho tem sido, em geral, por relações de mais estabilidade e segurança, permitindo seu sustento físico e moral. Assim, apesar do preconceito vivenciado, os apenados não desistiram de lutar por sua reintegração social, tendo em vista a importância do trabalho para suas vidas; isto é, na medida de suas aptidões e capacidades, tentaram reconstruir o seu canal de comunicação com a sociedade.

Com relação ao processo de ressocialização de detentos e detentas, os dados acima corroboram as afirmações de Barros (2003), onde “punir, encarcerar e vigiar não bastam”; uma vez que o encarceramento puro e simples não apresenta condições para a harmônica integração social do condenado, como preconizada na Lei de Execução Penal. Sugere-se que seja concedido à pessoa privada do direito à liberdade o acesso a meios e formas de sobrevivência, como também condições de que precisa para reabilitar-se moral e socialmente, para que ocorra uma redução da elevada taxa de reincidência criminal.

7 – CONCLUSÕES

Tomando-se por base os depoimentos dos indivíduos envolvidos nesses processos de correção penal, é possível concluir que funcionários da APAC de Viçosa e agentes penitenciários da Unidade Prisional de Piumhi acreditam na eficácia das práticas educativas de correção e ressocialização através da profissionalização do indivíduo.

As equipes consideraram as práticas educativas como um fator importante e indispensável no processo de ressocialização e reintegração social do indivíduo privado de liberdade, acrescentando que esse processo está intimamente ligado à satisfação dos apenados, que vai desde o cumprimento das normas e tarefas até a convivência diária.

Entretanto, a eficácia das práticas socioeducativas, na visão institucional, está condicionada ao apoio e confiança por parte da sociedade. Assim, deveria haver um respaldo por parte da comunidade, que precisa estar mais aberta para receber os egressos, pois não havendo absorção desses atores pela sociedade e mercado de trabalho, todo o processo de ressocialização e reintegração social torna-se ineficaz, com implicações nas taxas de reincidência criminal.

Nesse sentido, as equipes reforçaram as sugestões de se trabalhar, também, com práticas que visem à valorização do ser humano e sua profissionalização, com o intuito de preparar o apenado para retornar ao convívio familiar e social, para que, através do emprego, possa (re)ocupar seu lugar na sociedade.

Essa percepção foi compartilhada pelos apenados de regime aberto da APAC de Viçosa, que tiveram a oportunidade de vivenciar as oficinas de oração e de profissionalização (marcenaria, padaria, horta, artesanato). A maioria deles encontra-se trabalhando dentro das áreas profissionais com as quais foram treinados, o que reforça a efetividade das práticas socioeducativas.

Os apenados, assim como as equipes técnicas, também atribuíram ao preconceito e descaso da sociedade o maior problema enfrentado com a volta ao convívio social. Fizeram questão de ressaltar que a diversificação de oficinas de profissionalização seria ideal para a reintegração social. Ainda, sugeriram oficinas que trouxessem cursos técnicos variados e, principalmente, cursos de informática, de modo que facilitasse o alcance de emprego no mercado de trabalho.

Concluiu-se, também, que os egressos dos dois regimes de correção penal têm formas semelhantes de encarar a situação de liberdade pós-prisão. Os egressos veem dificuldades em se reerguer e conseguir emprego, em função do preconceito sofrido por parte da sociedade. Tal situação aumenta ainda mais as estatísticas de reincidência criminal. Especificamente, os egressos melhor empregados e, conseqüentemente, com melhor remuneração, são aqueles que

passaram por um processo de ressocialização, em função da preparação através das práticas de reintegração, visando à volta ao meio social.

Outro aspecto que se pôde concluir, reforçando as evidências mostradas pela mídia, é que a situação do homem preso no sistema prisional comum é crítica. E, no caso de mulheres encarceradas, no que diz respeito ao acesso aos seus direitos, isso se agrava ainda mais. Sabe-se que há vantagens dos homens sobre as mulheres, pois o Estado prioriza o atendimento aos homens e, além disso, o preconceito ainda é maior sobre elas, tanto com relação ao sexo quanto à questão profissional.

Na maioria das prisões brasileiras, não há condições de as detentas receberem seus filhos, não há visita íntima e a maioria das mulheres cumpre pena em local impróprio, reforçando a disparidade existente entre homens e mulheres, que pode ser confirmada através do olhar histórico sobre as pesquisas prisionais, tendo como foco principal a reclusão masculina.

A partir dos resultados encontrados, há fortes indícios de que é possível reduzir o ciclo vicioso e reiterado do mundo do crime existente na maior parte dos presídios brasileiros. Para tanto, a (re)educação e ressocialização tornam-se fundamentais, podendo ser alcançadas através da implantação de frentes de programas e ações que visem não somente retirar a pessoa presa da ociosidade, mas também a abrir perspectivas de sua reinserção na sociedade, por meio da educação e profissionalização, resgate da autonomia, perspectiva de emprego digno e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida.

8 – REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 3ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Revan, 2002.

BARROS, Miguel Daladier. **Violência no Sistema Prisional**. Consulex, Brasília, ano VII, n.º 154, p. 63, jun. 2003.

BOCK, Ana Mercês Bahia. et al. (orgs). **Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo. SP. Editora Saraiva, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 36ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 16ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2009.

MINAS GERAIS. Ministério da Justiça. **Informações Gerais**. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJF9A18FCDPTBRIE.htm>>. Acessado em: 25/01/2011.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo. SP. Paulinas, 2001.

PINTO, Guaraci. HIRDES, Alice. **O Processo de Institucionalização de Detentos: Perspectivas de Reabilitação e Reinserção Social**. Revista de Enfermagem. Santo Expedito do Sul. RS, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 10/02/2011.

SILVA, Manoel da Conceição. **Reeducação Presidiária**. Canoas. RS. Editora Ulbra, 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro. RJ. Editora FGV, 2008.

TJMG. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Segurança Pública**. Disponível em <<http://www.tjmg.jus.br/informativo/segurançapública>> Acessado em: 25/01/2011.

ZERO HORA. **Um trabalho para 41% dos presos no RS**. n. 16101, 21/09/2009. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br>>. Acessado em: 16/01/2011.

ARTIGO II – TRAJETÓRIAS DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE REINserÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS DE REGIMES DE CORREÇÃO PENAL

1 – RESUMO

A apreensão das trajetórias de vida torna-se de suma importância para a reflexão dos processos de desenvolvimento do ser humano e, assim, oferece pressupostos para uma melhor compreensão da dinâmica do processo de reinserção social de egressos do sistema prisional. Dessa forma, o presente artigo buscou descrever o perfil pessoal e familiar de ex-detentos da Unidade Prisional de Piumhi/MG e APAC de Viçosa/MG, identificando os principais problemas enfrentados durante suas trajetórias de vida bem como as estratégias adotadas para a reinserção social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que trabalhou com relatos dos próprios indivíduos investigados, considerando seus modos de vida, ou seja, as formas singulares de agir, perceber, sentir e refletir acerca do mundo e de si mesmos. Resultados mostraram que um percurso de lutas, dificuldades, superação das condições de vida limitadas, esforços para enfrentar preconceitos, além da busca do retorno à família e ao trabalho, ficaram expressos no tom dos relatos dos egressos, em função de seus projetos de vida, novas interações sociais e experiências, ou seja, a reintegração dos ex-detentos de volta à sociedade apresenta desafios, uma vez que é necessário crer no seu domínio pessoal, além de criar oportunidades de trabalho e geração de renda. Mesmo assim, há uma prevalência de perspectivas positivas frente ao futuro, sendo as estratégias adotadas pelos egressos da APAC pautadas nas práticas socioeducativas contempladas pelo método que puderam vivenciar em seu tempo de reclusão, enquanto que os egressos da Unidade Prisional se valeram especialmente do apoio familiar. Concluiu-se que o preconceito é, sem dúvida, o maior problema enfrentado pelos egressos do sistema penitenciário, pois existe uma estigmatização com respeito aos mesmos, sendo-lhes conferida a identidade de sujeitos que erraram, pessoas desacreditadas. Essa percepção social é um fator limitante a todo processo de humanização dos sistemas prisionais.

Palavras-chave: Trajetórias de Vida, Estigmatização, Estratégias de Reintegração Social.

2 – ABSTRACT

An understanding of the life course arises of great importance to the reflection of the processes of human development and thus provides conditions for a better understanding of the dynamics of social reintegration of former convicts. Therefore, this article aims to describe the personal and family of former inmates of the Prison Unit Piumhi MG and APAC Viçosa/MG identifying the main problems encountered during their course of life, as well as the strategies adopted to rehabilitate social. This is a qualitative research, who worked with investigated reports of the individuals themselves, considering their lifestyles, or ways of acting in the natural world and to perceive, feel and think the world and themselves. Results showed that a journey of struggle, hardship, overcoming the limited life, efforts to counter the prejudices, family and work expresses the tone of the reports of graduates, according to their life projects, new social interactions and experiences. That is, the reintegration of ex-offenders back into society presents challenges, since it is necessary to believe in its field personnel, and create job opportunities and income generation. Even so, there is a prevalence of a positive outlook toward the future, and the strategies adopted by egresses of APAC, rooted in socio-educational practices contemplated by the method that might experience in their time of imprisonment, while those returning from Prison Unit took advantage of the support especially family. It was concluded that prejudice is without doubt the biggest problem faced by former prisoners, because there is a stigma with respect to them, and they are given an identity, a subject made a mistake, a discredited person. This social perception is a limiting factor to the whole process of humanization of prisons.

Keywords: Paths of Life, Stigma, Social Reintegration Strategies.

3 – INTRODUÇÃO

A terminologia “trajetória de vida”, hoje utilizada por muitos estudiosos, foi, por muito tempo, também chamada de “biografia” e, tanto antes como agora, procura analisar as histórias de vida das pessoas, podendo ser o estudo do indivíduo sozinho e em grupo, com o intuito de apontar dados que ofereçam uma sequência cronológica dessas vidas. Verifica-se, assim, mudanças sociais, situações

econômicas, relações familiares, redes sociais e afetivas; enfim, constitui-se um acompanhamento da vida do indivíduo em face às relações estabelecidas.

Segundo Born (2001), a trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida das pessoas, através de acontecimentos e pela frequência destes, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. E tais fatos são captados através de depoimentos pessoais, com intuito de atender às pesquisas no campo das ciências humanas.

A trajetória de vida do recluso do sistema presidial pode ser caracterizada através de vários olhares, como aquele reportado pelas condições sociais desses sujeitos, os quais refletem acerca de suas representações em função de suas experiências de vida. Como afirma Jodelet (2005):

a noção de experiência vivida, como um modo através do qual as pessoas sentem uma situação em seu foro íntimo, e o modo como elas elaboram, através de um trabalho psíquico e cognitivo, as ressonâncias positivas ou negativas dessa situação e das relações e ações que elas desenvolveram naquela situação (JODELET, 2005, pág 29).

É importante ressaltar que essas experiências vividas encontram-se intimamente ligadas às relações de poder ou relações sociais. De acordo com o Ministério da Justiça (2011), os agravantes da criminalidade estão pautados nas condições sociais a que esses indivíduos estão condicionados antes da reclusão, como situações de pobreza e exclusão social, bem como desestruturação familiar e perdas de vínculos sociais. Além disso, a influência do consumismo desenfreado faz com que esses indivíduos se embrenhem pelo mundo do crime, onde a aquisição de bens materiais figura com grande facilidade, seguindo uma carreira criminal por falta de perspectivas quanto ao futuro.

Além disso, como um agravante, no caso de condenados, eles têm um estigma específico, pois tendem a ter experiências vividas semelhantes no que diz respeito à condição de estigmatizados e nas alterações do “eu” que se fazem necessárias e presentes ao experienciar o fenômeno do aprisionamento. A assimilação da cultura carcerária, além de agravar as tendências antissociais, estimula no preso um espírito hostil e agressivo, devido às agressões físicas e psicológicas, frustrações e angústias relacionadas ao cárcere, bem como ao desejo incondicional pela liberdade. (PINTO e HIRDES, 2006)

Nesse processo de troca de experiências, dois movimentos pertinentes ao processo de cárcere acontecem: a perda de antigas referências e o ganho de outras

novas, ou seja, há uma ressignificação de conceitos que, ao abalar as referências anteriores, pode ser considerada negativa; porém, ao promover a construção de uma nova identidade do apenado, pode tornar-se positiva. Goffman (2009) explica que “a experiência vivida em situações extremas permite colocar em evidência o fenômeno identitário, frequentemente mascarado pelo cumprimento de rotinas no contexto da vida cotidiana”.

Segundo Barreto (2006), a vivência no complexo carcerário não se limita à vida no interior das grades, pois, mesmo após a libertação, o recluso sofre dificuldades em se adaptar à nova realidade e em desempenhar papéis sociais, pois a sua identidade passa a ser constituída a partir da concepção de ex-presidiário, sendo poucas as pessoas que confiam nos indivíduos submetidos às experiências carcerárias.

Nesse sentido, a utilização da metodologia da trajetória de vida permite discutir possibilidades, problemas, dificuldades e estratégias adotadas para a reintegração social, em termos de profissionalização, segurança econômico-financeira e convívio social, de indivíduos privados de liberdade, como é o caso do objetivo da pesquisa em questão. Por meio de relatos de egressos de sistemas prisionais diferenciados, com culturas específicas, procurou-se conhecer as percepções desse público no que diz respeito aos seus valores, crenças, padrões de comportamento, ações e interações sociais, e, sobretudo, à experiência vivida antes, durante e depois do período de reclusão, o que culminou na análise das estratégias desenvolvidas por esses indivíduos, objetivando sua volta ao convívio social e sua reinserção no mercado de trabalho.

Assim, a presente pesquisa buscou descrever o perfil pessoal e familiar de egressos da Unidade Prisional de Piumhi e APAC de Viçosa, identificando os principais problemas enfrentados durante suas trajetórias de vida, bem como as estratégias adotadas para a reinserção social.

4 – REVISÃO DE LITERATURA

4.1 - Trajetórias de Vida e o Processo de Estigmatização

A metodologia da história de vida oferece pressupostos para discussão sobre modos de vida: possibilidades, perspectivas, contribuições e limitações das

pessoas, através de depoimentos pessoais com membros de grupos sociais específicos, com diferenciadas crenças, culturas específicas, padrões de comportamento, ações e interações sociais, propiciando uma leitura do indivíduo e seu grupo, através de sua própria história, suas experiências e subjetividades. Enfim, as trajetórias de vida são geralmente analisadas usando informações qualitativas, como consequência do relato dos próprios indivíduos investigados, considerando suas experiências e redes de relação.

Bourdieu (1998) conceitua trajetória de vida como sendo uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou grupo em um espaço, ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Seguindo esse raciocínio, percebe-se que trajetórias de vida trazem em si processos de construção e desconstrução de situações que estão intimamente ligadas às relações que os seres humanos estabelecem para conviver, independentemente do local ou posição social que ocupam. Porém, essas relações implicam sentimentos e situações variadas que se manifestam de forma harmônica ou não, como, por exemplo, através de desavenças, revoltas, resistências e marcas de exclusão social, como é o caso de indivíduos que têm problemas com a justiça.

Segundo Escorel (1999), as histórias de vida de cada cidadão são construídas a partir da sua trajetória nesse mundo:

O campo da exclusão social como categoria de análise é estudado a partir das trajetórias de vida, das noções e conceitos utilizados para estudar o indivíduo em contextos sociais diversificados e em processos concretos de exclusão social (ESCOREL, 1999, p. 276).

A referida autora ainda afirma que as trajetórias de vida são fundamentadas nas inter-relações que os indivíduos constroem ou desconstroem em determinados percursos de suas vidas, permeando em um cenário de variadas facetas, composto por conflitos, lutas, jogos de poder e articulação de estratégias, que vão variar de acordo com a perspectiva de seus atores bem como com a representação que os indivíduos fazem de si mesmos, de acordo com suas crenças, valores, classes sociais, referências culturais, entre outros tantos fatores que estão relacionados às suas identidades.

Segundo Goffman (2009), crê-se que o conceito de identidade de cada indivíduo está ligado às interações que ele desfruta junto a outros indivíduos.

Assim, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente

reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo (GOFFMAN 2009, p. 41)

Em concordância às idéias goffmanianas, Hall (1999) escreve que a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade, um interferindo no outro, de tal forma que, diante de toda essa trajetória de vida, faz com que a identidade do indivíduo seja mutável.

A identidade torna-se uma celebração móvel formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos (HALL, 1999, cap. I, p. 13).

Diante de tantos aspectos caracterizadores da identidade humana, fez-se necessário observar com atenção que risco se corre ao trabalhar com indivíduos que, de alguma forma, foram “apartados” do seu ambiente social de convívio, tornando-se, assim, marcados para sempre em suas vidas, vivenciando identidades diferentes, como resposta às pressões da sociedade.

Dessa forma, pressupõe-se que a situação de privação de liberdade pode influenciar as representações sociais dos egressos e a formação de suas identidades, culminando em situações de estigmatização.

A origem da palavra estigma remonta à antiguidade clássica, designava “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”. Os sinais eram literalmente feitos no corpo (cortes, queimaduras) e evidenciavam algo de ruim no indivíduo, sendo prudente afastar-se dele. Assim, quando um estranho, ao nosso lado, apresenta atributos que o tornam diferente dos outros e o leva a outra categoria de sujeito, julgada inferior, estamos diante de um estigma (GOFFMAN, 1988, citado por PAIVA e DIAS, 2011).

Enfim, há a hipótese de o indivíduo estigmatizado não se definir como diferente de qualquer outro indivíduo, mesmo que as pessoas que o cerque definam-no como alguém marginalizado. Nesse caso, pode-se estabelecer um falso diagnóstico seguido de errôneo atendimento ou, então, o indivíduo estigmatizado pode se comportar de forma a manipular as informações que lhe dizem respeito, acobertando ou não informações sobre si próprio, a fim de alcançar benefícios que lhe convenha. Conforme ressalta Goffman (2008, pág. 135), “o indivíduo estigmatizado, assim, se vê numa arena de argumentos e discussões detalhados referentes ao que ele deveria pensar de si mesmo, ou seja, à identidade de seu eu”.

Tais categorias podem ser compreendidas através da análise da história de vida de cada um dos atores sociais pesquisados, reconhecendo-os como sujeitos

que produzem conhecimentos e práticas, através de considerações igualmente importantes, como a constância e a ocasionalidade, a fala e o silêncio, as revelações e os segredos, o significado manifesto e o que permanece oculto.

4.2 – Preconceito e Discriminação

Preconceito é a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e da exclusão e, por consequência, da violência. De acordo com Bandeira e Batista (2002), preconceito de qualquer coisa ou preconceito de alguma coisa significa fazer um julgamento prematuro e inadequado sobre uma coisa em questão. Dessa forma, preconceito torna-se um mecanismo desencadeador de julgamento prévio, que cria o estigma do ser humano.

De acordo com Goffman (2008), o preconceito se contrapõe às qualidades do caráter, como lealdade, compromisso, honestidade e propósitos, os quais afirmam valores atemporais e regras éticas. Ainda, segundo o autor, a categoria “preconceito”, no geral, tem atribuição negativa, de descrédito na sociedade.

Em virtude do preconceito vivido por carregarem o estigma de ex-condenados, esses sujeitos trazem consigo as marcas que remontam à sua trajetória de vida criminal, sendo discriminados pela sociedade e sujeitos à punição por parte dos componentes desta. Assim, o preconceito discrimina e dá margem à violência, caracterizando uma forma arbitrária de pensar e de agir, no sentido de ser utilizado como uma forma racionalizada de controle social que serve para manter distâncias e diferenças sociais.

O preconceito implica sempre em uma relação social, diz respeito a um modo de se relacionar com o outro. A partir do momento em que o preconceito acontece, instala-se o estigma e a discriminação, sendo esta última categoria o resultado das duas primeiras.

Goffman (2008) ainda salienta a diferença entre o indivíduo desacreditado e o desacreditável, para se referir a sujeitos estigmatizados, ou seja, entre o sujeito que apresenta aos normais uma discrepância visível entre sua identidade social real e sua identidade virtual, e, ainda, àquele cujo estigma ou “defeito” não é imediatamente visível aos outros. No caso de indivíduos desacreditáveis, muitas vezes são utilizados símbolos para que o estigma seja evidenciado, como, por exemplo, os nazistas, que usavam símbolos para marcar

judeus e homossexuais; da mesma forma que, dependendo das relações sociais, os comportamentos podem ter significados positivos ou negativos.

A descoberta de um estigma em um indivíduo prejudica não só a sua situação social, mas, também, as relações já estabelecidas e, ainda, a imagem que os outros indivíduos terão dele no futuro, ou seja, as consequências que esse estigma pode trazer para toda a vida do sujeito. Ainda, de acordo com Goffman (2008), a extensão de encobrimento do estigma pode variar desde um encobrimento involuntário e momentâneo, até o extremo de um encobrimento total e, ainda mais grave, a utilização do estigma como proteção ou desculpa para o insucesso em determinadas áreas de sua vida como também para aquisição de determinados privilégios do dia a dia em função da situação vivenciada.

Para tratar do tema “estigma”, já existem associações ou agentes que se propõem a representar um determinado grupo de indivíduos com um estigma específico, como os Alcoólicos Anônimos, as APAEs, os Narcóticos Anônimos, entre tantos outros. Geralmente essas associações são dirigidas por pessoas que compartilham do estigma específico; no entanto, tiveram um pouco mais de oportunidades de se expressar, são mais conhecidas ou mais relacionadas, ou, ainda, são liderados por pessoas que conheçam os problemas do sujeito estigmatizado e se propõem a auxiliar. Essas associações representativas promovem debates, palestras e cursos de conhecimento do poder público, em favor dos estigmatizados, com o objetivo de “convencer o público a usar um rótulo social mais flexível à categoria em questão”. (GOFFMAN, 2008, pág. 33)

No entanto, toda a questão da manipulação do estigma está relacionada ao fato de se conhecer pessoalmente ou não o indivíduo estigmatizado, uma vez que, mesmo tendo a oportunidade de estabelecer com ele uma rotina diária de interação, isso não reduzirá totalmente o menosprezo, pois, como atenta o Goffman (2008, pág. 74), “em geral, as normas relativas à identidade social referem-se aos tipos de repertórios de papéis ou perfis que consideramos que qualquer indivíduo pode sustentar.”

Indivíduos privados de liberdade experienciam esse turbilhão de sentimentos negativos por causa de sua condição de excluídos; pois, ao serem encarados como marginais, eles se veem com dificuldades no processo de ressocialização, que se esbarra em três problemas graves: a falta de emprego, o abandono da família e a precária assistência prestada por parte do Estado.

De acordo com Baratta (2002), pode-se encontrar no primeiro artigo da Lei de Execução Penal o seguinte objetivo: “Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” De acordo com o artigo, vê-se a dupla finalidade da execução penal, que seria efetivar a decisão criminal e fornecer ao apenado condições de reabilitação ao meio social, longe de reincidências.

Ainda, de acordo com a Lei de Execução Penal, cabe ao Estado adotar medidas preparatórias para o retorno do condenado ao convívio social, devendo ser essa assistência estendida ao egresso, o que, na maioria das vezes, não acontece. Essa ausência de amparo por parte do Estado faz com que o apenado passe contínuas vezes pela reclusão, situação agravada ainda mais pela ausência de políticas públicas voltadas para o amparo às famílias dos apenados, com vistas à minimização das dificuldades enfrentadas, principalmente em função do preconceito que é imposto a esses familiares de apenados. De acordo com Barreto (2006), o preconceito e o estigma não se restringem somente ao ambiente carcerário, pois, mesmo após o cumprimento da pena, o sujeito ainda é vítima de preconceitos sociais, o que dificulta a convivência com o mundo externo às grades.

Conforme afirma Soares (2008), ao analisar essa realidade, torna-se necessário criar ações que minimizem a questão do preconceito e da discriminação, através de medidas básicas de reforma no sistema prisional que incluam profissionalização dos detentos, reforma do código penal e assistência aos egressos, visando à não-reincidência criminal.

5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, foi desenvolvida junto a egressos dos dois regimes de correção penal: Sistema Presidial Comum e Associação de Proteção e Assistência ao Condenado.

Para tanto, a amostra se constituiu de cinco egressos da Unidade Prisional de Piumhi/MG e seis da APAC de Viçosa/MG. No caso dos egressos da Unidade Prisional de Piumhi, os entrevistados resultaram de uma lista de 10 egressos da Unidade que residiam na cidade, onde 2 já não moravam em Piumhi e 3 se recusaram a participar da pesquisa. Quanto aos egressos da APAC de Viçosa, foram

listados todos os que passaram pela instituição; destes, foram excluídos aqueles que não possuíam meios para contato através de telefone ou endereço; dos 12 restantes, possivelmente residentes em Viçosa, foram encontrados somente 6 que residiam na cidade.

As variáveis investigadas trataram, em um primeiro momento, de caracterizar o perfil pessoal e familiar dos envolvidos, em termos de sexo, escolaridade e composição familiar. Além disso, as categorias “trajetória de vida” e “estratégias de reinserção social” foram analisadas por meio de: *a trajetória de vida antes, durante e após a prisão; os principais problemas enfrentados desde o momento da liberdade; as ações ou estratégias adotadas, visando à atenuação ou minimização dos mesmos.*

Os dados referentes ao perfil pessoal e familiar foram digitados e analisados com auxílio do aplicativo de planilhas eletrônicas (*Microsoft Office Excel 2007*), enquanto que as questões abertas foram avaliadas pelo conteúdo das respostas.

Em face às narrativas dos sujeitos sociais pesquisados, constituiu-se este trabalho, onde a peculiaridade da narração residiu na riqueza dos significados, sentimentos e fatos, cujos tom, volume e compasso talvez não tenham sido transcritos veementemente na forma escrita, uma vez que esta não consegue expressar exatamente o que foi visto, ouvido e sentido. Assim, por meio das entrevistas realizadas, inúmeros momentos de profunda emoção foram captados, o que fez concretizar ainda mais a ideia de que cada ser humano traz dentro de si uma história única e fascinante.

6 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de informações junto aos egressos da Unidade Prisional de Piumhi e da APAC de Viçosa possibilitou o estudo das particularidades e semelhanças entre os envolvidos dos dois sistemas de correção, tanto em termos do perfil pessoal e familiar quanto das percepções sobre as trajetórias de vida e estratégias de reinserção social.

6.1 – Perfil Pessoal e Familiar dos Egressos da Unidade Prisional e APAC

Nas variadas categorias analisadas, foi possível encontrar semelhanças e disparidades entre os egressos dos dois sistemas de correção, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil pessoal e familiar dos egressos em estudo

<i>Variáveis</i>	<i>Sistema Prisional Comum Piumhi/MG</i>		<i>Sistema APAC Viçosa/MG</i>	
	Nº	%	Nº	%
Estado Civil				
Solteiro	02	40,0%	04	66,7%
Casado	02	40,0%	02	33,3%
Divorciado	-	-	-	-
Viúvo	01	20,0%	-	-
Nível de Escolaridade				
Ensino Médio Incompleto	02	40,0%	01	16,7%
Ensino Médio Completo	03	60,0%	04	66,7%
Ensino Superior	-	-	01	16,7%
Faixa Etária				
De 20 a 30 anos	02	40,0%	02	33,3%
De 31 a 40 anos	01	20,0%	03	50,0%
Acima de 40 anos	02	40,0%	01	16,7%
Sexo				
Feminino	02	40,0%	-	-
Masculino	03	60,0%	06	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A maioria dos egressos pesquisados é solteira e do sexo masculino, na faixa etária adulta (de 20 a 40 anos), o que corrobora as estatísticas oficiais do

Ministério da Justiça, onde, através do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, é possível identificar esses dados. (MINAS GERAIS, 2011)

Os egressos da Unidade Prisional de Piumhi atribuem a realidade vivida (condição de excluídos da sociedade) a alguma perda no passado. Eles, quando entrevistados, reforçaram as situações de pobreza, ausência de oportunidades de estudo e falta de orientações familiares na condução de uma vida correta, dentro das limitações impostas pela sociedade.

Porém, 60,0% dos entrevistados possuem ensino médio completo, ou seja, não foram totalmente excluídos do meio educacional. Além disso, nenhum dos entrevistados era analfabeto; enfim, todos foram escolarizados de alguma forma, como mostram os dados da Tabela 1.

Foi perceptível, também, através das entrevistas realizadas junto a egressos da APAC de Viçosa, um nível de escolaridade ainda melhor entre eles, onde a maioria dos egressos possui ensino médio completo e, até mesmo, curso superior.

Um fato a ser ressaltado diz respeito à condição feminina de cumprimento de pena. Dentre os entrevistados, tornou-se mais agravante o depoimento de egressas da Unidade Prisional de Piumhi, em função da sua condição sexual. Segundo o Ministério da Justiça (MINAS GERAIS, 2011), estatísticas mostram que homens cometem mais crimes que mulheres e, portanto, para tratar do assunto ressocialização, justifica-se a existência de um número maior de APACs masculinas do que femininas.

É preciso ressaltar que estudos realizados acerca deste assunto mostram que o enclausuramento e os constrangimentos experienciados pelas mulheres, dentro da prisão, fazem com que muitas acabem enveredando-se pelos caminhos da criminalidade, onde conseguem reconhecimento por parte de seus pares; reiterando o que escreve Foucault (2009) sobre a prisão não ressocializar o indivíduo, ao contrário, fazer dele realmente um criminoso, uma vez que sua missão seja apenas a vigilância e a punição.

Assim sendo, ao mesmo tempo em que essas mulheres, ao adentrar pelo caminho da marginalidade e da prisão, conseguem respeito de seus companheiros, elas são excluídas pela sociedade, pela moral que lhes é imposta. Dessa forma, são vistas como “piores” que os homens, pois não é da “natureza” feminina cometer crimes.

Em contrapartida, os egressos da APAC de Viçosa que foram entrevistados são todos do sexo masculino, uma vez que esta instituição tem seu trabalho destinado a esse público.

Na tentativa de compreender melhor as estratégias de reinserção social desses sujeitos, entra em análise a categoria “trajetória de vida” antes, durante e depois da prisão.

6.2 - Trajetórias de Vida e Estratégias de Reinserção Social

Através do depoimento dos egressos, estes resumem em pouquíssimas palavras como eram suas vidas antes da prisão; em muitas palavras qual foi o motivo do encarceramento, e depositam todas as suas expectativas sobre uma volta positiva e até utópica à sociedade. Tais características evidenciam o processo de preconceito e estigmatização vivenciado por essas pessoas, e quando se pergunta qual a maior dificuldade que tem sido enfrentada com a volta a sociedade, a resposta é unânime: o preconceito.

Caracteriza-se, dessa forma, a situação daquele que praticou um crime, pois uma vez cometida a ação criminosa, carrega-se a etiqueta de “criminoso” como uma identidade estigmatizada, na qual os indivíduos segregados são doutrinados a possuir uma identidade fixa, limitada das possibilidades de ser. Conforme aponta Foucault (2009), caracteriza-se, assim, a prisão tradicional como uma instituição de controle, disciplina e vigilância.

Os egressos entrevistados afirmam que, quando voltam ao convívio social, deparam-se com a obrigação de reconfigurar suas relações anteriores, levando em consideração seus papéis de pai, filho, esposo, vizinho, profissional, entre outros. A esse contexto somam-se as condições de sentimentos de rejeição e indiferença sob o qual eles são tratados pela sociedade, produzindo o estigma do ex-detento e fazendo com que o egresso dos sistemas prisionais torne-se marginalizado no meio social, visto que o preconceito predomina sobre essa classe em particular.

Porém, esse estigma perpassa além do sujeito apenado e atinge a sua família, cujos membros são estigmatizados pela condição de sujeitos envolvidos, pois se relacionam diretamente com ele. Goffman (2008) caracteriza essa situação como “estigma de cortesia”, tendo em vista que a sociedade enxerga o detento e sua família de maneira fundida. Esposa e filhos de presidiários caracterizam um grupo

que vive em situação fronteiriça, pois são privados de variadas situações em função do estigma que carregam, como pode ser observado nos relatos.

Ai Stella, fico com dó da minha vó. Ela sofre muito com o preconceito também. Ela chega em alguns lugares e escuta as pessoas falarem: “olha a vó da sequestradora...”isso é muito triste, porque eu sei que eu errei, mas ela não teve culpa. Sabe, eu vejo que ela também paga pelo erro que eu pratiquei. Isso dói muito (EGRESSA 5, solteira, 26 - UP).

A família da gente também acaba pagando o pato. O erro da gente se arrasta até ela. Sabe, tem uma cena muito triste que eu lembro. Minha irmã não pôde entrar numa festa, porque era a irmã do arruaceiro. Ela voltou pra casa num choro e eu tive vontade de ir lá e brigar e dizer que ela não tinha culpa de nada. Mas aí eu voltaria a ser o que eu já fui e pior, eu ia dar razão para aquele povo da festa. Mas é triste, você é que não sabe, mas a família de um ex-condenado sobre demais. Mas Deus vai ajudando e tudo vai dando certo (EGRESSO 1, solteiro, 23 anos - APAC).

O autor ainda afirma que:

O indivíduo estigmatizado é uma pessoa desacreditada, é provável que não reconheçamos logo aquilo que o torna desacreditado e, quando se mantém essa atitude de cuidadosa indiferença, a situação pode se tornar tensa, incerta e ambígua para todos os participantes, sobretudo à pessoa estigmatizada (GOFFMAN, 2008, p. 51).

Os egressos, em suas falas, enfatizam o envolvimento com outras pessoas que já estavam no mundo do crime ou, ainda pior, que seguiram exemplos de familiares, como mostra o trecho abaixo:

Uai, tudo começou quando eu era pequeno, eu ia com o meu pai em todo lugar, de repente, um dia eu vi meu pai roubar uma galinha e na escola a professora falou que era errado, mas o meu pai fez, e todo dia ele levava alguma coisa para casa, mas, eu já sabia como ele tinha conseguido, do mesmo jeito da galinha. Aí um dia ele, disse pra eu ir buscar a galinha e que eu só voltasse quando tivesse conseguido.... Eu consegui, pulei uma cerca e roubei uma galinha de um vizinho, o vizinho viu e foi lá em casa reclamar, meu pai disse: “cê prova que foi ele? Então prova!” aí o vizinho foi embora e eu achei que tava arrasando... Cresci vendo meu pai roubar, minha mãe bebia e me espancava, minhas irmãs foram para o cabaré e meu irmão foi embora com o parque de diversões que veio na cidade, aí desvirtuei, comecei a roubar, usar droga, traficar e juntar com uns amigos pra roubar coisa maior, tipo assim, que dava mais lucro para gente, né? (EGRESSO 1, casado, 32 anos - UP).

Como pôde ser percebido através do depoimento acima, o exemplo e a participação familiar são indispensáveis no processo de transformação do ser humano. Segundo Pinto e Hirdes (2006), a família é uma ligação que os apenados têm com o mundo exterior. É vista como ponto de apoio, elemento de confiança e valorização e, principalmente, como principal fator de proteção e de estímulo de retorno à vida livre. Nesse sentido, se o apenado possui uma família estruturada que o apoie e nele deposite perspectivas de vida positivas, terá menores condições de

reincidência, pois, como pode ser visto no depoimento abaixo, alguns egressos atribuem seu envolvimento no mundo do crime à separação de seus pais ou à perda de alguém que estes amavam muito. As justificativas são variadas, mas eles sempre reforçaram a condição social dos indivíduos.

Tive uma vida muito boa. Morava com meus pais num bairro pobre de Juiz de Fora. Tinha muitos amigos, você me entende né? Foi minha perdição. Eu tinha namorada, casei novinho. Mas os amigos estavam sempre por perto. Um dia, vai daqui, vai dali, resolvemos ganhar um dinheiro a mais. E fizemos muitas coisas erradas. Hoje to pagando por isso né? (EGRESSO 5, casado, 28 anos - APAC).

No Brasil, os indivíduos privados de liberdade, em sua maioria, são jovens vindos de camadas sociais menos favorecidas e filhos de famílias desestruturadas. Por isso, não tiveram oportunidades de acesso à educação ou à formação profissional (MINAS GERAIS, 2011).

Porém, a participação de jovens de classe média alta em práticas criminosas tem sido constante, tendo relação direta com consumo desenfreado de drogas e envolvimento com tráfico. Sociólogos afirmam que, apesar das poucas pesquisas científicas sobre este tema, acredita-se que essas práticas se dão para o sustento de seus vícios (CRUZ E BATITUCCI, 2007).

No entanto, entre os egressos entrevistados da APAC de Viçosa, a minoria não tem ensino médio completo e alguns têm graduação e especialização, contrariando algumas pesquisas que associam a criminalidade somente ao fator socioeconômico. De acordo com as trajetórias de vida dos egressos da APAC de Viçosa, os motivos que os levaram ao mundo do crime foram diversos: envolvimento com drogas, separação de pais, abandono de alguém muito estimado, alcoolismo, entre outros.

As narrativas dos egressos dos dois sistemas de correção são semelhantes na categoria “preconceito” e na perspectiva de melhoria de vida; enquanto que, nas demais categorias, são bastante discrepantes suas respostas. Quando perguntados sobre os problemas enfrentados desde o momento da liberdade, os egressos pontuaram o preconceito como o principal problema enfrentado após o cumprimento da pena, atribuindo a ele a dificuldade em conseguir emprego, apesar de todos os entrevistados estarem empregados.

No entanto, foi possível notar que egressos da APAC de Viçosa se mostraram mais resilientes à situação de exclusão e mais positivos, no sentido de superação, do que egressos da Unidade Prisional. Quando perguntados sobre quais

problemas têm enfrentado com a volta ao convívio social, obtiveram-se respostas como a citada abaixo:

Problema??? Olha, hoje eu já não posso dizer que tenho problemas. Eu enfrentei o preconceito quando eu saí da APAC. Preconceito por ter sido detento. As pessoas têm uma resistência quanto a isso. Mas foi no início, agora não mais. Um pouco do preconceito tá na gente. A gente cria uma situação difícil e custa sair dela. Mas hoje tá muito mais tranquilo (EGRESSO 6, solteiro, 32 - APAC).

Segundo relatos dos egressos da APAC, houve uma superação do preconceito oferecido pela sociedade, e isso os ajudou na reconstrução de suas vidas:

Não gosto de algumas brincadeiras de mau gosto que às vezes acontecem, mas eu fui muito feliz na volta a sociedade, pois com um mês de liberto eu já estava empregado na Firma Andrade junto com meu pai. Todo mundo no meu bairro me conhece e me respeita. Mas não enfrentei dificuldades maiores. O trabalho era a meta principal e fui muito feliz em conseguir tão rapidamente. Hoje vivo feliz com minha família e me considero bem sucedido (EGRESSO 1, solteiro, 23 anos - APAC).

Conforme afirma Baratta (2002), o trabalho é fator essencial no processo de reintegração do egresso do sistema prisional, de modo que as atividades laborativas devem estar associadas às exigências do mercado de trabalho, ou seja, devem prepará-lo através dos avanços tecnológicos, pois de nada adianta preparar um profissional que não será absorvido pelo mercado de trabalho.

A percepção dos entrevistados quanto à sua reintegração está intimamente ligada ao fator emprego. Dessa forma, o trabalho, como fator dignificante da natureza humana, assume seu importante papel dentro desse processo de retorno à vida social.

Entretanto, os egressos da Unidade Prisional sentem-se desorientados com a situação de liberdade adquirida e o preconceito pela situação vivida. Não houve desejo maior do que alcançar a vida livre e, no entanto, não sabem como lidar com essa nova realidade:

Ai credo! O principal problema é o preconceito. E às vezes nem é das outras pessoas, é meu mesmo (choro).. eu tô fazendo tratamento com psicólogo e psiquiatra, porque parece que não me aceito. Não sinto só a rejeição das pessoas, porque talvez elas nem saibam, mas sinto eu mesma, mas vou conseguir vencer isso também (EGRESSA 5, solteira, 26 anos - UP).

Em função da não-aplicação de práticas socioeducativas planejadas nas Unidades Prisionais, esses egressos voltam ao convívio social de maneira mais “desprotegida”, ou seja, eles apresentaram em suas falas um receio quanto ao

preconceito, tendo, muitas vezes, que recorrer à assistência médica, psicológica e psiquiátrica.

Os egressos da APAC de Viçosa fizeram questão de atribuir às oficinas de espiritualização e profissionalização da APAC o seu sucesso na volta à vida livre, e ainda reforçaram que se encontravam psicologicamente preparados para enfrentar o mundo que os aguardava. Confirmaram, também, que o método APAC é extremamente importante e que funciona, desde que o recuperando tenha força de vontade e determinação:

Sabe, Stella, a APAC é uma mãe para quem quer, ela é um pontapé inicial na vida da gente, lá eu fiz a oficina de marcenaria, pintura, tocava violão nas missas, participava do grupo de narcóticos anônimos. Hoje faço uma análise de mim mesmo, o método me ensinou a olhar para dentro de mim e reparar os danos cometidos. Eu saí da APAC com o espírito renovado e muito “gás” para trabalhar. Hoje faço até serviços para APAC, sou outra pessoa e posso garantir, uma pessoa muito feliz (EGRESSO 3, casado, 33 anos - APAC).

Alguns dos entrevistados atribuem o sucesso da vida que têm hoje à APAC de Viçosa:

A APAC é um ótimo lugar. As pessoas que saíram de lá, dão graças a Deus por lá. É um lugar mais sossegado, a APAC é uma mãe. É uma obra muito grande tem que ter muita força de vontade, ter paciência, pois paciência é uma virtude. E hoje sou muito feliz com a vida que levo e sirvo de exemplo para os meus amigos não entrarem em roubadas. Devo tudo isso a Deus e ao método APAC (EGRESSO 4, solteiro, 49 anos - APAC).

Os relatos dos egressos reforçaram que a estratégia utilizada por eles para superar as dificuldades pautou-se nas práticas de ressocialização ofertadas pelo método APAC, uma vez que os egressos deste sistema sentem-se preparados para superar as adversidades encontradas. É importante ressaltar que os egressos da APAC buscam dentro de si os pressupostos necessários para enfrentar as dificuldades, tendo como meta um novo ingresso no mercado de trabalho, como mostra o depoimento:

Eu buscava não me importar tanto com o preconceito apesar de ser muito difícil. E buscava forças dentro de mim para superar esse momento. Porque tudo é mais difícil no início. Depois as coisas se ajeitam (EGRESSO 6, solteiro, 32 anos - APAC)

Eu posso dizer que nem enfrentei problemas, porque busquei soluções para dribá-los antes deles surgirem de fato. Eu me capacitei e não quero parar de estudar. Eu gosto muito da área de computação, eu te digo pensa num funcionário bom, esse sou eu, é assim que eu me classifico. Eu

acredito, sabe, Stella, que as pessoas tem que se capacitar para não depender dos outros e nunca deixar de acreditar em si mesmo (EGRESSO 2, solteiro, 33 anos - APAC).

É importante, como ressalta Santos (2010), que o egresso do sistema prisional, ao terminar o cumprimento de sua pena, dê sequência a uma vida de capacitações, desenvolvendo-se intelectualmente, profissionalmente e pessoalmente, de modo a realizar seus projetos de vida.

Em contrapartida, os egressos da Unidade Prisional, apesar de estarem todos empregados, apresentaram dificuldades em lidar com o que eles pontuam como o principal problema encontrado na volta à vida livre: o preconceito. Como o sistema prisional comum não os preparou psicologicamente e profissionalmente para reassumir suas vidas, eles atribuem o possível insucesso de suas vidas ao preconceito e à dificuldade em superá-lo. E, em função de disso, são muito mais apegados e dependentes das famílias, como mostra o relato abaixo:

Eu procurei a família, que me ajudou muito, pois eles mudaram tudo para compensar o tempo de tristeza e sofrimento (EGRESSO 1, casado, 32 anos- UP).

O maior apoio para vencer as dificuldades vem da família. A minha é tudo pra mim. Me oferece apoio em todos os sentidos, sentimental e financeiro, nunca me faltou nada (choro) (EGRESSA 2, solteira, 30 anos - UP).

Exalta-se o importante papel da família para a reconstrução da vida do detento, principalmente quando este não teve a oportunidade de participar de programas de práticas educativas. De acordo com Ottoboni (2001), o apoio familiar é a maior fonte de incentivo para a volta à vida livre, já que a família é o seio que receberá esse indivíduo após sua saída do sistema prisional. Dessa forma, os vínculos familiares, afetivos e sociais são bases sólidas para afastar os condenados da delinquência.

Como ainda ressalta Goffman (2008), a participação familiar na recuperação do condenado, ao trazer maior estreitamento entre os detentos e as pessoas que estão mais próximas deles, ofertando condições para uma maior reflexão e atuação sobre a vida dos apenados, é fator relevante para a ressocialização.

Faz-se louvável a participação da família na recuperação do condenado, porém a sua importância acentua-se ainda mais quando este participou de um regime de correção que não contemplou práticas educativas e de profissionalização. Considerando-se que a família é o centro de tudo e é a primeira sociedade da qual o indivíduo participa, ou seja, seu principal elo de ligação, é coerente que o ex-

presidiário busque inserir-se em sociedade novamente, por meio do apoio de seu primeiro grupo social. Diante disso, muitas vezes o próprio tratamento de reintegração do indivíduo condenado fica a cargo da família, demonstrando mais uma vez o importante papel desta em processos de reinserção social.

7 – CONCLUSÕES

Em função da análise das trajetórias de vida dos egressos da Unidade Prisional de Piumhi e APAC de Viçosa, foi possível concluir que o preconceito é, sem dúvida, o maior problema enfrentado por esses indivíduos. Existe uma estigmatização em relação ao egresso dos sistemas prisionais, sendo-lhe conferida uma identidade como sujeito que errou, uma pessoa desacreditada. Essa percepção social exige que os egressos desenvolvam estratégias para se reintegrarem socialmente. Egressos da APAC fazem uso dos artefatos que lhes foram ofertados através das oficinas de oração e profissionalização; enquanto egressos da Unidade Prisional se valem do apoio da família.

As trajetórias de vida estiveram pautadas por dificuldades e esforços de superação por parte dos ex-convictos, em face às situações preconceituosas. Entretanto, evidencia-se um conjunto de depoimentos repletos de novas expectativas de vida, com os quais foram criados vínculos entre a construção e desconstrução das identidades desses investigados, envolvendo opções pessoais e profissionais de cada entrevistado. Essas dificuldades vivenciadas requereram mudanças de atitude, em termos de recursos pessoais e profissionais, visando ao emprego digno e à volta ao convívio social.

A identidade apresenta-se, assim, como uma celebração móvel que é formada ao longo do tempo, mostrando que o ser humano está sempre em uma atuação inacabada, em processo de construção, como destacado nos relatos das histórias de vidas dos atores sociais aqui estudados.

8 – REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 3ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Revan, 2002.

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. **Depois das Grades: Um Reflexo da Cultura Prisional em Indivíduos Libertos**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília. DF. Ano 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

Acessado em: 10/02/2011.

BORN, Claudia. **Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos.** Revista Sociologias. Porto Alegre. RS. Ano 3, nº. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 10/01/2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 2ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Bertrand Brasil, 1998.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da. BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro. RJ. Editora FGV, 2007.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro. RJ. Editora Fiocruz, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 36ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 16ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro. RJ. DP&A Editora, 1999.

JODELET, Denise. Experiência e representações sociais. In SHIMIZU, Alessandra de Moraes. (Orgs.). **Experiência e Representação Social: questões teóricas e metodológicas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MINAS GERAIS. Ministério da Justiça. **Sistema Prisional.** Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRIE.htm>>. Acesso em 27/02/2011.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC.** São Paulo. SP. Paulinas, 2001.

PAIVA, Rita de Cássia Barbosa; DIAS, Ana Maria Iório.– **Identidade e estigma no contexto da escola inclusiva: uma leitura a partir de Erving Goffman Magalhães.** Disponível em <<http://www.anped.org.br/artigos>> Acesso em 03/01/2011.

PINTO, Guaraci. HIRDES, Alice. **O Processo de Institucionalização de Detentos: Perspectivas de Reabilitação e Reinserção Social.** Revista de Enfermagem. Santo Expedito do Sul. RS, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 10/02/2011.

SANTOS. Jussara Rezende Costa. **Políticas Públicas de Educação nos Presídios: Práticas Sócio-Educativas Estimulam Alunos no Processo de Ressocialização**

em Minas Gerais. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília. DF. Ano 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 10/02/2011.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios.** Rio de Janeiro. RJ. Editora FGV, 2008.

ARTIGO III – MORFOLOGIA E PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE APENADOS

RESUMO

A gravidade do quadro de vulnerabilidade social enfrentado pelos apenados ressalta a importância de uma reflexão acerca das perspectivas de reintegração no mercado e na vida social, considerando suas redes sociais. Nesse sentido, objetivou-se caracterizar a morfologia e o papel desempenhado pelas redes sociais no processo de reintegração social de apenados do Sistema Prisional Comum, em Piumhi/MG, e da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), em Viçosa/MG. Participaram desta pesquisa 23 indivíduos; destes, 12 apenados e 6 egressos do método APAC; e 5 egressos da Unidade Prisional. Foram utilizados para a coleta de informações os seguintes instrumentos: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Os resultados mostraram que a relação de confiança, a reciprocidade, as identidades sociais e as ligações de proximidade entre os atores sociais são meios pelos quais as redes se amparam e se estabelecem. Contrabalançando todas as dificuldades enfrentadas, foi possível perceber a presença constante dos familiares, dando auxílio e incentivo aos apenados, ou seja, a chamada “rede de íntimos”, que representa uma estratégia de produção, de trabalho e de reprodução social. Concluiu-se que as redes familiares produzem, potencialmente, coesão e reintegração social, fundamentadas na aquisição de emprego e retorno à vida familiar e social, uma vez que contribuem para produção de identidades, promoção de relações de proximidade, de sensação de pertencimento e reconhecimento.

Palavras-chave: Apenados, Redes Familiares e Sociais, Reintegração Social

2- ABSTRACT

The severity of social vulnerability faced by offenders underscores the importance of thinking about the prospects for reintegration into social life and, considering their social networks. Accordingly, the objective was to characterize the morphology and the role played by social networks in the process of social reintegration of inmates of the prison system in common Piumhi/MG and the

Association of Protection and Assistance to the Convicted (APAC) in Viçosa/MG. Participated in this study, 23 subjects, 12 inmates and six egresses of the method APAC, and five graduates of the Correctional Unit, being used to collect information with the following tools: desk research, semi-structured interviews and focus groups. The results showed that the trust, reciprocity, social identities and the close links between social actors are the means by which networks are supporting and setting. Counterbalancing all difficulties, it was possible to realize the constant presence of family members, giving aid and encouragement to the inmates, called "intimate network", which represents a production strategy, labor and social reproduction conclude that family networks potentially produce cohesion and social reintegration, based on the acquisition of employment and return to family and social life, since they contribute to production of identities, promoting relations of proximity, sense of belonging and recognition.

Keywords: Condemned, Family and Social Networks, Social Reintegration

3 - INTRODUÇÃO

A temática do estudo sobre a morfologia e o papel desempenhado pelas redes sociais no processo de readaptação de apenados à vida social derivou-se das condições desumanas vivenciadas no sistema penitenciário brasileiro, cujo funcionamento tem contribuído para o fenômeno de prisionalização⁹ e aperfeiçoamento do crime, por não favorecer meios de reabilitação do condenado, isto é, de preparação para o retorno e convivência ao meio social.

Tal situação soma-se, ainda, à ausência de políticas públicas voltadas para a reintegração de condenados e à presença do preconceito e discriminação social, que expressa, conforme Goffman (2008), o fato de o egresso, ao sair da prisão, carregar o estigma de ex-presidiário e de pessoa desacreditada, o que dificulta sua inserção na vida profissional e familiar, culminando, dessa forma, em aumento da violência e elevadas taxas de reincidência. Pesquisa realizada por Rego e

⁹ Segundo Barreto (2006), a submissão do preso às experiências carcerárias repercute na assimilação da cultura prisional por meio de um processo descrito como "prisionalização" ou institucionalização, quando as tradições, valores, atitudes e costumes impostos pela população carcerária são apreendidos pelos internos, como uma forma natural de adaptação ou até mesmo de sobrevivência ao rígido sistema prisional. Essas transformações variam e atingem o egresso em diferentes níveis, como no hábito de comer e agir, nas estruturas de linguagem, no aumento da agressividade, dentre outros, com repercussões sobre o alto índice de pessoas que reincidem no crime.

Giacomassi (2011) aponta que a própria natureza punitiva da pena privativa de liberdade e o poder desumanizante das prisões têm contribuído para que a reincidência alcance, em média, 90% dos ex-detentos.

Conforme discutido por Loreto et al (2009), nesse contexto de exclusões, ressalta-se o papel das redes sociais, com destaque para aquelas conhecidas como Rede de Íntimos¹⁰, principalmente familiares. Apesar de, em alguns casos, as relações sociofamiliares de apenados do sistema prisional serem prejudicadas em virtude da situação prisional, a família é vista como primeiro espaço educativo dos indivíduos, pois é através dela que as pessoas desenvolvem parte de suas identidades, costumes e tradições. É no seio familiar que cada indivíduo se insere e se desenvolve como pessoa. Na família, os seres humanos assumem seus papéis primários de como conviver em sociedade, constituindo redes de convivência.

A atuação das redes familiares e sociais pode implicar em mudanças e melhoria da qualidade de vida, alcance de autonomia, aquisição de emprego digno, educação e resgate de valores; e tudo isso está intimamente ligado ao processo de reintegração social de apenados.

Klein (2004) mostra em sua pesquisa sobre “Os modos de vida dos familiares dos reeducandos do Presídio Estadual de Cruz Alta” que as famílias passam a articular diversas atividades para enfrentar o afastamento do familiar preso, por meio da ativação das redes sociais capazes de manter os laços de parentesco e vizinhança estreitos, a fim de "ajudarem-se" mutuamente na mobilização de recursos e construção de novas possibilidades de sustentação da vida.

Nesse sentido, pressupõe-se que são as redes familiares que auxiliam no processo de reintegração social de indivíduos privados de liberdade, através do seu importante papel de (re)organizadoras do funcionamento familiar, proporcionando segurança e confiança para os apenados.

Diante de tal abordagem inicial, este trabalho objetivou caracterizar a morfologia das redes sociais e examinar o papel desempenhado pelas mesmas no processo de reintegração social de apenados e egressos de duas formas de correção

¹⁰ Segundo Portugal (2011), em função do dimensionamento dos nós e laços das redes, estas podem assumir três tipos: a) Redes de Íntimos, considerados pelos entrevistados como importantes para si mesmos; b) Redes de Interação, que relacionam os membros com os quais as famílias se interagem, em um determinado período de tempo; c) Redes de Troca, que inclui pessoas da rede que compensariam ou penalizariam as trocas através de ajuda material, prestação de serviços, aconselhamento e companhia.

penal existentes: a reclusão comum e a reclusão com aplicação de programas de ressocialização.

4 – REVISÃO DE LITERATURA

Ouve-se falar de redes em praticamente todas as áreas e campos do conhecimento. As razões da popularidade atual do conceito de rede encontram-se fundamentadas em duas questões: em primeiro lugar, o desenvolvimento extraordinário das comunicações, que possibilita a existência de conexões onde antes havia isolamento; em segundo lugar, a valorização das relações entre as pessoas, relativamente às relações entre as pessoas e coisas. “Esses dados explicam a importância que, em particular, as redes sociais assumiram, quer ao nível do conhecimento, quer ao nível da prática.” (LEMIEUX, 2000, citado por PORTUGAL, 2011).

As mudanças socioeconômicas e culturais da sociedade contemporânea têm levado a modificações expressivas no papel desempenhado pela família, no exercício de suas funções sociais.

A palavra “rede”, do latim (*retis*), significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. Porém, esta palavra vem ganhando outros sentidos ao longo da história.

Castells (2007) diz o seguinte sobre as redes:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos de poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de denominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social (CASTELLS, 2007, p. 497).

Wassermann e Faust, apud Sílvia Portugal (2011), identificaram quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais, que são: a) os sujeitos e suas ações são vistos como interdependentes; b) os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos materiais e humanos; c) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem a estrutura das relações como meio que pode

configurar oportunidades ou constringer as ações individuais; d) os modelos de redes conceituam a estrutura de relações entre os atores sociais.

A referida autora sintetizou a forma operacional das redes sociais a partir de questões simples, como: Quem faz parte das redes? Quais os conteúdos dos fluxos das redes? Quais as normas que regulam as suas ações? Na análise da questão “quem”, isto é, da morfologia das redes, identificaram-se os nós (elementos das redes) e os laços (as relações entre os nós das redes). Na caracterização dos laços, buscou-se analisar se estes são fortes ou fracos, considerando-se a duração da relação, a intensidade emocional, a intimidade e os serviços recíprocos, bem como a pluralidade de conteúdos de troca. Outras distinções visam saber se os laços são positivos (laços de identificação, isto é, os atores são membros de uma entidade comum) ou negativos (laços de diferenciação), ou, até mesmo, se são ativos (incluem interações rotineiras, numa interação face a face) ou passivos (laços afetivos com interação irregular).

Outro tipo de rede muito utilizado atualmente é a rede virtual. A Revista On-line Exame.com, em matéria de 16 de maio de 2010, divulgou a utilização da rede mundial de computadores (Internet) para visitas virtuais de amigos e familiares a detentos. Segundo a matéria, a intenção não é a substituição da visita física, mas sim tentar uma diminuição nos custos destas visitas, ou seja, criar uma alternativa econômica, pois esse tipo de rede virtual permite que o apenado comunique-se com até três pessoas por vez, devidamente monitorado pelo funcionário responsável (SCHELP, 2010). Segundo o referido autor, a iniciativa da comunicação através de videoconferência teve como projeto-piloto quinhentos presos de quatro penitenciárias federais no Brasil.

Em suas pesquisas, Castells (2007) dá importância à estrutura das redes e às estratégias adotadas na mobilização de recursos e oportunidades que seus membros ativam de acordo com suas necessidades, pois as escolhas de cada sujeito estão condicionadas aos contextos sociais em que este está inserido: trabalho, família, residência, escola e padrão de comportamento. Essas variáveis desenham uma tipologia de rede adequada para cada história, que permite abrir ou fechar possibilidades aos sujeitos envolvidos.

Da mesma forma, Loreto et al. (2009), ao examinar o papel das redes sociais das famílias dos recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), em Viçosa/MG, na provisão dos recursos e atendimento às

necessidades básicas, verificaram que, no dimensionamento dos nós e laços das redes sociais, estas assumem o tipo de Redes de Íntimos, principalmente familiares, para o atendimento das necessidades básicas; concluindo-se, dessa forma, que a ativação das redes sociais mobiliza recursos, cria oportunidades e promove a solidariedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das unidades familiares.

De acordo com o relatório da situação do Sistema Penitenciário de Assistência à Família do Preso, em Minas Gerais (Ministério da Justiça, 2011), existem políticas de assistência às famílias de apenados, as quais se encontram centradas na atuação de assistentes sociais, psicólogos e advogados, que realizam ações junto aos apenados e suas famílias através de uma instância da Secretaria de Estado de Defesa Social. Tais procedimentos são ainda insuficientes, tendo em vista a restrita atuação destes profissionais nos presídios.

Bourdieu (1998) discute sobre o papel das redes na provisão de recursos quando as relaciona com o capital social (FIG. 1). Na visão deste autor, as redes sociais são construídas através da comunicação e de estratégias de investimento nas relações sociais a fim de alcançar fontes de benefícios, sejam emocionais, operacionais ou financeiros. Além disso, ressalta a importância do capital social para o sucesso nessas conexões, onde este é visto como um bem social, em virtude dos vínculos dos atores envolvidos e das redes da qual fazem parte, que se refere diretamente às conexões entre os indivíduos.

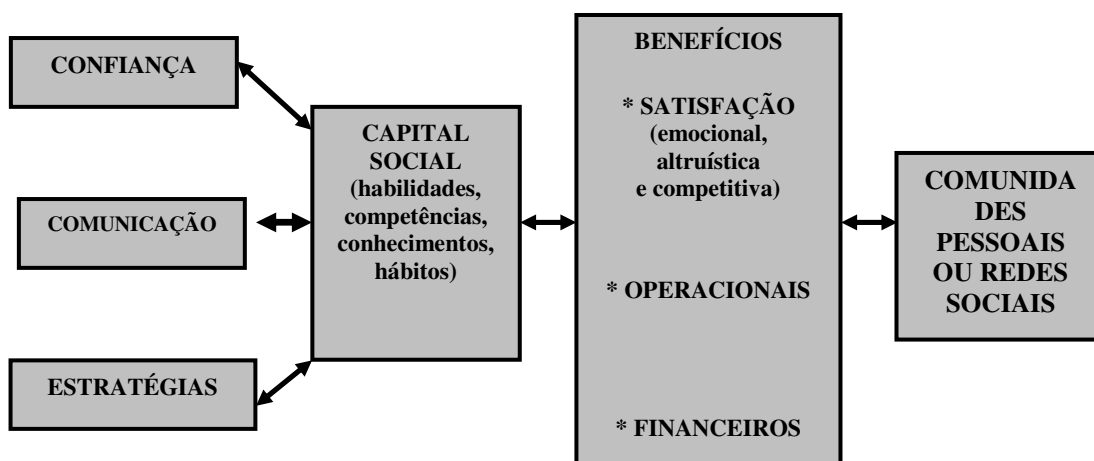


Figura 1 - Modelo de Rede Social.
Fonte: Bourdieu (1998), com adaptações.

Conforme Bourdieu, no modelo de rede social, o sentimento de confiança mútua entre os indivíduos que compõem as redes é, sem dúvida, o elemento-chave

para a consolidação das comunidades pessoais ou das redes sociais, reconhecendo, uns nos outros, suas habilidades, competências, conhecimentos e hábitos.

Castells (2007) ainda afirma que os laços sociais colocados em posições estratégicas facilitam as oportunidades, auxiliando de maneira considerável na aquisição de possibilidades de acesso aos recursos disponíveis através dessas redes. A discriminação dos laços e nós das redes auxilia na identificação do tipo destas, tais como: dimensão da rede (número de elementos que a constitui); densidade (relação entre os laços ativados e os membros da rede); orientação (as relações que conectam os envolvidos: parentescos, amizades, colegas); sobreposição (quantos papéis, no total, os membros da rede desempenham).

Acosta e Vitale (2007) reforçam, ainda, a ideia de que ações voluntárias são formas de ativar e estreitar as redes sociais, evitando o isolamento dos sujeitos, principalmente aqueles que trazem algum estigma, oferecendo a possibilidade de desempenhar um importante papel no sentido de romper com o isolamento do indivíduo e melhorar suas condições de vida. Assim, as propostas de trabalho para melhoria da qualidade de vida das pessoas mais necessitadas devem fundamentar-se em práticas que gerem solidariedade e facilitem o enfrentamento das vulnerabilidades econômicas e sociais dessas vidas.

Nesse sentido, com o objetivo de correção e não-reincidência, destaca-se a participação da família e suas redes sociais, revendo os papéis de cada uma, seja familiar ou social, bem como as relações entre os membros da família e com o ambiente contextual, visando a uma maior motivação em busca da autonomia e qualidade de vida do indivíduo e seus familiares, estimulando a busca pelo exercício de cidadania e a inclusão de exercícios plenos nesses processos, através de projetos sociais, parcerias, oportunidades de trabalho e reinserção.

5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado nos municípios de Viçosa/MG e Piumhi/MG, investigando apenados e egressos dos dois sistemas prisionais dessas cidades – APAC e Unidade Prisional.

A cidade de Viçosa/MG pertence à microrregião da Zona da Mata mineira. De acordo com o censo demográfico promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), os aspectos econômicos mais relevantes no

município, no que tange ao setor produtivo, apresentam-se da seguinte forma: agropecuário (3,4%), industrial (28,2%) e serviços (68,4%); demonstrando, assim, forte desenvolvimento do terceiro setor.

A cidade de Piumhi/MG, localizada na mesorregião Oeste do Estado, com uma população de 31.192 habitantes, está situada a 256 Km da capital, Belo Horizonte. Além das atividades ligadas à pecuária, comércio e serviços, a economia de Piumhi destaca-se na produção agrícola e de produtos, como café, milho, feijão e leite.

A pesquisa em questão apresenta abordagem qualitativa, na qual foram utilizados para a coleta de informações: análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupo focal, de forma que fosse possível averiguar dados pertinentes a egressos dos dois sistemas de correção, totalizando 23 pessoas; sendo 12 apenados e 6 egressos do método APAC, além de 5 egressos da Unidade Prisional. A seleção dos egressos foi feita da seguinte forma: os egressos da APAC de Viçosa foram selecionados através de dossiês de todos os egressos que passaram pelo método, sendo descartados aqueles nomes cujos endereços e telefones não mais existiam; desta seleção, 12 egressos foram procurados, porém, somente 6 residiam na cidade de Viçosa.

Quanto aos egressos da Unidade Prisional de Piumhi, foram procurados 10 egressos do sistema, onde, 2 não residiam na cidade de Piumhi e 3 se negaram a participar da pesquisa, resultando 5 egressos pesquisados. Quanto aos apenados do regime aberto, foram pesquisados somente os 12 da APAC de Viçosa, uma vez a direção da Unidade Prisional de Piumhi não permitiu tal prática.

Para que tal atividade com apenados do regime aberto ocorresse, foi realizada uma dinâmica, tendo por base o modelo de Mapa de Rede Social de Sluzki, (1996, apud BRANCO, 2006). O mapa da rede social tem sido muito utilizado em várias pesquisas, sendo uma ferramenta útil para o entendimento das redes sociais. O mapa é formado por três círculos divididos em quatro quadrantes: família, amigos, instituições e trabalho (Apêndice 4). O núcleo do círculo representa o indivíduo; o primeiro, e menor deles, indica a proximidade e a importância que o apenado dá aos sistemas ali dispostos; o segundo círculo se constitui por pessoas que têm menor proximidade e importância para ele; e, finalmente, no terceiro círculo, colocam-se as pessoas que compartilham com o apenado de forma mais distante.

Para o desenvolvimento da dinâmica, foram utilizadas figuras representando indivíduos e instituições (Apêndice 5). As figuras tinham formato característico, o que facilitou o reconhecimento visual da homogeneidade e heterogeneidade da rede, além de cinco gravuras brancas com as quais o apenado poderia indicar mais pessoas, coisas ou instituições que fossem participantes em sua rede. Para dimensão estrutural, as categorias foram: tamanho, densidade, composição, distribuição e homogeneidade.

Objetivando à avaliação da rede social, os apenados foram convidados a mapear sua rede social. Eles tiveram à sua disposição as figuras e o mapa proposto por Sluzki (1996), e foram questionados nas seguintes categorias: *1) quem são as pessoas e/ou instituições mais importantes na vida do apenado; 2) o que os apenados pensam sobre as pessoas da sua rede; 3) se existe o desejo de mudança na rede; 4) sobre a semelhança entre as pessoas da rede e o apenado; 5) sobre utilização do computador para estabelecer alguma comunicação com as redes.*

Respondidas essas perguntas, outras foram feitas no sentido de enriquecer as informações do mapeamento e torná-lo fidedigno em relação à reintegração social e à participação das redes envolvidas, como: *sobre os apenados estarem empregados; como esses empregos foram conseguidos; através de quem ou que instituição; considerando as experiências vivenciadas que sugestões o apenado daria para que o processo de reintegração social fosse mais efetivo (Apêndice 6).*

As informações coletadas foram analisadas através dos métodos de análise de conteúdo, visando conhecer a realidade desses investigados e suas famílias, além das condições de vida após o cumprimento da pena, por meio de seus relatos de vida. A análise concentrou-se na comparação das diferenças e semelhanças relatadas através das experiências vividas por esses indivíduos.

6 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram discutidos, considerando-se tanto a morfologia quanto o papel desempenhado pelas redes sociais no processo de reintegração social.

6.1 – Os Egressos e Suas Redes Sociais

Para a identificação da morfologia das redes sociais, foi indagado aos egressos dos dois sistemas de correção sobre quem fazia parte de suas redes de

relacionamento. Nas respostas, tanto os egressos da Unidade Prisional de Piumhi quanto os da APAC de Viçosa, em sua grande maioria, citam suas famílias (Gráfico 1). Os entrevistados exprimiram a importância do apoio de alguém mais próximo, não necessariamente um cônjuge. Geralmente, a mãe é o laço mais forte da rede.

A família é tida como a célula- *mater* da sociedade. Em alguns casos, a ausência da família biológica leva o indivíduo a criar um novo arranjo familiar através de redes sociais que o auxiliem no seu sustento físico e sentimental. Assim, conforme os depoimentos colhidos dos egressos, a família é citada como uma espécie de porto seguro, onde todos esperam ter a oportunidade de reconstruir suas vidas.

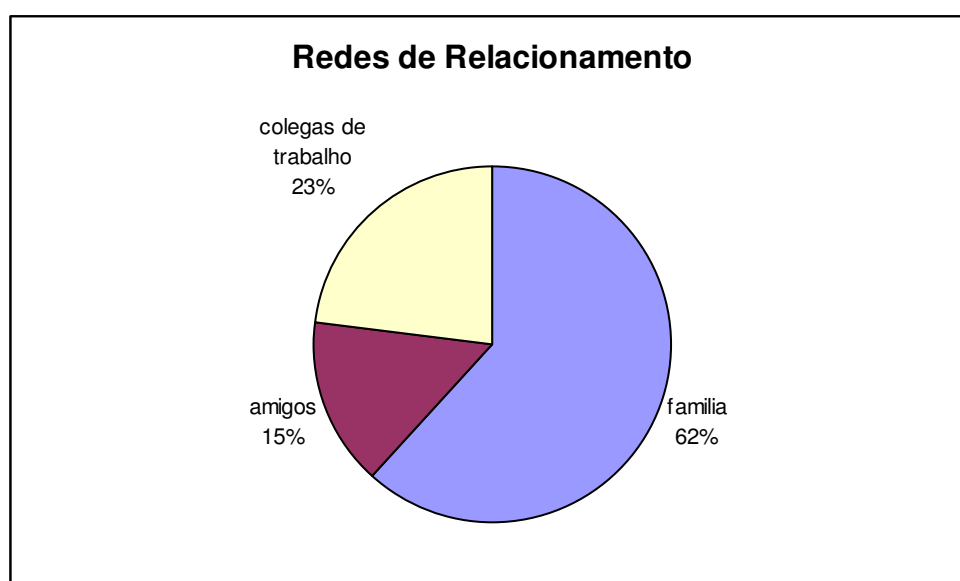


Gráfico 1 – Composição das redes de relacionamento dos egressos entrevistados da Unidade Prisional de Piumhi e da APAC de Viçosa/Minas Gerais, 2010.

Assim, fica claro que, nessa sociedade em redes, as famílias, com seus diferentes arranjos, são vistas como uma das principais redes de apoio e solidariedade, visto que se constituem como primeiro local de socialização do sujeito. Tal fato vem de encontro ao que escrevem Acosta e Vitale (2007), quando tratam do tema “rede social e familiar”, afirmando a esse respeito:

Por mais precarizadas, vitimadas, vulnerabilizadas que se encontrem as famílias em situação de exclusão, há certamente iniciativas de resistência, há desejos de reconstituição ou de manutenção de vínculos e envoltimentos afetivos; há, enfim, esperança de garantir na família o espaço de proteção (ACOSTA e VITALE 2007, p. 134)

Assim, o assunto “redes de relacionamentos” foi, entre os egressos dos dois sistemas, a categoria que mostrou maior número de respostas semelhantes, uma vez que os egressos acreditam que a verdadeira rede de relacionamentos encontra-se na família: pai, mãe, irmãos e cônjuge.

Com respeito às demais redes de convivência, quando perguntados se eles consideravam os agentes penitenciários da Unidade Prisional ou os funcionários da APAC como parte de suas redes, as respostas foram discrepantes. Os egressos da Unidade Prisional reforçam que não havia nenhum tipo de contato, que não o profissional, entre eles e os agentes. Então, não caracterizam as redes institucionais como parte de suas redes, atribuindo à participação do agente somente uma relação de respeito e nada mais:

Minha família é tudo. Quanto aos agentes, a gente tinha uma relação de respeito e só. Não tinha amizade com nenhum deles (EGRESSA 2, solteira, 30 anos - UP).

Os policiais é que tomavam conta da gente. Eles não davam mole não. Era muito difícil, tinha um carcereiro que era doido, doido mesmo, ele até matou um preso lá dentro. Não tenho amizade com ninguém que trabalhava lá, eu só respeito (EGRESSO 3, casado, 45 anos - UP).

Em contrapartida, os egressos da APAC de Viçosa veem os funcionários de outra forma, atribuindo uma significativa participação dos mesmos em suas redes de relacionamento:

Eles me passaram e ensinaram sobre confiança e ofereceram oportunidades para que eu mudasse de vida, para muito melhor. Os funcionários da APAC foram e são muito importantes em minha vida. Fazem parte sim, da minha rede de relacionamento (EGRESSO 1, solteiro, 23 anos - APAC).

As pessoas com quem tive contato na APAC, tô falando dos funcionários, foram muito importantes na minha vida naquela época, hoje não vejo eles mais. Mas tiveram sua participação. Eu quero na verdade, ser voluntário lá, num projeto que envolva educação através da leitura (EGRESSO 6, solteiro, 32 anos - APAC).

Os depoimentos dos egressos vão de encontro ao que mostra o modelo de rede social de Bourdieu (1998), onde o sentimento de confiança mútua é o alicerce entre os indivíduos que compõem as redes, reconhecendo, uns nos outros, suas habilidades, competências, conhecimentos e hábitos. Juntos, estes elementos trazem ao egresso a sensação de acolhida e restabelecimento de posições sociais, trazendo benefícios de ordem individual e coletiva, através da satisfação pessoal e financeira alcançada por ele e por sua família.

Com relação às mudanças ocorridas em suas redes de relacionamentos, os egressos fizeram questão de reforçar que as redes de amizades que possuíam antes da detenção não são as mesmas após o cumprimento da pena. Eles atribuem às más companhias a situação de privados de liberdade, como mostram os depoimentos a seguir:

Os amigos que levavam para o mal caminho não fazem mais parte da minha rede. Hoje escolho melhor as companhias que tenho (EGRESSO 4, solteiro, 49 anos -APAC).

Antes eu tinha uns amigos que hoje não tenho mais, porque tem umas amizades que só leva a gente para o buraco. Então isso não tem mais, eu quero pessoas boas do meu lado e só (EGRESSO 3, casado, 45 anos -UP).

Nesse sentido, o ponto que mais se destacou foi a atribuição da má influência dos relacionamentos às amizades. Outro aspecto relatado pelos entrevistados refere-se à melhoria do relacionamento familiar, devido, principalmente, à confiança que se estabelece entre a maioria deles, uma vez que, se o indivíduo sente-se bem consigo mesmo, ele terá maiores chances de se sentir bem com os outros.

Tudo isso demonstrou, através das narrativas dos egressos, que utilizar as redes sociais e familiares é um método de reinserção, isto é, uma estratégia para voltar ao mercado de trabalho e à família, de tal forma que a ênfase no fortalecimento dos vínculos familiares tem implicações positivas para todos os envolvidos.

6.2 – Os Apenados e Suas Redes Sociais

Para o conhecimento da morfologia das redes sociais na vida dos indivíduos privados de liberdade, trabalhou-se apenas com o grupo focal, composto de 12 apenados do regime aberto da APAC, já que não houve permissão para execução desse grupo na Unidade Prisional de Piumhi/MG.

Para tanto, foi realizada a dinâmica, tendo como base o modelo de Mapa de Rede Social de Sluzki (1996, apud BRANCO, 2006). Um dos resultados dos 12 mapas, apresentado no Apêndice 7, pode ser evidenciado na Figura 2, que mostra o mapa das redes do apenado 10, onde este, estando ao centro da rede, apontava quem ou quais elementos faziam parte de sua rede de relacionamento e quão importantes eram para sua vida. Quanto mais próximo ao centro do mapa fossem coladas as

imagens, mais forte seria o laço que as unia ao apenado ou maior o grau de importância para ele, em sua concepção.

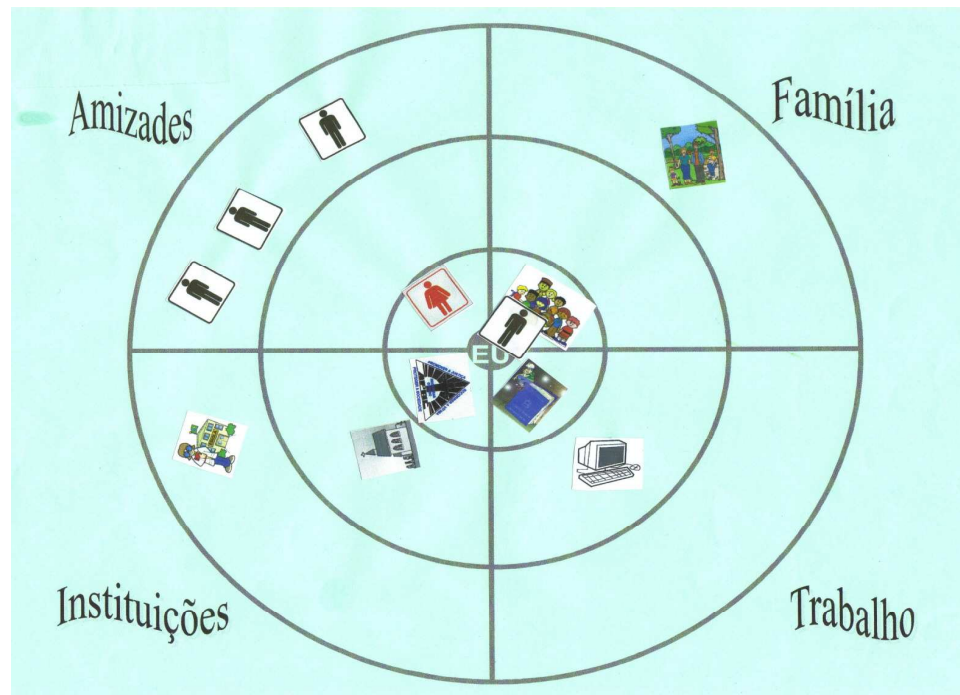


Figura 2 - Modelo de Mapa da Rede Social do apenado 10.

Fonte: Sluzki (1996), com adaptações.

Assim, observando-se a figura 2, constatou-se que, no quadrante “Família”, os filhos são vistos como o nó mais forte e mais importante da rede e, com um grau de proximidade menor, o apenado considerou a participação de demais familiares no processo de sua ressocialização.

Ao analisar o quadrante “Trabalho”, é perceptível que o grau de importância deste é considerável, uma vez que a colagem da gravura “carteira de trabalho” pode ser vista bem próxima ao apenado, no centro do mapa. É interessante ressaltar o destaque dado à tecnologia, através da gravura “computador”, na qual o apenado expressa a importância do uso da ferramenta computacional no seu dia a dia.

No quadrante “Instituições”, ao dispor as gravuras “APAC”, “Igreja” e “Escola”, o apenado tenta mostrar que, no momento que vivencia, ele percebe a atuação do método APAC e da Igreja como fundamentais em sua vida, enquanto que, em um plano um tanto mais distante, mostra a importância da educação que, nesse mapa, figura como um nó mais fraco da sua rede.

Por fim, no quadrante “Amizades”, a figura feminina, próxima ao centro, expressa uma irmã bem íntima e atuante. Os amigos são considerados com uma certa distância, em virtude da dedicação exclusiva ao trabalho, uma vez que o apenado encontra-se em regime aberto, não tendo oportunidades de estabelecer vínculos fortes de amizade.

Com relação às imagens vazias, estas não foram utilizadas pelos apenados, pois, segundo eles, não eram necessárias, como mostra o relato:

Nó Stella, essas figurinhas brancas nem precisava delas... não tem mais o que acrescentar não. A gente não vai nem usar todas essas que tem aqui, quanto mais aumentar com essas brancas, quem dera né gente? (APENADO 7, solteiro, 43 anos - APAC).

Assim, os resultados do mapeamento mostram que os componentes mais próximos da rede dos apenados são os membros da família (pais, irmãos, esposa e filhos), além da APAC e instituições religiosas (Tabela 2). Além disso, o número de pessoas que compõem a rede é restrito, embora os apenados desejassem que fosse um número maior para que pudessem contar com mais amigos. Entretanto, alegaram que o tempo que passam em sociedade é destinado somente ao trabalho e, por esse motivo, esse maior espaço relacional ainda não podia ser alcançado.

O quadro abaixo mostra a porcentagem de cada escolha dos 12 apenados quanto à composição de suas redes, nas categorias que eles julgavam mais próximas de si mesmos como auxiliadoras em seu processo de reinserção social.

Tabela 2 – Composição da Rede Familiar e Social dos Apenados da APAC de Viçosa/ Minas Gerais

Categorias	Porcentagem
Instituição Educacional (escola)	58,3%
Instituição Religiosa (igreja)	75,0%
Habitação	41,6%
Associação de Assistência e Proteção ao Condenado	100,0%
Emprego	100,0%
Pais	50,0%
Demais familiares	66,6%
Filhos	41,6%

Vizinhos	33,3%
Ferramenta computacional	41,6%
Amigos, Conhecidos, Colegas	50,0%
Esposa, Irmã, Amigas, Conhecidas, Colegas	50,0%
Gravuras vazias	Não foram utilizadas pelos apenados

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Quando perguntados se as pessoas da rede assemelhavam-se a eles, 55,0% não souberam responder e 45,0% afirmaram que não são semelhantes, muito pelo contrário, que eram totalmente diferentes. Quando questionados sobre a utilização de alguma tecnologia para estabelecer comunicação com a rede familiar ou social, 45,4% dos apenados utilizavam o computador e a internet, tanto no trabalho quanto em casa e, através da rede virtual, comunicavam-se com familiares e amigos, além do uso para fins profissionais.

Essa comunicação via rede mundial de computadores vem de encontro ao que Castells (2007) escreve sobre a difusão das formas de comunicação entre redes sociais, onde, através da tecnologia, esses indivíduos estabelecem novas tipologias de redes:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura (CASTELLS, 2007, p. 497).

Diante de tantos fatores, fez-se necessário reforçar que o preconceito foi citado por todos os entrevistados como a maior limitação de suas vidas. Além disso, ficou expresso em seus depoimentos que suas redes de relacionamentos são diminuídas após a volta ao convívio social, em função do preconceito e de uma seleção que é feita por causa do confinamento que, muitas vezes, segundo suas falas, parte deles próprios.

6.3 – O Papel das Redes

Foi perceptível que essas redes se modificaram ao longo do tempo. Alguns laços, como os familiares, permaneceram em sua maioria, pois a família

garante uma permanência no tempo, mesmo que os laços não estejam sempre ativos. Por outro lado, laços, como os das amizades, podem se desfazer com o passar do tempo, assim como novos laços vão sendo construídos através das interações. Portanto, fez-se interessante investigar o papel das redes, ou seja, que importância tem os nós e laços destas na vida de cada egresso e quão próximas essas pessoas estão.

Exemplificando, os nós correspondentes à família possuem laços cujos conteúdos expressam confiança, amparo, proteção e recomeço, como fica evidenciado nas falas dos egressos; enquanto que os nós referentes aos outros envolvidos têm sua participação, mas com grau de importância menos considerável. Como afirma Portugal (2011), “deste modo, os parentes constituem um subsistema fortemente interligado, no interior das redes sociais”.

Na percepção dos apenados, como mostra a figura 3, os laços fortes correspondem à rede familiar e, especificamente nesta pesquisa, estes se voltaram ao convívio familiar e à busca constante da reintegração social através do emprego. No entanto, os laços fracos encontram-se interligados à perspectiva da empregabilidade, seja através da APAC, da Igreja ou de outras instituições. Esses laços fracos são também de grande importância na criação de projetos individuais indutores do processo de reintegração social.

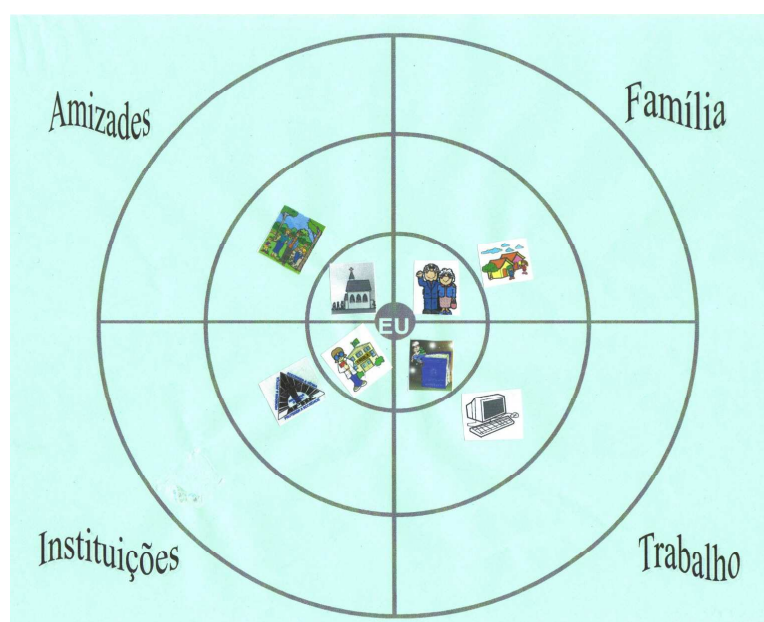


Figura 3 - Modelo de Mapa da Rede Social do Apenado 11.

Fonte: Sluzki (1996), com adaptações.

De acordo com a Figura 3, ao observar os quadrantes ilustrados por esse sujeito, é possível perceber quão próximos estão seus nós e, no terceiro e mais distante círculo, não há nenhuma gravura disposta. Através desse mapa, o apenado mostra a importância da rede familiar e social para seu processo de reintegração social. No quadrante “Família”, ele expressa, primeiramente, a presença dos pais como o nó mais forte e, em seguida, a moradia própria. No quadrante “Trabalho”, aparece como nó mais forte o emprego de carteira assinada e, ainda, o reforço do uso da ferramenta computacional, justificando as solicitações dos apenados sobre o oferecimento de oficinas destinadas a cursos de computação, visando auxiliar na sua empregabilidade. No quadrante “Instituições”, aparecem, em primeiro plano, a educação e, depois, como realizadora desse processo, a APAC. Por fim, e não menos importante, o apenado demonstra no quadrante “Amizades” as gravuras “Igreja” e “demais familiares”, expressando seu vínculo de amizade através da religião e outros membros da família.

Assim, através do mapeamento da rede dos pesquisados, fica revelado como o capital social e o capital escolar estão imbricados em função do emprego, visando facilitar a aquisição deste. Mais uma vez, fica expressa a importância das redes familiares nesse processo de transição. Além disso, pôde-se constatar que, para os indivíduos estudados, a metodologia APAC continua a ter um peso bastante forte na luta para o acesso ao emprego.

Considerando-se a percepção dos ex-detentos quanto ao papel das redes de relacionamento no processo de reinserção social, os egressos das APAC de Viçosa afirmaram que, através de suas redes de relacionamento, familiares ou sociais, tais como vizinhos, colegas e conhecidos, têm conseguido um lugar no mercado de trabalho, uma maior aceitação por parte da sociedade:

Me ajudam sim. Pois oferecem apoio na hora da dificuldade. Por exemplo, quando eu fui prestar o concurso da prefeitura eles é que me deram apoio. Me incentivaram, estão comigo pro que der e vier. E isso fez com que eu não sentisse o peso do preconceito (EGRESSO 4, solteiro, 49 anos - APAC).

Sim. Me dando apoio quando preciso e através das redes eu conheço outras pessoas, outras realidades, outras histórias (EGRESSO 1, solteiro, 23 anos - APAC).

Por outro lado, os egressos da Unidade Prisional de Piumhi atribuíram somente à família a ajuda no processo de reinserção em sociedade:

Minha família com certeza, porque confia e acredita em mim, no meu comportamento eu que hoje sou uma pessoa de bem (EGRESSA 2, solteira, 30 anos - UP).

Sim. Claro que sim. Por exemplo, através do trabalho que vou conseguir se Deus quiser, do apoio que minha família me dá, da ajuda pra um novo recomeço.” (EGRESSA 5, solteira, 26 anos - UP).

Apesar da importância da rede familiar, houve um caso de preferência pelo isolamento ou permanência dentro da própria instituição prisional, no qual o egresso afirmou não querer ser reinserido em sociedade nenhuma, desejando permanecer na fazenda onde trabalha, na qual se sente mais seguro:

Não quero ser inserido em sociedade nenhuma, quero ficar aqui na roça trabalhando quieto no meu canto. Aqui tem pouca gente, é muito melho” (EGRESSO 4, viúvo, 65 anos - UP).

O relato mostra que este egresso não tem consciência de que, na fazenda, ele faz parte de um grupo e sua rede, da qual os outros funcionários, os seus colegas de trabalho, o administrador da fazenda, a cozinheira e as demais pessoas que lá vivem fazem parte.

Diante dos discursos dos entrevistados, é possível notar que os egressos da APAC de Viçosa enxergam a realidade que os cerca através de uma outra lente, na qual fazem uso das redes sociais e familiares para reconstruir suas vidas e buscar sua reinserção; enquanto que, no caso dos egressos da Unidade Prisional, estes demonstram que se sentem, de certa forma, abandonados, acreditando que somente contam com o apoio das famílias.

O fato é que, como argumentam Dessen e Junior (2005), quanto mais conexa for a relação entre os membros da rede, maior será a interação entre esses membros, propiciando a fortificação dos laços da rede e, conseqüentemente, uma maior contribuição ao processo de ressocialização e reinserção social.

7 – CONCLUSÕES

Diante dos resultados apresentados, foi possível concluir que egressos e apenados da APAC de Viçosa e egressos da Unidade Prisional de Piumhi utilizaram suas redes sociais e familiares como estratégia para reinserção social, através da própria família, interligando esta com outros mecanismos, de forma direta ou

indireta. O fato é que, mesmo de forma inconsciente, os egressos entrevistados veem na família e através dela o alcance da (re)aceitação em sociedade.

Com relação aos apenados da APAC de Viçosa, a intensidade dos laços dessas redes é mais forte quando se refere às familiares. Neste caso, os laços familiares provêm um suporte “invisível” aos egressos, fornecendo desde confiança até meios de reintegração social através do trabalho. Porém, por meio da escola, da religião (igreja), através de amigos e vizinhos, visando ao alcance de emprego digno e reintegração social, não pode ser desprezada a importância da rede social desses sujeitos.

Concluiu-se que, apesar da diferenciação do perfil familiar de cada apenado e egresso, onde cada um tem sua história e sua composição familiar específica, a rede familiar assume importância fundamental, tanto no espaço familiar e comunitário quanto institucional e de acesso ao trabalho.

As maiores contribuições das redes sociais estiveram centradas na volta à vida livre e à convivência familiar. Assim, de uma forma diferente de antes da reclusão, imbuídos de algum tipo de aprendizado e com vontade de viver a vida, experienciaram a volta ao meio social, através da obtenção de trabalho e renda própria, além de um novo espaço relacional.

O método de ressocialização, como é o caso da APAC, permite que os detentos enxerguem os funcionários da Instituição como parte da sua rede, uma vez que estes participam, de forma ativa e amigável, da preparação espiritual e profissional do egresso. Por outro lado, na Unidade Prisional, há uma distância pessoal entre agente e apenado, devido ao próprio método de correção, considerando-se que as funções dos agentes são apenas de controle e observância.

O conhecimento acerca da morfologia das redes dos apenados permitiu concluir que cada domínio da vida está ligado a uma rede cujos laços são ativados de modo a melhor atender às necessidades de cada indivíduo. Por exemplo, em relação ao emprego, a ligação da rede é quase que exclusivamente com a família, seja utilizando os laços fortes da rede que diz respeito aos pais, mães, cônjuge e filhos, como também ativando outros laços, como amizades e vizinhança.

Além disso, através da ferramenta computacional “Internet”, uma nova rede de comunicação tem se despontado para os apenados, possibilitando a comunicação com redes de trabalho, familiares e de amigos, através da comunicação virtual. O uso de computadores em práticas de reabilitação ainda é pouco explorado,

pelo fato de facilitar outros tipos de negociação através da Internet. Entretanto, a fim de desenvolver potencialidades e diminuir as limitações destas pessoas, tanto apenados quanto egressos fazem uso do computador em seu cotidiano, de forma que outras possibilidades possam ser exploradas e novas perspectivas acionadas.

Nesse contexto, o computador emerge como ferramenta de alto potencial profissional, motivacional e facilitador para comunicação entre apenados, egressos e suas redes sociais e familiares, uma vez que promove um ambiente caracterizado por tarefas que incentivam a descoberta em um espaço próprio para aprendizagem, capaz de prover oportunidades de desenvolvimento e a busca de informações, além de permitir a estes usuários construir conhecimentos a partir de seu trabalho com o ambiente computacional e com outras pessoas.

Com tudo isso, pôde-se concluir que as redes sociais, principalmente a rede familiar dos indivíduos pesquisados, foram de fundamental importância no processo de reintegração social, fundamentadas na aquisição de emprego e retorno à vida familiar e social.

8 – REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas. VITALE, Maria Amália Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª edição. São Paulo. SP. Editora PUC, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Bertrand Brasil, 1998.

BRANCO, Bianca. **A Medida de Atividade Externa dos Adolescentes Infratores Internos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo e as Características da Rede Social e do Funcionamento Familiar**. 2006. 131 páginas. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede. (A Era da informação: Economia, Sociedade e cultura, vol. 1)**. 10ª edição. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora. JUNIOR, Áderson Luiz Costa. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre. RS. Editora Artmed, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora LTC, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População**.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/população>> Acessado em: 25/01/2011.

KLEIN, Fernanda Bortolini. **Pensando os modos de vida dos familiares dos reeducandos do Presídio Estadual de Cruz Alta.** Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos900/poder-familia-pres0/poder-familia-pres0>>. Acessado em: 10/01/2011.

LORETO, Maria das Dôres S. de; RUELA, Daniele; GOMES, André Luis; VILLELA, Janaína; BERGER, Juliana; LOPES, Isa Paula Esteves; LOPES, Carolina Isabelita. O papel das redes sociais na provisão das necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social **In: XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica, I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica.** Fortaleza: ABED/UFC, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório da Situação do Sistema Penitenciário – Assistência à Família do Preso.** Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/relatorio/sistemapenitenciario>> Acessado em: 09/04/2011.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica.** Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>> Acessado em: 19/01/2011.

Revista Exame.com on-line. **Detentos vão poder falar com amigos e parentes pela WEB, 16/05/2010.** Disponível em: <<http://www.exame.com.br>> Acessado em: 22/01/2011.

SCHELP, Diogo. **O Brasil Atrás das Grades.** Veja, Brasília, n.º 2192, p. 104, nov. 2010.

ARTIGO IV – O PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL DE APENADOS: AUTOMIA E QUALIDADE DE VIDA

1- RESUMO

Ao analisar o processo de reinserção social de apenados e egressos do sistema prisional brasileiro, vários fatores podem ser desencadeadores de investigação. O estudo em questão reportou-se à compreensão da reinserção social, na perspectiva da cidadania, envolvendo duas categorias analíticas, que são: Autonomia e Qualidade de Vida. Nesse sentido, pressupõe-se que o escopo da reinserção social seja a capacitação da pessoa para exercer plenamente o seu direito à cidadania, implicando em um processo longo, gradativo e dinâmico. Dessa forma, objetivou-se examinar o processo de reinserção social de apenados e egressos de dois sistemas de correção penal, considerando-se suas percepções e projetos de vida. O estudo enquadra-se no tipo explicativo, de abordagem qualitativa, que utilizou tanto da pesquisa documental quanto de entrevistas semiestruturadas e grupo focal, junto a apenados e egressos de duas formas de correção penal, localizadas em Viçosa/MG e em Piumhi/MG. Resultados evidenciaram que, na percepção dos apenados de ambos os regimes de correção, a autonomia e a qualidade de vida estão integradas e se remetem à liberdade que proporcionaria oportunidades de trabalho e de convívio familiar e social, elementos determinantes para a autodeterminação, reabilitação e desinstitucionalização. Nesse sentido, apesar das dificuldades inerentes ao preconceito social, estes sujeitos, por estarem empregados, sentem-se reinseridos socialmente, o que lhes permite planejar seus projetos de vida. Diante dos resultados, pôde-se concluir que o processo de reinserção social não depende somente do indivíduo como pessoa, mas do seu espaço relacional e da vontade política no que tange à mudança de mentalidade, no sentido de educar, ressocializar e reinserir, sem preconceitos e rotulações, por meio de providências legislativas e administrativas, visando à reintrodução do ex-convicto no contexto social.

Palavras-chave: Projetos de Vida de Apenados, Autonomia, Qualidade de Vida

2- ABSTRACT

By analyzing the process of social reintegration of inmates and former convicts Brazil, several factors can be triggers for research. The study in question

reported to the understanding of social reintegration, in view of citizenship, involving two analytical categories, which are: Autonomy and Quality of Life. In this sense, it is assumed that the scope of social rehabilitation is to train the person to exercise fully their right to citizenship, implying a long process, gradual and dynamic. Thus, the objective was to examine the process of social reintegration of inmates and two discharged from correctional systems, considering their perceptions and life projects. The study is part of the explanatory type of qualitative approach, which utilized both documentary research and semi-structured interviews and focus groups with inmates and egresses of the two forms of correctional facility, located in Viçosa, MG and Piumhi MG. Results showed that the perception of the inmates of both correction schemes, autonomy and quality of life are integrated and refer to the freedom that would provide job opportunities and social and family life, crucial for self-determination, rehabilitation and deinstitutionalization. In this sense, despite the difficulties inherent in the social prejudice, they feel socially reintegrated, because they are employees, allowing them to plan their life projects. From the results it was concluded that the process of reintegration depends not only on the individual as a person, but their relationship space and political will, with respect to changing mentalities in order to educate, *ressociar* and reenter without prejudices and labels, through legislative and administrative measures in order to reintroduce the former believes in the social.

Keywords: Project life of Condemned, Autonomy, Quality of Life.

3 – INTRODUÇÃO

Ao analisar o processo de reinserção social de apenados e egressos do sistema prisional brasileiro, vários fatores podem ser desencadeadores de investigação. O estudo em questão reportou-se à Fonseca (2008) para a compreensão da reinserção social, na perspectiva da cidadania, envolvendo duas categorias analíticas, que são: Autonomia e Qualidade de Vida.

Do ponto de vista etimológico, Falconi (1998) diz que não há uma definição apurada para o termo “reinserção social”, mas pode-se dizer que se trata de um Instituto do Direito Penal voltado para a reintrodução do ex-convicto no contexto social. De forma que “a reinserção social representa o coroamento do bom trabalho que se realizar na reeducação ou ressocialização.” (FALCONI, 1998, pág 107)

Nesse sentido, o objetivo da reinserção social é a capacitação da pessoa para exercer em plenitude o seu direito à cidadania, implicando em um processo longo, gradativo e dinâmico, pois exige, além do resgate da cidadania, uma revisão de estigmas sociais e a retomada do “gosto” pela nova vida pessoal, familiar, funcional, sociocomunitária e espiritual.

Pressupõe-se que a questão que diz respeito ao mundo do trabalho, tão buscado por indivíduos que terminam de cumprir pena, é de vital importância para o entendimento da autonomia dos mesmos, uma vez que as condições de trabalho estão vinculadas às condições gerais de vida do indivíduo e vice-versa, ou seja, o acesso a um trabalho digno reflete na qualidade de vida deste, com transformações em sua vida pessoal, social, cultural e política. Implica, também, na retomada da vida em sociedade, onde possa voltar a ter acesso a bens e serviços, garantindo condições adequadas para uma vida com qualidade.

O educador Paulo Freire (1996) associa a autonomia de escolhas à ideia de liberdade, força pessoal e coletiva, para intervenção na realidade e escolha dos próprios caminhos, que implicaria, no caso do público prisional, no alcance da reinserção social.

Segundo Sposati (1998, pág. 7), o ser humano deve ser autônomo para apreender e solucionar problemas que surgem a todo instante, isto é, autônomo psicologicamente, para se comunicar a ponto de esclarecer qualquer dúvida, de qualquer natureza, de modo a saber manusear toda ferramenta dinâmica de conhecimento, criatividade, comunicação e tomada de decisão.

O conceito de autonomia é compreendido, no âmbito da Inclusão/Exclusão Social, como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão (SPOSATI, 1998, p. 7).

Esse maior desejo que o ser humano tem de suprir suas necessidades, em face às capacidades e oportunidades sociais, está associado à qualidade de vida, pois, como destaca Cebotarev (1994), o conceito de qualidade de vida refere-se às condições necessárias para que as famílias e comunidades possam satisfazer às suas

necessidades básicas, que são definidas social e culturalmente, sendo consideradas indispensáveis ao desenvolvimento humano e influenciadas pelo ambiente vivenciado.

Nesse contexto, objetivou-se examinar o processo de reinserção social de apenados e egressos de dois sistemas de correção penal, pautando-se nas categorias “autonomia” e “qualidade de vida”, levando-se em consideração as percepções e projetos de vida destes.

4 – REVISÃO DE LITERATURA

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID, 2011), para que se entenda o processo de reinserção social, é necessário reportar-se ao conceito de exclusão social, que é vista como o ato pelo qual a pessoa é privada ou excluída de determinadas funções e espaços relacionais. Assim, a reinserção social pode ser utilizada para designar o processo que caracteriza a passagem das pessoas das situações de exclusão para as de participação social e cidadania. O ex-condenado assume o caráter de reconstrução das perdas, por meio da reformulação do projeto de vida (FIG. 4), que interliga vários aspectos da vida pessoal, familiar e social.

Diante disso, foram destacados como objeto da pesquisa neste trabalho os aspectos profissionais e familiares, que estão interligados com os aspectos econômico-financeiros e comunitários, considerados fundamentais para a reconstrução do projeto de vida dos apenados e, portanto, para o alcance da autonomia e melhoria da qualidade de vida.



Figura 4 - Aspectos no Estabelecimento do Projeto de Vida.
Fonte: OBID (2010).

Sendo autonomia um assunto extremamente complexo, que vai da filosofia à sociologia, aborda-se o mesmo aqui, através da visão de alguns autores cuja denominação atende a esta pesquisa. De acordo com Moreira e Andrade (2007), o conceito de autonomia confunde-se, às vezes, com o de liberdade, mas sem perder de vista a qualidade de um indivíduo de tomar suas próprias decisões, com base em sua razão individual. Todavia, faz-se necessário observar que a realização da autonomia, seja ela individual ou coletiva, esbarra na ausência de condições que deveriam ser proporcionadas pela sociedade onde se vive; por exemplo, a pobreza cultural impede qualquer iniciativa de colocação do ser humano em condições dignas de sobrevivência.

Diante de assuntos que se relacionam, como trabalho, vida social, política e cultura, fica impossível separar a autonomia exigida de cada indivíduo nesse mundo globalizado. Porém, torna-se necessária uma educação que objetive auxiliar o homem e transformá-lo em um novo homem, mais participativo e mais crítico, isto é, com autonomia para construir pensamentos diferenciados e transformadores, de modo que possa determinar sua participação histórica e sua transformação social.

Essa maior participação ou acesso às oportunidades da sociedade e possibilidades de escolha implicam na promoção e reforço das capacidades e competências em seis níveis, conforme detalhado por Amaro (2011):

Competências do **SER**, ou seja, **competências pessoais**: reforço de autoestima e da dignidade, autorreconhecimento, etc.; Competências do **ESTAR**, ou seja, **competências sociais e comunitárias**: reativação ou criação das redes e dos laços familiares, de vizinhança e sociais mais gerais, retoma o desenvolvimento das interações sociais, etc.; Competências do **FAZER**, nomeadamente **competências profissionais**: qualificações profissionais, aprendizagem de tarefas socialmente úteis, partilha de saberes-fazer, etc.; Competências do **CRIAR**, ou seja, o que podemos designar por **competências empresariais**: capacidade de sonhar e de concretizar alguns sonhos, assumindo riscos, protagonizando iniciativas, liderando projetos (mesmo os mais simples) de qualquer tipo, etc.; Competências do **SABER**, ou seja, **competências informativas**: escolarização, outras aprendizagens de saberes formais e informais, desenvolvimento de modelos de leitura da realidade e de capacidade crítica, fundamentação das decisões, etc.; Competências do **TER**, consubstanciadas no que se poderia apelidar de **competências aquisitivas**: acesso a um rendimento e sua tradução em poder de compra, capacidade de priorizar e escolher consumos, etc.

Esse conjunto de competências está ligado aos projetos de vida das pessoas e, conseqüentemente, à sua qualidade de vida, pois, como ressalta a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), o conceito de qualidade de vida é um

método usado para aferir condições de vida de um ser humano. Além disso, diz respeito ao bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, além de relações sociais com familiares, amigos e conhecidos, envolvendo, também, temas como saúde, educação e economia, ou seja, é um método medidor do bem-estar de uma população.

Cebotarev (1994) considera que o conceito sobre qualidade de vida deve investigar o nível de formulação do próprio conceito de forma vivencial e experimental, com o intuito de identificar a visão do sujeito e sua família, de acordo com sua realidade.

Em todo esse processo de busca pela qualidade de vida, fica muito evidente o importante papel exercido pela família, como afirma Fontes et al (2008):

A família, como sistema de sustentação para seus membros, busca, por meio de suas redes de convivência e interação com o ambiente, a melhoria da qualidade de vida. Assim, de acordo com sua estrutura organizacional, possui conexões e interfaces com seu meio circundante, tanto no contexto micro quanto macro, tendo como propósito uma vida com qualidade (FONTES et al., 2008, p. 193).

Essa vinculação da qualidade de vida ao meio ambiente circundante vivenciado pelas pessoas faz com que a definição de qualidade de vida seja ambígua, que varia de pessoa para pessoa, de acordo com seus costumes, crenças e valores. Além disso, sofre interferência de acordo com a época que se vive, pois o que antes era considerado indispensável para se ter qualidade de vida, hoje já não é mais determinado pelos mesmos fatores. Confirmando essas informações, Pascoal e Donato (2005) citam:

Embora o conceito geral de qualidade de vida envolva a questão da saúde, sabemos que a qualidade de vida difere de pessoa para pessoa e envolve outros aspectos também importantes como: satisfação e disposição para o trabalho, salário, lazer, boas relações familiares, prazer e valores espirituais (PASCOAL e DONATO, 2005).

Assim, a qualidade de vida está intimamente ligada à noção que cada indivíduo tem de si e do que o cerca, em função das condições sociais, psíquicas, espirituais, físicas e econômicas, de modo que suas conceituações sejam múltiplas, como comenta Minayo (2000):

O termo qualidade, em função de sua natureza abstrata, esclarece porque a expressão boa qualidade tem significados diferentes, para diferentes pessoas, em locais e situações diferentes. Por isto, são múltiplos os conceitos de qualidade de vida (MINAYO, 2000).

Sendo assim, a variedade de condicionadores para definir qualidade de vida faz com que, cada vez mais, apareçam pesquisas nesta área, com o intuito de criar escalas de avaliação da qualidade de vida da população. É conveniente ressaltar a importância que esses processos demonstram em relação à preocupação com o bem-estar do ser humano, indispensável à promoção de sua autonomia e empoderamento¹¹.

No estudo em questão, a qualidade de vida foi analisada sob a perspectiva do Modelo Teórico de Metzger et al (1980), uma vez que esta proposta abrange condições de análise da vida desses excluídos, suas famílias e histórias de vida, aferindo-se o estado de bem-estar dessas pessoas em função do meio em que vivem e, ainda, considerando suas condições concretas e objetivas, além de suas avaliações e perspectivas subjetivas sobre diversos domínios e campos da vida humana, que fazem parte da realidade dos apenados e suas famílias.]

Assim, conforme a figura 5, a representação social do apenado está diretamente associada ao ambiente de convivência (comunidade) e espaços interacionais (famílias e redes sociais), que interferem na qualidade de vida, dimensionada pela realidade circunstancial concreta, importância e satisfação em diferentes campos da vida humana, que são: bem-estar familiar e social, relacionamentos familiares, alimentação, educação, saúde, relação com a comunidade, ambiente de convivência familiar e social, segurança pessoal, segurança financeira, habitação, emprego, ativação das redes sociais, lazer e o desenvolvimento da espiritualidade (vida religiosa).

¹¹ O empoderamento, do termo inglês “*empowerment*”, é um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades, tomam controle dos seus próprios assuntos, de sua própria vida, tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir seus destinos. Fonte: <<http://www.dicionarizando.com.br>>.

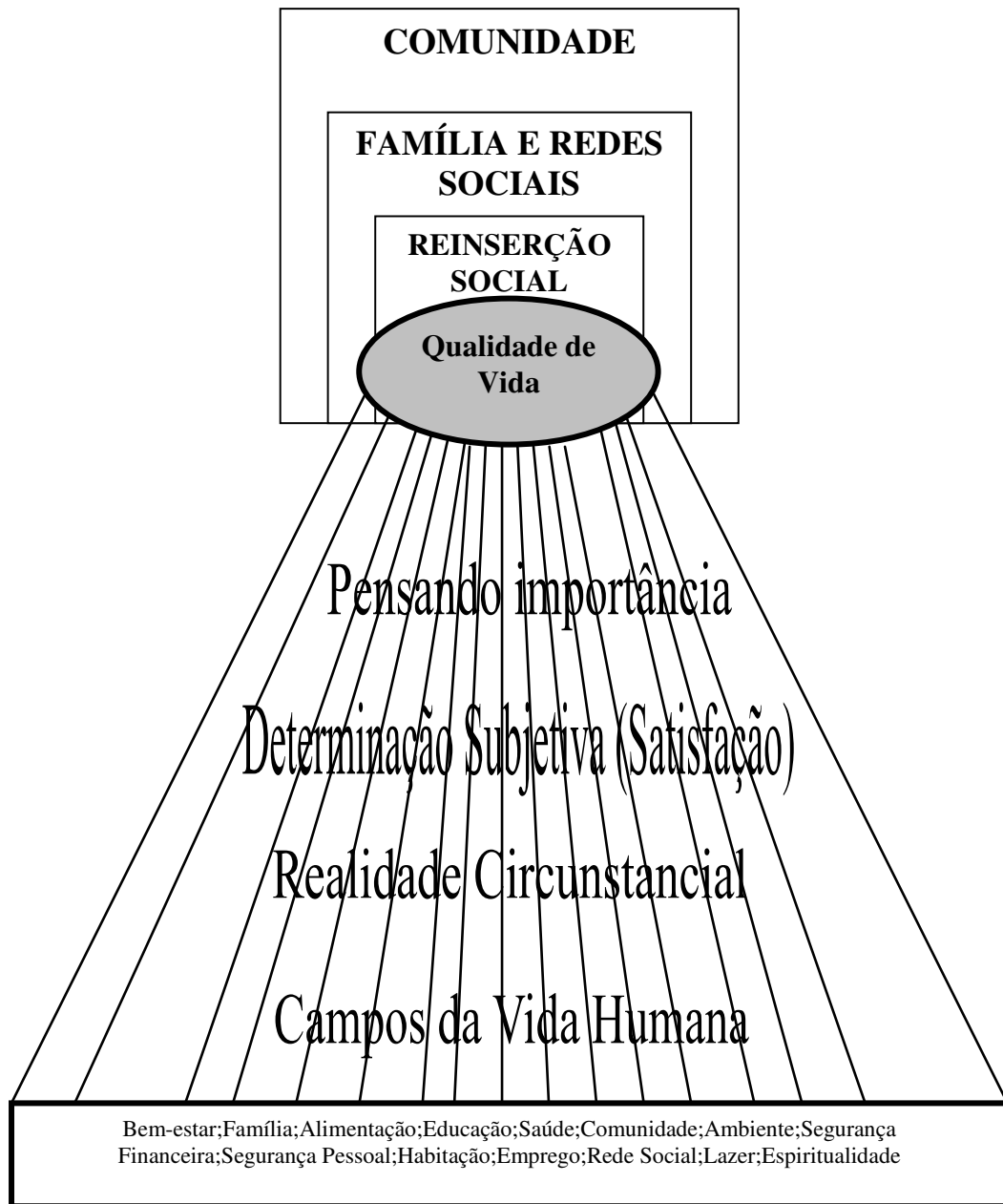


Figura 5 - Modelo Teórico Sobre a Qualidade de Vida.
 Fonte: Metzen et al. (1980), com adaptações.

5 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado com 12 apenados do regime aberto e 6 egressos da APAC de Viçosa, bem como com 5 egressos da Unidade Prisional de Piumhi/MG.

A realização da pesquisa nos municípios de Viçosa e Piumhi foi feita, especificamente, com o objetivo de traçar comparações sobre o resultado obtido através das duas formas de correção.

O estudo enquadra-se no tipo explicativo e de abordagem qualitativa, no qual se utilizou tanto a pesquisa documental quanto entrevistas semiestruturadas e grupo focal. A utilização de entrevista semiestruturada teve o objetivo de captar a percepção quanto às categorias “autonomia” e “qualidade de vida” de egressos que passaram por programas de ressocialização e egressos que saíram do presídio comum. Em contrapartida, o grupo focal tratou de estudar a realidade de quem ainda se encontra dentro do método APAC, mas já participando da vida social (regime aberto). Não houve a possibilidade de comparação do público da APAC de Viçosa com apenados da Unidade Prisional de Piumhi, uma vez que não houve permissão para execução do grupo focal nesta.

As visitas à APAC de Viçosa bem como as entrevistas com os egressos aconteceram entre os meses de abril a julho de 2010, enquanto que, na Unidade Prisional de Piumhi, a coleta de informações com os egressos aconteceu de agosto a outubro de 2010.

A mensuração do significado de autonomia e qualidade de vida baseou-se nas seguintes categorias de análise: *definição de autonomia e qualidade de vida para o apenado; se o apenado considera que possui autonomia e qualidade de vida, e em que sentido; considerando que a qualidade de vida está associada com a satisfação dos diversos domínios da vida humana, indicação daqueles mais preponderantes para a vida do apenado.*

Trata-se de um estudo qualitativo, por trabalhar com o universo dos significados, ações, relações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes do ser humano (MINAYO, 2000). Procurou-se coletar informações e analisá-las através do conteúdo das falas dos entrevistados.

6 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise de como se deu o processo de reinserção social, na percepção de egressos dos dois sistemas de correção e, ainda, de um grupo de apenados do regime aberto da APAC de Viçosa, permitiu perceber semelhanças e discrepâncias nesse processo, sob o olhar de quem está livre de fato e de quem ainda cumpre parte do tempo na APAC e parte na sociedade.

6.1 – Percepção dos Egressos sobre Autonomia e Qualidade de Vida

Em relação ao tema “autonomia”, os egressos da APAC de Viçosa associam a categoria à liberdade adquirida; assim, não houve uma só resposta que não fizesse menção ao assunto “liberdade”. Os egressos, através de suas falas, afirmam que uma pessoa é autônoma a partir do momento em que é livre e, em consequência disso, consegue realizar sonhos e concretizar projetos. A categoria “autonomia”, para esses entrevistados, está pautada na aquisição da liberdade e, a partir dela, todo o restante. Dessa forma, 100,0% das respostas dos egressos giraram em torno da liberdade, como mostram os depoimentos:

Acho que primeiro é a liberdade que a gente alcança. Depois é tudo o que a gente consegue como trabalho, família, vida livre e digna, maturidade, casa, carro, moto, enfim, bens pessoais, profissionais e materiais. Posso ir onde eu quiser, fazer o que eu quiser. Tenho consciência do que é certo e errado. Amo a vida e minha família. E acho que tenho autonomia para seguir minha vida em frente, cada dia melhor” (EGRESSO 3, casado, 33 anos - APAC).

A primeira palavra que vem na cabeça é liberdade, ser livre. Depois é ter condições de conseguir um monte de coisas que sempre sonhei. Hoje considero que sou dono da minha vida, vivo com minha família e aos poucos vou realizando todos os meus sonhos. Com a ajuda de Deus (EGRESSO 5, casado, 28 anos - APAC).

Já os egressos da Unidade Prisional de Piumhi apresentaram dificuldades para se expor sobre esta categoria em questão. Quando perguntados sobre autonomia, 40,0% dos entrevistados não conseguiram achar uma resposta e os outros 60,0% atribuíram autonomia à condição de liberdade, assim como os egressos da APAC:

Autonomia pra mim é poder fazer todo dia o que eu sonhava fazer, ser dono da minha vida e junto com minha família, construir uma nova vida, hoje posso ir onde eu quiser e levar eles comigo. Posso levantar de manhã e saber que vou trabalhar duro e voltar para casa com a consciência tranquila e a sensação de dever cumprido (EGRESSO 1, casado, 32 anos - UP).

Olha Stella, eu penso em poder exercer meus direitos de cidadã. Acredito que quando eu tenho autonomia, posso fazer o que me diz respeito, dentro de normas impostas pela sociedade é claro, mas de modo a exercer meus direitos e também meus deveres. Quando você me pergunta, eu penso também em tudo que a liberdade me proporciona. Parece sinônimo para mim, liberdade igual a autonomia. Essa palavra é tão difícil de explicar, porque vem mil coisas na minha cabeça, mas resumindo, acredito que é isso mesmo, poder exercer meus direitos e deveres e ser feliz é claro (EGRESSA 2, solteira, 30 anos -UP).

Diante destas falas, ficou fácil perceber que os egressos atribuem um valor imensurável à liberdade adquirida e se acham na possibilidade de exercer, através de sua autonomia, todas as funções comuns de um cidadão. Porém, ainda há o que se questionar acerca das altas taxas de reincidência, pois, se a liberdade é tão importante, o que explicaria, nas estatísticas, o número elevado de reincidência criminal, principalmente nos egressos de presídios comuns?

A liberdade tão sonhada pelos apenados é essencial, porém não é suficiente para a realização dos seus projetos de vida, uma vez, que para tal, outros fatores são necessários, como ter um emprego digno, ter oportunidades de continuar estudando, ser aceito novamente pela família e pela sociedade, ou seja, sentir-se realmente reinserido, pois, de outra forma, não haverá uma readaptação efetiva, o que facilita a volta ao crime.

Quando questionados sobre qualidade de vida, todos os egressos dos dois sistemas relataram que, estando em liberdade, eles teriam qualidade de vida, atribuindo variados significados a esta categoria, associando-a, como destacado por Metzen et al (1980), com diferentes campos da vida, tais como família, trabalho, amigos, saúde, lazer, moradia, educação, alimentação e segurança financeira (acesso a bens materiais), como pode ser evidenciado nas falas:

Acho que qualidade de vida combina com autonomia. Essa questão de ir e vir. E ter poder para fazer as coisas que quero. Então de acordo com meu conceito de qualidade de vida, eu tenho sim. E muito boa! Porque tenho família, amigos, saúde, bens materiais que alcancei com muito esforço. Tenho lazer com minha família, sinto segurança na vida que levo, trabalho todos os dias e sou feliz com tudo o que tenho. Acho que isso é qualidade de vida (EGRESSO 3, casado, 33 anos - APAC).

“Nó. Qualidade de vida é um monte de coisa. Saúde, trabalho, ter o que comer todo dia, ser livre, poder me divertir com minha família. Ter minha moto, minha casa, as coisas que minha esposa gosta. É ver a minha filha estudando, vou dar um computador a ela no Natal desse ano. É ter certeza que não vou mais me envolver com coisas que não são boas. É viver tranquilo, igual eu vivo hoje (EGRESSO 4, solteiro, 49 anos -APAC).

Em contrapartida, dos egressos entrevistados da Unidade Prisional de Piumhi, 80,0% atribuem a qualidade de vida aos mesmos itens dos egressos da APAC. No entanto, 20,0% não acreditam ter qualidade de vida pós-prisão, como mostra o seguinte depoimento:

Qualidade de vida, era a vida que eu tinha e que hoje não tenho mais. Eu tinha família, casa, roça, minhas coisinhas, sossego, só que eu bebia muito. Eu tinha segurança de fazer as coisas e hoje não tenho nada a não ser meu serviço. Ele é o que me vale hoje, só. Sou um velho de 65 anos e

estou pagando até hoje pelas burradas que fiz na vida e eu só queria reconquistar o amor dos meus filhos, mas acho que não vai ter jeito, então enquanto isso não acontece, eu vou tocando a vida pra frente e trabalhando pra ver se o tempo passa mais depressa. Mas não acho que tenho nenhuma qualidade de vida. Só porque eu sou livre? De que me adianta, se eu não tenho nem com quem dividir isso? (EGRESSO 4, viúvo, 65 anos -UP).

Nesse sentido, a qualidade de vida não seria somente “ter liberdade”, mas ter com quem compartilhar, ou seja, a necessidade de relacionamento teria maior peso na qualidade de vida do que as de existência e autocrescimento¹².

Pôde-se perceber, também, que o convívio social está associado ao tipo de crime. Assim, egressos que cometeram crimes que envolveram ou atentaram contra outras pessoas ou coisas, são, em sua maioria, aceitos novamente no seio familiar. Ao contrário, aqueles que cumpriram pena por crimes violentos contra um membro familiar, quando voltam à vida livre, já não contam com o apoio da família; é como se fosse uma seleção natural, não encontrando mais sentido em viver, devido ao não-acolhimento familiar. Esses resultados são agravantes nas estatísticas de reincidência criminal e suicídios.

Os egressos dos dois sistemas atribuíram, ainda, autonomia e qualidade de vida à proximidade da família que compõe suas redes de relacionamento. E, em suas falas, alguns egressos demonstram que essa rede familiar os mantém inseridos no mercado de trabalho e na vida cristã, por exemplo:

Nos momentos de dificuldade eu me apeguei ainda mais a minha família. Que me ajudou em tudo, principalmente em arrumar trabalho, quando eu ainda tava na APAC. Família é tudo sabe Stella. Só se tem vida boa se tiver família por perto. Graças a Deus. Frequentamos a igreja juntos, é muito bom (EGRESSO 5, casado, 28 anos - APAC).

Eu procurei minha família e na hora que eu mais precisava eles estavam ali me estendendo a mão. Eles me ajudaram muito, pois eles mudaram tudo para compensar o tempo de tristeza e sofrimento. A maior emoção é sair da prisão e abraçar a mãe, não tem nada igual. De resto, eu me esforcei muito, por mim mesmo, por isso, com a ajuda de Deus consegui passar no concurso e agora tenho como sustentar minha família honestamente. Isso é que é autonomia e qualidade de vida não é? (EGRESSO 1, casado, 32 anos - UP).

Através das narrativas, foi possível perceber a associação que esses indivíduos fazem da autonomia e qualidade de vida com as redes sociais, em especial com a rede de íntimos, descrita por Portugal (2006) como aquela que é composta

¹² Alderfer (1969) resume as necessidades humanas em três categorias: necessidades de existência (materiais ou fisiológicas), de relacionamento humano e necessidades de crescimento consigo mesmo.

pelos indivíduos considerados importantes, tendo por base os membros da família com quem o egresso convive no dia a dia.

Segundo Finkler (1994), a qualidade de vida está ligada a fatores que ofereçam o mínimo de condições para que um indivíduo possa desenvolver o máximo de suas potencialidades, de tal forma a criar um processo que aponta para a liberdade, para a igualdade e para o alcance da autonomia, que são valores inerentes à cidadania e à sua conquista e exercício. Dessa forma, egressos do sistema prisional buscam, através do apoio familiar, perceber sua nova posição na vida social, por meio do contato com as redes sociais, em busca da melhoria da qualidade de vida.

Ainda, de acordo com o autor, o envolvimento do indivíduo com as redes sociais pode ser empregado para uma leitura mais abrangente dos elementos construtivos dos movimentos dessas redes, onde, neste caso, o egresso usa os movimentos das redes familiares e sociais na busca da sua autonomia, uma vez que, inserido em uma determinada rede, o indivíduo assume uma posição e identidade, atuando junto com a rede e sobre ela, por meio de relações de reciprocidade e de solidariedade.

6.2 – Autonomia e Qualidade de Vida na Visão de Apenados

Os apenados do regime aberto da APAC de Viçosa que têm a oportunidade de experimentar duas realidades distintas, nas quais, durante o dia, são livres para trabalhar na sociedade e, durante a noite e finais de semana, cumprem na APAC o restante de sua pena, atribuíram a autonomia à nova oportunidade de exercer sua cidadania, através do cumprimento dos seus direitos e deveres e, dessa forma, afirmaram que quem tem autonomia tem qualidade de vida, como mostra o relato abaixo:

Stella acho que posso falar por todo mundo aqui, porque sou mais velho de APAC se assim posso dizer. Essa autonomia é o que a gente busca hoje para poder viver bem depois que sair por completo daqui. Autonomia, né gente, é poder ir e vir de novo, cumprir nossos deveres com a sociedade e ter direito aos nossos direitos de cidadãos. É poder alcançar nossos objetivos de uma nova vida com qualidade, junto da família, trabalhando, estudando, fortalecendo nossa fé, criando novas amizades. Qualidade de vida está ligada a autonomia, porque quando se tem um, o outro vem por consequência. Me ajuda aí gente, não é isso mesmo? Quando você conquista um desses dois o outro vem de presente (APENADO 9, casado, 33 anos – APAC).

Assim como os egressos, os apenados associam autonomia com qualidade de vida, a qual é vista através de componentes essenciais, como moradia, saúde, educação, alimentação, religião, emprego e família. Alguns apenados atribuíram também o significado de qualidade de vida à oportunidade de fazer novos amigos, após repensarem suas práticas de vida.

Ter a oportunidade de voltar a participar da comunidade, ter minha casa própria, saúde, que vem em primeiro lugar é claro, depois, tem a alimentação que não me falta, nem pra minha família, saber que eles têm onde descansar o corpo todo dia, é uma segurança muito grande. Nós ainda passamos as noites aqui, mas tendo a certeza que nossa família está bem e nós também estamos (APENADO 4, casado, 42 anos – APAC).

Constatou-se, também, como os conceitos de autonomia e qualidade de vida, além de estarem integrados, são dependentes do ambiente e experiências vivenciadas. Observou-se que o indivíduo, ao ser submetido ao cárcere, constata a perda de seus direitos e fica submetido à imposição do cumprimento de deveres, podendo recuperá-los por meio de atividades de ressocialização, como acontece na APAC:

Estar aqui na APAC já é qualidade de vida, em que presídio você acha que alguém é tratado assim? A gente já põe em prática nossa autonomia toda hora, você viu alguém nos prendendo ou vigiando aqui? Isso é autonomia, aqui nós somos confiados e dá certo, então quando a gente sai durante o dia, tem autonomia nisso também, fazemos todas as nossas tarefas e voltamos para cá. Isso é também qualidade de vida, pergunta pra alguém que tá preso no presídio e vê se ele tem isso que a gente tem aqui. É claro, um ou outro desvirtua da APAC, mas isso é muito raro de acontecer. Posso te afirmar né gente, aqui a gente tem os dois: autonomia e qualidade de vida e cada dia que passa a gente aprende mais (APENADO 4, casado, 42 anos – APAC).

Sendo assim, como destaca Ottoboni (2001), a prática do método APAC busca a reativação de autonomia e qualidade de vida para o apenado, por meio de práticas de ressocialização e humanização, com apoio da família e suas redes sociais.

6.3 – Apenados e Egressos: Identificação de Projetos de Vida para o alcance da Autonomia e Qualidade de Vida

Os projetos de vida integram várias áreas, como mostra a OBID (2011), envolvendo aspectos profissionais, familiares, médicos, psicológicos, econômicos, financeiros, espirituais e comunitários. De certa forma, todos eles estão entrelaçados, formando um grande projeto de vida. Mas, de acordo com as narrativas de egressos e apenados, os dois aspectos preponderantes são os familiares e profissionais, uma vez

que acreditam que uma rede familiar forte proporciona condições para assumir bons empregos e, como que em um círculo, tendo bons empregos, manterão sua rede familiar.

De acordo com Bock (1999), a atividade ou trabalho é fator primordial no processo de reinserção social, pois permite, em conjunto com o apoio social, alcançar uma melhoria na qualidade de vida no momento da liberdade. Tais fatores levam a compreender a importância do trabalho para esse público em particular, pois se referem à necessidade vital e afirmação de liberdade, ou seja, o trabalho digno representa para essas pessoas um sinal de independência, pois, enquanto produz coisas úteis, também auxilia no desenvolvimento de sua humanidade e, ainda, desperta no indivíduo um conjunto de valores importantes, como iniciativa, coragem, realismo, tenacidade, ordem e solidariedade.

Pascoal e Donato (2005) ainda afirmam que o trabalho exprime e realiza a dignidade de pessoa, elevando sua autoestima e modificando sua qualidade de vida. Reforçam, também, a premissa de se falar de um direito do homem ao trabalho, pois a própria liberdade é, de certo modo, condicionada pelas exigências primordiais do trabalho e do resultado que ele traz, especialmente para pessoas oriundas de algum tipo de exclusão.

Dessa forma, a importância do trabalho e do apoio familiar para apenados e egressos do sistema prisional faz-se presente e fundamental para a reconstrução de suas vidas, através da realização de seus projetos. E, de acordo com os relatos, a base para tal é o seio familiar que, através do seu conjunto de valores, crenças e atitudes, pode influenciar nas respostas e adaptações às novas situações que surgirão com a volta ao convívio social. Novas formas de convivência familiar serão necessárias para que o desempenho dos papéis formadores de seus membros contribua para o alcance da autonomia e melhoria da qualidade de vida.

Contudo, em relação aos projetos de vida, apenados e egressos informaram que, antes da prática do crime, viviam normalmente como cidadãos de bem, até que algo despertou a atenção para o indevido, isto é, para a entrada no mundo criminal. Segundo o III Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil (STJ, 2011), a imposição de fortes restrições econômicas e sociais acaba levando jovens e adultos a embrenhar-se no mundo do crime, em troca do alcance do consumismo desenfreado e da possibilidade de aquisição de bens materiais de forma fácil.

A crescente criminalidade, de acordo com o Ministério da Justiça (2011), tem sido uma das maiores preocupações da sociedade brasileira. No entanto, nunca antes na história desse país houve tanta gente atrás das grades, mas nem por isso os cidadãos se sentem mais seguros. Estatísticas do Ministério da Justiça mostram que os crimes mais praticados são os homicídios, seguido pelo tráfico de drogas, e ambos se mantêm interligados.

A Figura 6 mostra as estatísticas do Instituto de Pesquisa e Cultura Luiz Flávio Gomes (2010), corroborando a informação de que o número de presos cresce mais que a média da população.

	1990	2010	Crescimento
Presos	90.000	458.500	450%
População Nacional	147 milhões	186 milhões	27%

* Até outubro de 2010

Figura 6 - Crescimento do número de Presos no Brasil.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Cultura Luiz Flávio Gomes (2010).

O crescimento da ordem de 450% da população presidiária brasileira, no período de 1990 e 2010, está vinculado às altas taxas de reincidência criminal, em função das dificuldades enfrentadas de reinserção social, principalmente no mundo do trabalho. Esta questão foi apontada pelo público pesquisado, pois, ao apresentarem elementos que configuravam seus projetos de vida, revelaram também o quanto seria difícil a realização dos mesmos, em virtude do processo de estigmatização sofrido com o encarceramento, assim como aponta Goffman (2008) ao afirmar que o problema central da vida do indivíduo estigmatizado é a sua aceitação, ou seja, a discrepância entre a identidade social a ele atribuída e a sua identidade real, que conjuga capacidades e possibilidades.

Dessa forma, pôde ser percebido que a comunidade trata, primeiro, com o estigma e, depois, com o indivíduo. Em função disso, o egresso encontra dificuldades na reinserção social, como evidenciado em suas falas, pois, após o

cumprimento da pena, depende da aceitação social para a concretização de seus projetos de vida:

Todo mundo deseja ter uma vida melhor, não é? Então, agente fica cheio de sonhos ao voltar a vida livre, mas precisa de compreensão da sociedade pra perceber que a gente muda. Receber a confiança por parte da comunidade ajuda a concretizar nossos sonhos e metas, porque aí nos oferece o que a gente precisa para realizar os projetos que a gente tem quando sai da prisão. Por exemplo, ter casa, família, carro, emprego, construir outra casa, ou morar num sítio, ou mudar de emprego, são coisas simples que pra mim tem muito significado. É a minha conquista, sabe... nem tem jeito de explicar direito (emoção) (EGRESSO 4, solteiro, 49 anos – APAC).

Essa questão da confiança e aceitação por parte da sociedade é discutida por Falconi (1998), ao afirmar que a conscientização e vontade política da classe governante são essenciais na busca de meios práticos para conter o preconceito e propiciar oportunidades de integração dos apenados à vida familiar e social. Para tanto, o Estado deveria adotar medidas legais e administrativas que atenuassem o problema carcerário e a reincidência criminal, por meio de respeito aos direitos dos presos e individualização da pena; estímulo ao convívio familiar e acompanhamento psicológico; promoção da absorção da mão de obra, junto às empresas, daqueles que estão em vias de liberdade (provisória ou definitiva), por meio de garantias de segurança (apólice de seguro contra danos e outros prejuízos eventualmente causados por esse tipo de trabalhador), além de incentivos fiscais, principalmente no que diz respeito à Previdência Social e áreas afins.

Apesar de toda a problemática de reeducação/ressocialização/reinserção social, os entrevistados manifestaram todo o tempo os anseios e as expectativas que têm para a realização de seus projetos de vida, como viver com a família, engajar-se no mercado de trabalho, capacitar e se estruturar financeiramente, elementos estes considerados essenciais para o alcance da autonomia e melhoria da qualidade de vida. Tais resultados expressam o que Amaro (2011) discute com relação às competências do Fazer e do Estar, que reforçam as competências do Ser, uma vez que, através da realização dos seus projetos de vida, os apenados buscam sua qualificação profissional, reativam ou criam redes familiares e sociais, e interagem socialmente, o que reflete no processo de elevação da autoestima, da dignidade, da autoconfiança e do reconhecimento de serem pessoas capazes de se reorganizar familiar e socialmente.

Diante dessas competências, ficou perceptível que o público entrevistado tem buscado, a partir do momento de liberdade, assumir novamente seus papéis de cidadãos, ou seja, mesmo diante do preconceito e da discriminação social, tem procurado reconstruir suas vidas, por meio da realização de seus projetos de vida, influenciados pela educação, profissionalização, emprego, bem-estar familiar e ativação de redes sociais.

7 – CONCLUSÕES

Com base nos resultados analisados, pôde-se concluir que, na percepção do público envolvido nesta pesquisa, a tão almejada reintegração social foi alcançada, uma vez que esses entrevistados associam sua reinserção à condição de estarem empregados. Sabe-se que o conceito de reinserção social vai muito além disso, já que a garantia do emprego digno é só um dos estágios. Porém, tanto egressos do método APAC de Viçosa quanto da Unidade Prisional de Piumhi, acreditam que conseguiram, por meio do trabalho e do convívio familiar, dar sequência a seus projetos de vida, de forma diferente de antes da reclusão, tendo abandonado os vícios e alcançado emprego digno.

No processo de (re)inserção social, os egressos do método APAC utilizaram os conhecimentos apreendidos e vivenciados nas oficinas espirituais, educacionais e de profissionalização. Por outro lado, os egressos da Unidade Prisional, que não passaram por práticas socioeducativas, pautaram-se no apoio familiar e de terceiros para se readaptar à sociedade, alcançando oportunidades de emprego por meio de suas redes sociais.

O alcance da autonomia está intimamente ligado à condição de liberdade, quando é possível ter acesso às conquistas pessoais e materiais. O conceito de qualidade de vida também se referiu à autonomia adquirida com a liberdade, estando ambos associados à capacidade e às oportunidades para a realização dos projetos de vida. De um modo geral, a reinserção na família e na comunidade esteve diretamente ligada às competências do Fazer, do Estar e do Ser, uma vez que, com a volta à vida livre, todos continuam se capacitando, criando novas interações sociais através do trabalho, do estudo, do convívio familiar e das novas oportunidades conquistadas.

A partir do momento da liberdade, a idealização de projetos de vida, ou seja, de planos, está centrada nas competências do “fazer” e do “estar”, que

influenciam a competência do “ser”, como formas de contraposição ao preconceito social. O processo de reinserção social acontece, para cada apenado, a seu modo singular. O envolvimento com práticas socioeducativas conduziu a um retorno à sociedade de forma mais amena e menos difícil, comparativamente àqueles que não tiveram oportunidade de se profissionalizar enquanto detidos, tendo que buscar a reintegração principalmente por meio das redes familiares, onde o familiar mais próximo auxiliou na procura por emprego. Assim, a família assume um papel crucial, como responsável e incentivadora dos projetos de vida dos egressos, assim como de seus valores e crenças, confirmando sempre que a volta à vida livre, familiar e social é o maior projeto de vida que esses indivíduos pretendem realizar.

Assim, a reinserção social, por meio de autonomia e qualidade de vida, é um processo gradual, que não depende somente do indivíduo como pessoa, mas do seu espaço relacional e da vontade política em propiciar oportunidades e incentivos para que os apenados possam reconstruir ou dar sequência às suas vidas, por meio do engajamento no mercado de trabalho e buscando a realização de seus projetos de vida, que estão intimamente ligados ao emprego e à família.

8- REFERÊNCIAS

ADELFER, Clayton Paul. **An empirical test of new theory of human needs.** Organization Behavior of Human Performance. V.4, p. 92-175, 1969.

AMARO, Rogério Roque. **A Exclusão Social hoje.** Cadernos do Ista, n. 9. Disponível em: <<http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad09/amaro.html>>. Acessado em: 15/01/2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia. et al. (orgs). **Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia.** São Paulo. SP. Editora Saraiva, 1999.

CEBOTAREV, Eleonora A. **Apuntes básicos de la vida. In: Mujer, família y desarrollo.** Manizales: Universidad de Caldas, 1994. p. 109-137.

Dicionarizando. **Significados.** Disponível em: <<http://www.dicionarizando.com.br/significados>>. Acessado em: 05/01/2011.

FALCONI, Romeu. **Sistema Presidial: Reinserção Social?** São Paulo: Ícone, 1998. 271p.

FINKLER, Pedro. **Qualidade de vida e plenitude humana.** Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1994.

FONSECA, Poty Colaço. **A reforma psiquiátrica e a reinserção social dos portadores de transtorno mental: Um estudo de caso sobre a moradia protegida.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2008.

FONTES, Márcia Barroso. MAFRA, Simone Caldas Tavares. LORETO, Maria das Dores Saraiva de. SILVA, Neuza Maria da. Trabalho, Família e Qualidade de Vida: O caso dos trabalhadores de uma lavanderia hospitalar. In: TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. GOUVEIA Patrícia. **Tudo em Família: textos, temáticas e discussões.** Capítulo 8. Viçosa. MG. Editora UFV, 2008.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, SP. Editora Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ. Editora LTC, 2008.

IPC. Instituto de Pesquisa e Cultura Luiz Flávio Gomes. **Crescimento da População Carcerária.** Disponível em: <<http://www.ipcluizflaviogomes.com.br>> Acessado em: 04/03/2011.

METZEN, E. WILLIAM, F.L. SHULL, J. FEEFE. **Quality of Life as affected by areas of residence.** Columbia: University of Missouri, 1980. 116p. (Research Bulletin, 1036).

MINAS GERAIS. Ministério da Justiça. **Sistema Prisional.** Disponível em <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em 27/02/2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo and BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Ciência e saúde coletiva [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 7-18.

MOREIRA, Maria Inês Badaró e ANDRADE, Ângela Nobre de. **Habitar a cidade: análise de serviços residenciais terapêuticos.** Psicologia e Sociedade [online]. 2007, vol.19, n.3, pp. 46-54. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acessado em: 12/01/2011.

OBID. Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. **TRATAMENTO/Reinserção Social/Definição.** Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br>>. Acessado em: 17/01/2011.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Publicações.** Disponível em <<http://www.who.int/publications>>. Acessado em 04/01/2011.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC.** São Paulo. SP. Paulinas, 2001.

PASCOAL, Miriam. DONATO, José Carlos. **Aspectos psicofísicos e sócio-culturais da qualidade de vida.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.6, jan./jun. 2005.

PORTUGAL, Silvia. **Novas Famílias, Modos Antigos. As Redes Sociais na Produção do Bem-Estar.** Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra. Portugal, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 12/01/2011.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Segurança Pública.** Disponível em <<http://www.stj.jus.br/segurançapublica>>. Acessado em 14/02/2011.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão desumana e caótica dos estabelecimentos prisionais tem contribuído para o aumento da criminalidade e da reincidência desta. Estudos mostram que a busca de práticas que visem prover condições para a reintegração do condenado, a partir da perspectiva da educação e do trabalho, tem se tornado um tema de crescente interesse por parte da segurança pública. No cotidiano, as pessoas vivenciam situações adversas e realizam atividades em busca de sua sobrevivência e melhoria da qualidade de vida, nas quais os meios para obtenção de melhores condições desta pautam-se no agir coletivo, através de redes familiares e sociais.

Diante destes fatores, este estudo se propôs a analisar o processo de reinserção de apenados à sociedade e à família, tendo como foco principal as características e estratégias desenvolvidas por este grupo, em busca de autonomia e qualidade de vida. Para tanto, consideraram-se duas formas de correção penal existentes: a reclusão comum e a reclusão com aplicação de programas de ressocialização, bem como seus resultados na organização do cotidiano e na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

Faz-se importante salientar que os dados obtidos através do presente trabalho não permitem generalizações, uma vez que se tratou de estudos localizados nos regimes de correção penal das cidades de Piumhi/MG e Viçosa/MG.

Ao analisar os resultados, verificou-se, quanto à percepção da equipe técnica institucional dos dois regimes de correção, que práticas socioeducativas, quando bem planejadas, oferecem resultados positivos consideráveis, havendo a necessidade das atividades de ressocialização propostas adequarem-se a cada realidade regional, tendo em vista a reintegração social do condenado.

A equipe técnica da APAC de Viçosa/MG acredita na eficácia das práticas educativas, uma vez que estas fazem parte do cotidiano de correção da instituição. Por outro lado, agentes penitenciários da Unidade Prisional de Piumhi/MG não acreditam totalmente, em virtude de tais práticas ainda não fazerem parte de sua rotina de correção, pois estas são ofertadas somente através de participações voluntárias eventuais por parte da sociedade.

No entanto, ambas as equipes técnicas institucionais, ao discorrer sobre a satisfação proporcionada aos apenados, quando adotadas práticas de ressocialização, afirmaram que os detentos sentem-se valorizados e motivados a cumprir suas

obrigações cotidianas, além de se mostrarem menos resistentes ao cumprimento das normas impostas pelos regimes de correção. Embora existam diferenças entre os regimes de correção aqui estudados, ambos sugerem práticas de recuperação de apenados, visando à valorização e profissionalização do ser humano, com o objetivo da reinserção no mercado de trabalho.

Essa percepção foi compartilhada pelos apenados do regime aberto e pelos egressos da APAC de Viçosa/MG, que tiveram a oportunidade de vivenciar práticas educativas que proporcionaram sua reinserção no mercado de trabalho, o que reforça a efetividade das práticas socioeducativas. Entretanto, ressaltaram que essa efetividade está condicionada ao apoio e participação da sociedade como receptora desses indivíduos, após cumprimento da pena, considerando-se que o preconceito e a discriminação social consistem no maior problema enfrentado na volta ao convívio social.

No que tange à caracterização do perfil pessoal e familiar dos sujeitos deste estudo, percebeu-se que a maioria dos egressos pesquisados é solteira e do sexo masculino, na faixa etária adulta (de 20 a 40 anos), com níveis de escolarização distintos, desde a educação básica até pós-graduação. Quando perguntados sobre a justificativa de seus crimes, atribuíram esta às situações de pobreza e ausência de oportunidades.

A situação feminina de encarceramento, devido à falta de estrutura para as condições de reclusão, consegue ser ainda mais difícil. As mulheres entram no crime para alcançar o respeito de seus pares e, em contrapartida, sofrem ainda mais preconceito por causa da condição sexual.

Através da trajetória de vida dos sujeitos pesquisados, foi possível perceber o quanto o preconceito recai sobre essa classe em particular, atingindo também suas famílias. Em virtude disso, os entrevistados buscaram estratégias de reintegração social através do apoio de suas famílias e da ativação de redes sociais que lhes proporcionassem condições para uma vida digna.

Nesse sentido, a participação das redes familiares e sociais é peça-chave no processo de reinserção social, uma vez que, sozinhos, egressos e apenados sentem-se desprotegidos para enfrentar a nova realidade. A importância da família e de terceiros pôde ser percebida como fundamental e indispensável no processo de reinserção social, alcançando, através dessas pessoas, oportunidades de emprego e perspectivas de novos projetos de vida.

A autonomia e a qualidade de vida, como categorias analíticas no processo de reinserção social, mostraram-se imbricadas na percepção dos sujeitos pesquisados. Percebeu-se que ambas retratam o que estes mais almejam, ou seja, a liberdade, alcançada através de interações entre os sujeitos e suas redes, destacando-se o apoio familiar, a confiança, a elevação da autoestima e o recomeço de uma nova vida, além de vislumbrar projetos de vida que estão centrados no convívio familiar e emprego digno.

A efetividade das práticas socioeducativas, visando à reintegração social de egressos do sistema prisional, tornou possível o entendimento acerca de como um programa de políticas públicas eficiente, voltado para o público em questão, poderia subsidiar inúmeras outras iniciativas de ressocialização, com vistas à diminuição das elevadas taxas de criminalidade e reincidência criminal no país.

Tal consideração poderia trazer mudanças significativas nas estatísticas tão crescentes sobre a criminalidade, onde os sujeitos privados de liberdade poderiam vislumbrar, com efetividade, sua reinserção social após o cumprimento da pena, além de alcançar, através do processo de ressocialização, o real significado de autonomia e qualidade de vida.

Dessa forma, estudos como este permitem o conhecimento de realidades diversas, nas quais os indivíduos envolvidos não são apenas números de uma estatística apresentada à sociedade, mas, sim, sujeitos singulares, únicos em seus anseios e necessidades específicas, que não podem ser ignorados no processo de planejamento e execução das políticas públicas de nosso país.

Do ponto de vista científico, pesquisas como a realizada neste trabalho podem auxiliar na criação e no desenvolvimento de políticas públicas que atentem para a ressocialização de condenados e os resultados positivos que este processo pode trazer. Para o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, fica a sugestão para trabalhos futuros que deem continuidade a este, como, por exemplo, estudar o processo de ressocialização, na perspectiva do gênero, ou, ainda, investigar a posição das famílias dos apenados quanto ao processo de ressocialização e reintegração social.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Roteiro de Entrevista Semiestruturada aplicada aos Egressos da Unidade Prisional de Piumhi/MG e Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, de Viçosa/MG



Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Economia Doméstica
Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta entrevista semiestruturada é parte integrante da pesquisa “*Avaliação do Processo de Reinserção Social: uma análise comparativa da trajetória de vida de apenados*”, desenvolvida pela mestrandia Stella Maria Gomes Tomé, sob orientação da Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, e que tem por objetivo coletar informações para o referido trabalho.

IMPORTANTE: as informações coletadas serão exclusivamente para fins de pesquisa, portanto, não é necessário que o entrevistado se identifique.

1. Idade: _____ anos () Feminino	2. Sexo: () Masculino
3. Estado Civil: () Solteiro(a) () Separado(a)	() Casado/Companheiro(a) () Viúvo(a)
4. Sobre a composição familiar. Quantos e quem são os componentes de sua família? _____ _____ _____ _____ _____ _____	
5. Naturalidade: _____	
6. Escolaridade: _____	
7. Qual era sua ocupação antes da prisão? _____ _____ _____ _____	

11. Quando você ouve a palavra autonomia, o que vem à sua mente?

12. Em sua atual situação, você se considera uma pessoa autônoma?

(Considerações como: inserção no mercado de trabalho e a capacidade de suprir suas necessidades essenciais; grau de dependência das redes familiares e institucionais; acesso à informação (formal e informal); estar bem consigo mesmo e incentivado a criar ações e concretizar projetos; além da capacidade de integração e participação em práticas que auxiliem no processo da não-reincidência (por exemplo: participação em grupos locais de auxílio, espiritualidade, oficinas e reflexão).

13. Na sua percepção, o que é qualidade de vida?

14. Em sua atual situação, você considera que possui qualidade de vida? Em que sentido?

18. Em que a sua rede atual te ajuda para que você se sinta melhor, considerando-se os conceitos de autonomia e qualidade de vida?

19. Na sua percepção de autonomia e qualidade de vida, você considera que essas redes te ajudam a se reinserir na sociedade? De que forma?

20. Considerando sua trajetória e experiências de vida, que sugestões você daria para que o processo de reinserção social fosse mais efetivo?

APÊNDICE 2: Roteiro de Entrevista Semiestruturada aplicada aos Funcionários da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, de Viçosa/MG



Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Economia Doméstica
Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA À EQUIPE
PROFISSIONAL DE FUNCIONÁRIOS DA APAC**

Esta entrevista semiestruturada é parte integrante da pesquisa “*Avaliação do Processo de Reinserção Social: uma análise comparativa da trajetória de vida de apenados*”, desenvolvida pela mestranda Stella Maria Gomes Tomé, sob orientação da Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, e que tem por objetivo coletar informações para o referido trabalho.

IMPORTANTE: as informações coletadas serão exclusivamente para fins de pesquisa, portanto, não é necessário que o entrevistado se identifique.

1. Idade: _____ anos	2. Sexo: () Masculino () Feminino
3.	Formação: _____
4. Tempo que atua na	Instituição: _____
5. Que tipos de atividades o sistema prisional tem proporcionado aos apenados, visando a sua ressocialização ou reintegração social? _____ _____ _____ _____ _____	
6. Você acredita na eficácia desses instrumentos, no sentido da ressocialização dos apenados? Explique sua resposta. _____ _____ _____ _____ _____ _____	

7. Por que foram esses os instrumentos selecionados?

8. Qual a sua visão em relação à satisfação do apenado, no que concerne à realização dessas práticas de ressocialização e reintegração?

9. Que sugestões você daria para que o processo de reinserção fosse melhor?

APÊNDICE 3: Roteiro de Entrevista Semiestruturada aplicada aos Agentes Penitenciários da Unidade Prisional de Piumhi/MG



Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Economia Doméstica
Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA À EQUIPE
PROFISSIONAL DE AGENTES PENITENCIÁRIOS**

Esta entrevista semiestruturada é parte integrante da pesquisa “*Avaliação do Processo de Reinserção Social: uma análise comparativa da trajetória de vida de apenados*”, desenvolvida pela mestranda Stella Maria Gomes Tomé, sob orientação da Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, e que tem por objetivo coletar informações para o referido trabalho.

IMPORTANTE: as informações coletadas serão exclusivamente para fins de pesquisa, portanto, não é necessário que o entrevistado se identifique.

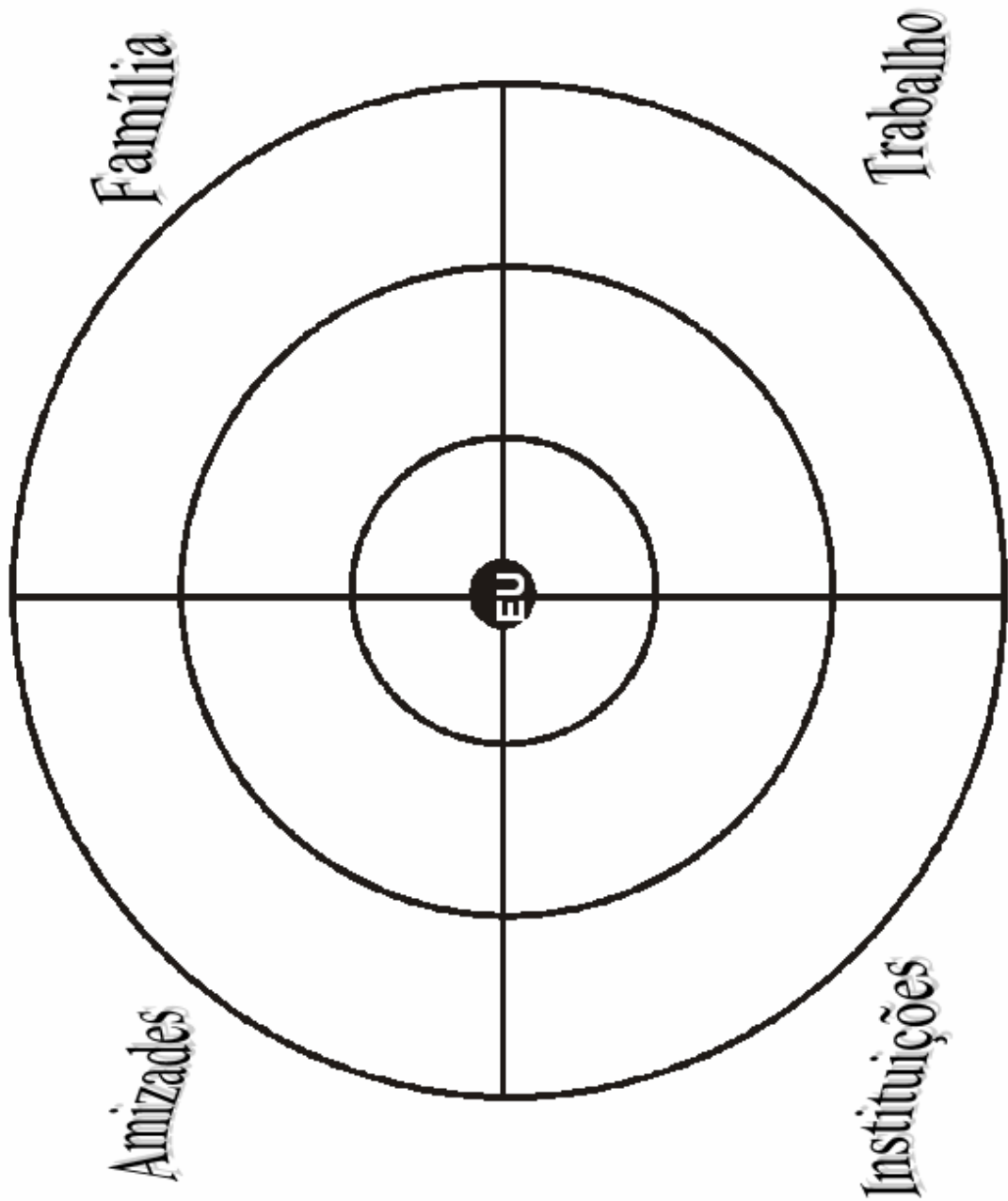
1. Idade: _____ anos	2. Sexo: () Masculino () Feminino
3.	Formação: _____
4. Tempo que atua na	Instituição: _____
5. Que tipos de atividades o sistema prisional tem proporcionado aos apenados, visando a sua ressocialização ou reintegração social? _____ _____ _____ _____ _____	
6. Você acredita na eficácia desses instrumentos, no sentido da ressocialização dos apenados? Explique sua resposta. _____ _____ _____ _____ _____	

7. Por que foram esses os instrumentos selecionados?

8. Qual a sua visão em relação à satisfação do apenado, no que concerne à realização dessas práticas de ressocialização e reintegração?

9. Que sugestões você daria para que o processo de reinserção fosse melhor?

APÊNDICE 4: Modelo de mapa de Rede Social utilizado no Grupo Focal com Apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Viçosa/MG



APÊNDICE 5: Imagens ilustrativas para composição do mapa de Rede Social utilizado no Grupo Focal com Apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Viçosa/MG

APÊNDICE 6: Roteiro de Entrevista Semiestruturada utilizada no Grupo Focal com apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, de Viçosa/MG



Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Economia Doméstica
Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica

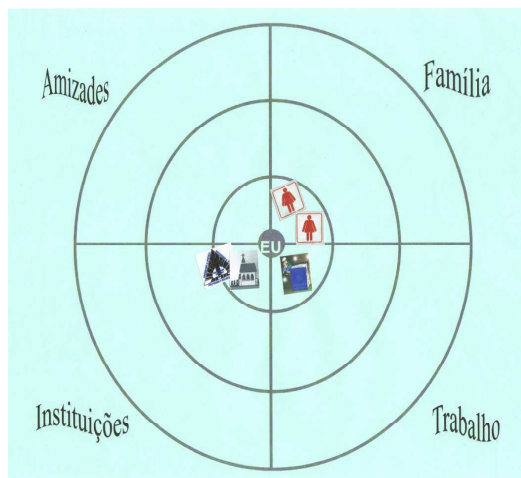
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA UTILIZADA NO GRUPO FOCAL

Esta entrevista semiestruturada é parte integrante da pesquisa “*Avaliação do Processo de Reinserção Social: uma análise comparativa da trajetória de vida de apenados*”, desenvolvida pela mestrandia Stella Maria Gomes Tomé, sob orientação da Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, e que tem por objetivo coletar informações para o referido trabalho.

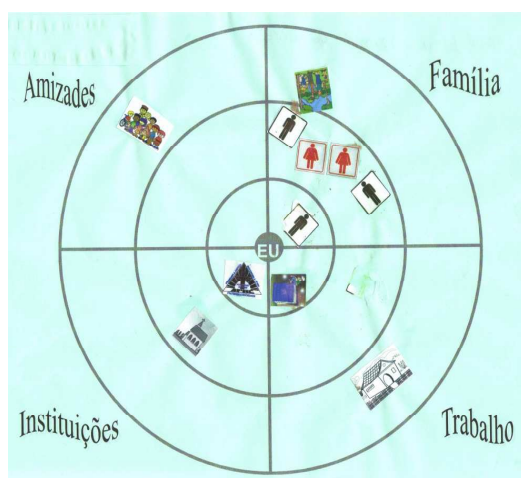
IMPORTANTE: as informações coletadas serão exclusivamente para fins de pesquisa, portanto, não é necessário que o entrevistado se identifique.

1. Dinâmica de utilização de Redes Sociais e Familiares (formais e informais).
2. Vocês enfrentaram ou têm enfrentado dificuldades com a volta ao convívio social?
3. Em face aos problemas citados, que tipo de ações ou estratégias vocês têm adotado, visando à diminuição dos mesmos?
4. Vocês estão empregados? Como esses empregos foram conseguidos? Através de quem ou de que instituição?
5. Considerando suas experiências aqui vivenciadas, que sugestões você daria para que o processo de reinserção social fosse mais efetivo?

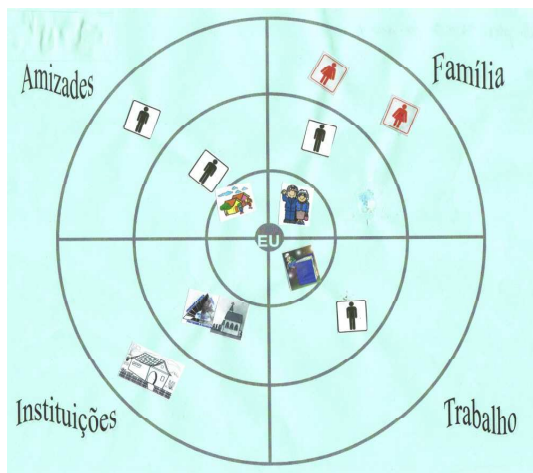
APÊNDICE 7: Mapas da Rede Social dos Apenados do Regime Aberto da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, de Viçosa/MG



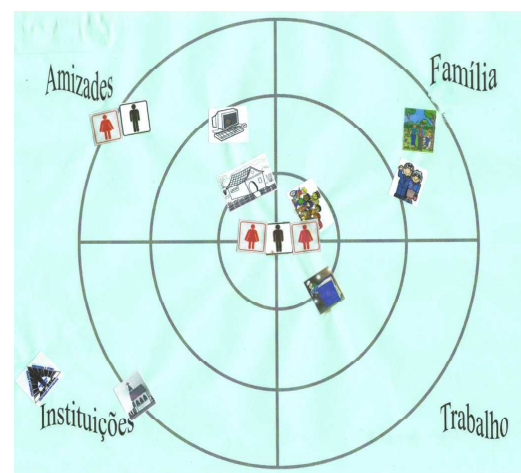
Apenado 01 – Casado, 62 anos



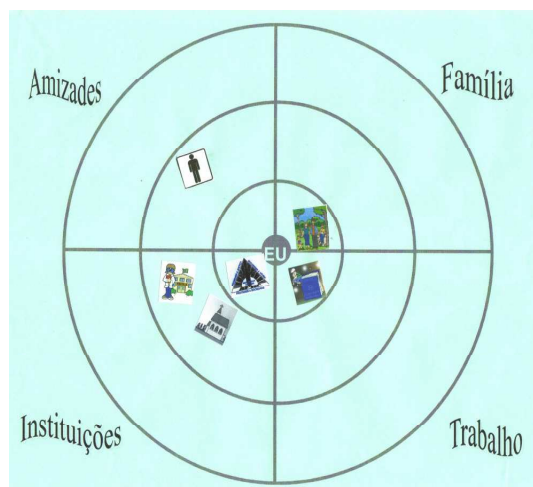
Apenado 02 – Casado, 42 anos



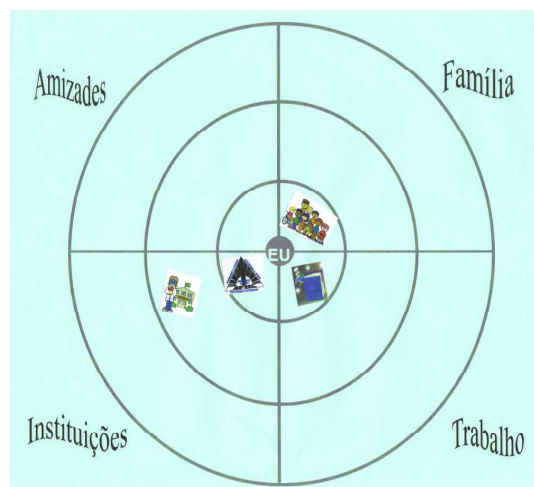
Apenado 03 – Casado, 24 anos



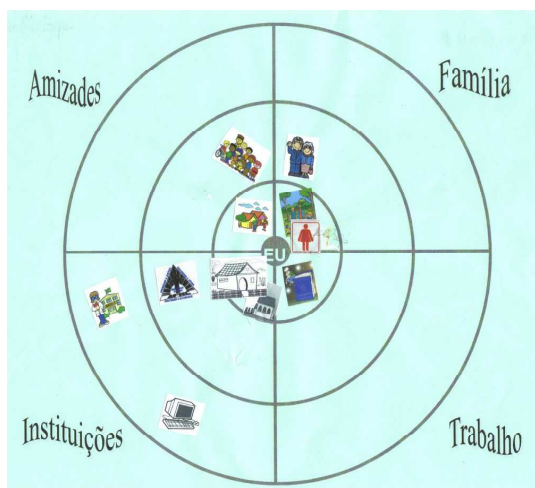
Apenado 04 – Casado, 42 anos



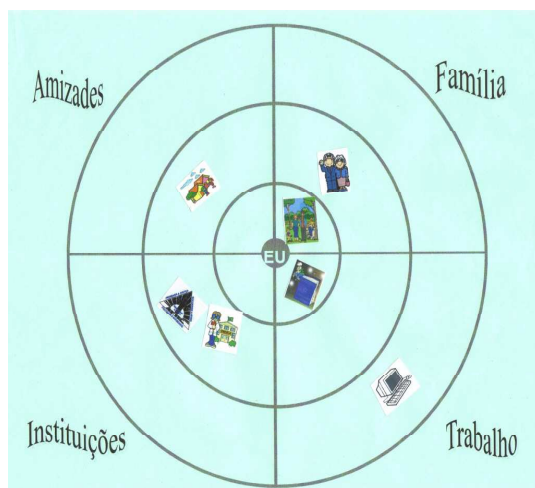
Apenado 05 – Solteiro, 32 anos



Apenado 06 – Casado, 58 anos



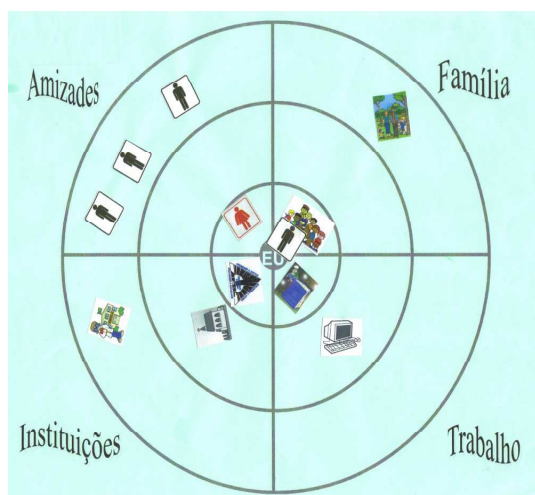
Apenado 07 – Solteiro, 43 anos



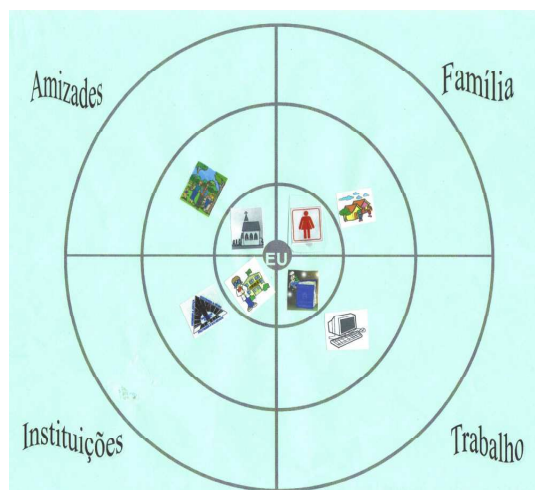
Apenado 08 – Solteiro, 24 anos



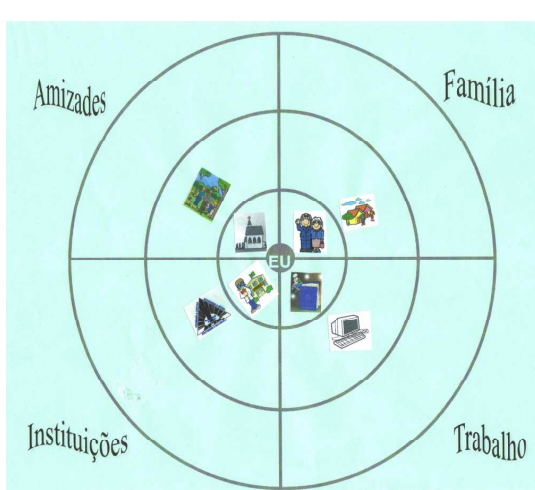
Apenado 09 – Casado, 33 anos



Apenado 10 – Solteiro, 22 anos



Apenado 11 – Casado, 46 anos



Apenado 12 – Casado, 41 anos